



Fulgêncio

O uso da terra e da água nas imediações do Velho Chico

**Populações atingidas
por barragens**

**Assentamentos
da reforma agrária**

**A convivência
com o Semi-árido**



Onde, quando e por quê?

A idéia de realizar esta revista nasceu com Simone Iwasso, durante o ano de 2002. A então estudante de jornalismo queria percorrer o São Francisco e registrar as diferentes comunidades que vivem às suas margens, como projeto de conclusão de curso, mas não chegou a fazê-lo, tendo se formado naquele ano. Assim, inspirados pelo projeto, seguimos nós no começo de 2003 para subir o mesmo rio, em sua parte nordestina.

O nome da revista homenageia o trabalhador e sindicalista Fulgêncio Manuel da Silva, assassinado aos 61 anos quando telefonava em uma agrovila do projeto de reassentamento que hoje leva seu nome, em Santa Maria da Boa Vista (PE). Era o ano de 1997 e Fulgêncio era conhecido por seu ativismo em defesa dos direitos das famílias deslocadas pela represa de Itaparica e por combater a violência no chamado "Polígono da Maconha", área que passa pela região e se estende até Cabrobó (PE) e norte da Bahia, onde impera o plantio ilegal da droga. Em sua vida, fez parte de entidades locais importantes, como o Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio do São Francisco, e do Partido dos Trabalhadores de Pernambuco (PT - PE).

Fulgêncio foi morto por motivos políticos, porque desafiava a estrutura de poder local, fosse ela "oficial" ou não. Em nossa breve visita de cinco semanas a algumas cidades de Alagoas, Pernambuco e Bahia - registrada nas matérias aqui publicadas -, pudemos notar algo melhor resumido nas palavras da arqueóloga Niède Guidon, da Fundação Museu do Homem Americano: "o nordeste não é miserável; ele é mantido miserável".

Encontramos muitas pessoas que buscam alternativas sustentáveis, como o pesquisador João Suassuna, da Fundaj, agricultores orgânicos da ong IRPAA e os usineiros da Usina Coruripe. Mas ainda são vozes dissonantes: em muitos lugares, as histórias de falta de seriedade nas políticas públicas

se repetem. No município de Serra do Ramalho (BA), o prefeito trabalha de segundas, quartas e sextas-feiras, cuidando de seus negócios pessoais nos dias restantes; em Santa Maria da Boa Vista, cidade já citada anteriormente, as famílias reassentadas depois da construção da barragem de Itaparica esperaram dez anos até que a Chesf instalasse o projeto de irrigação prometido. Praticamente sem outras possibilidades de emprego por estarem isolados numa área rural onde não há plantio sem irrigação, muitos agricultores se envolveram com o cultivo da Maconha, aumentando muito os índices de violência local. Em Olho d'água do Casado (AL), as agrovilas de Nova Esperança II não possuem infra-estrutura mínima, mesmo depois de três anos da portaria que regulamentou o assentamento do Incra. Estão a dois quilômetros do rio São Francisco e não possuem água encanada.

Este último exemplo, em particular, mostra um outro lado da faraônica proposta de transposição de águas do 'Velho Chico' para os estados como Ceará e Rio Grande do Norte, retomada no governo Lula. A pergunta é simples, e é feita pelo assessor da presidência da própria Chesf, João Paulo de Aguiar: "e quem está ao lado do rio? O que pensará essa gente que vive na miséria a menos de três quilômetros das margens e vê o governo gastar bilhões para tirar água, fazê-la vencer declives e mais declives até chegar a outros estados?" O desfecho dessa história ainda está por vir.

Um ponto positivo, porém não desprovido de ambigüidade, é que grande parte dos adultos entrevistados mostrou estar mais satisfeita porque suas crianças já tinham mais estudo do que eles. Por trás dessa afirmação, no entanto, está o fato de que as crianças ou os jovens se preparavam não para conviver com o campo - onde nasceram e cresceram -, mas para buscar uma vida melhor, fora dele.

Trabalho de Conclusão do curso de Jornalismo da PUC-SP (2003)

Reportagens, fotos, edição, projeto gráfico e diagramação:

Flávio Soares de Freitas
(qaza@bol.com.br)
e

Livia Chede Almendary
(livia_almendary@hotmail.com)

Colaboração no projeto gráfico e editoração de mapas:

Alexandre Szolnoky

Agradecimentos:

Aos personagens e entrevistados dessa revista, especialmente aqueles que nos acolheram em suas casas e puderam partilhar um pouco de suas vidas para a realização do presente trabalho. Aos técnicos de foto e do laboratório de informática da PUC - Eulina,

Marcão, seu Augusto e Agrício - que tanto tiveram paciência com nossa necessidade de tratar escanear mais de cem imagens. Ao Alexandre Szolnoky, amigo querido que também cedeu seu scanner em épocas difíceis e nos ajudou com o projeto gráfico. Finalmente, aos nossos familiares e amigos pelo apoio moral e incentivo.

Considerações importantes:

É possível que, quando você leia esta revista, dependendo do ano em que se encontra, não se lembre que em 2003 uma das mais sérias crises atingiu o jornalismo. O cenário era o de demissões em massa, do aumento consistente do número de assessorias de imprensa e de discussão sobre a obrigatoriedade ou não de diploma para o exercício da profissão. A PUC-SP seguiu a tendência do mercado: assolada por uma administração historicamente incompetente e somando dívidas na

casa dos milhões, isentou-se da responsabilidade e deixou de imprimir os trabalhos de conclusão de curso (TCCs) escritos do Jornalismo nos anos de 2002 e 2003. Neste aspecto, os professores que deveriam orientar este trabalho se renderam ao jogo de cena e alimentaram informações falsas aos estudantes até meados de outubro, quando já havia ficado claro que nem eles sabiam o que estavam falando e que os TCCs, de fato, não seriam impressos. A inaptidão e a irresponsabilidade com a qual lidaram com a situação foram as mesmas usadas no exercício de orientação. Não é coincidência seus nomes não aparecerem citados aqui, afinal não participaram do processo de edição e sequer chegaram a ler o conteúdo do trabalho. Lembramos também que 2003 foi o primeiro ano com uma banca de avaliação oficial, da qual escolhemos não participar pela falta de responsabilidade da Universidade com seus alunos.

O Rio São Francisco

Espelho do Nordeste

A relação entre o rio e o Nordestino _____ 6

● Piaçabuçu (AL)

Cidade perto da foz do rio enfrenta problemas com a pesca _____ 8

Entrevista com João Suassuna

Especialista em recursos hídricos explica a situação do São Francisco _____ 12

Entrevista com João Paulo de Aguiar (1a parte)

Engenheiro da CHESF fala sobre a geração de energia no rio _____ 18

Populações atingidas por barragens

● Serra do Ramalho (BA)

Reassentados da barragem de Sobradinho falam sobre problemas sociais causados pela mudança _____ 26

● Petrolândia (PE)

Governo paga verba de sustento para famílias reassentadas desde a construção da barragem de Itaparica, há 15 anos _____ 32

A produção de reassentados que possuem lotes irrigados é vendida para atravessadores _____ 36

● Santa Maria da Boa Vista (PE)

Lotes doados a reassentados são impróprios para o cultivo _____ 38

● Remanso Nova (BA)

Cidade foi reconstruída do zero após a inundação de Remanso Velha causada pelo enchimento do lago de Sobradinho _____ 41

Entrevista com Maria Lia Corrêa

Pesquisadora da Fundaj acompanhou o processo de mudança dos reassentados de Itaparica _____ 46

Entrevista com João Paulo de Aguiar (2a parte)

Engenheiro da CHESF fala sobre o impacto social das barragens de Sobradinho e Itaparica _____ 52

Assentamentos da Reforma Agrária

● São Brás (AL)

Um dia no acampamento de Cavalinhos, na época de sua 15ª ocupação _____ 59

● Olho d'água do Casado (AL)

Assentamento de Nova Esperança II, situado às margens do rio São Francisco, não tem nem água encanada _____ 70

Entrevista com José Monteiro

Técnico do Incra-AL responsável pelas áreas de assentamento explica como processo é feito no estado _____ 74

Alternativas sustentáveis

● Juazeiro (BA)

A ong IRPAA mostra que é possível conviver melhor com a seca _____ 80

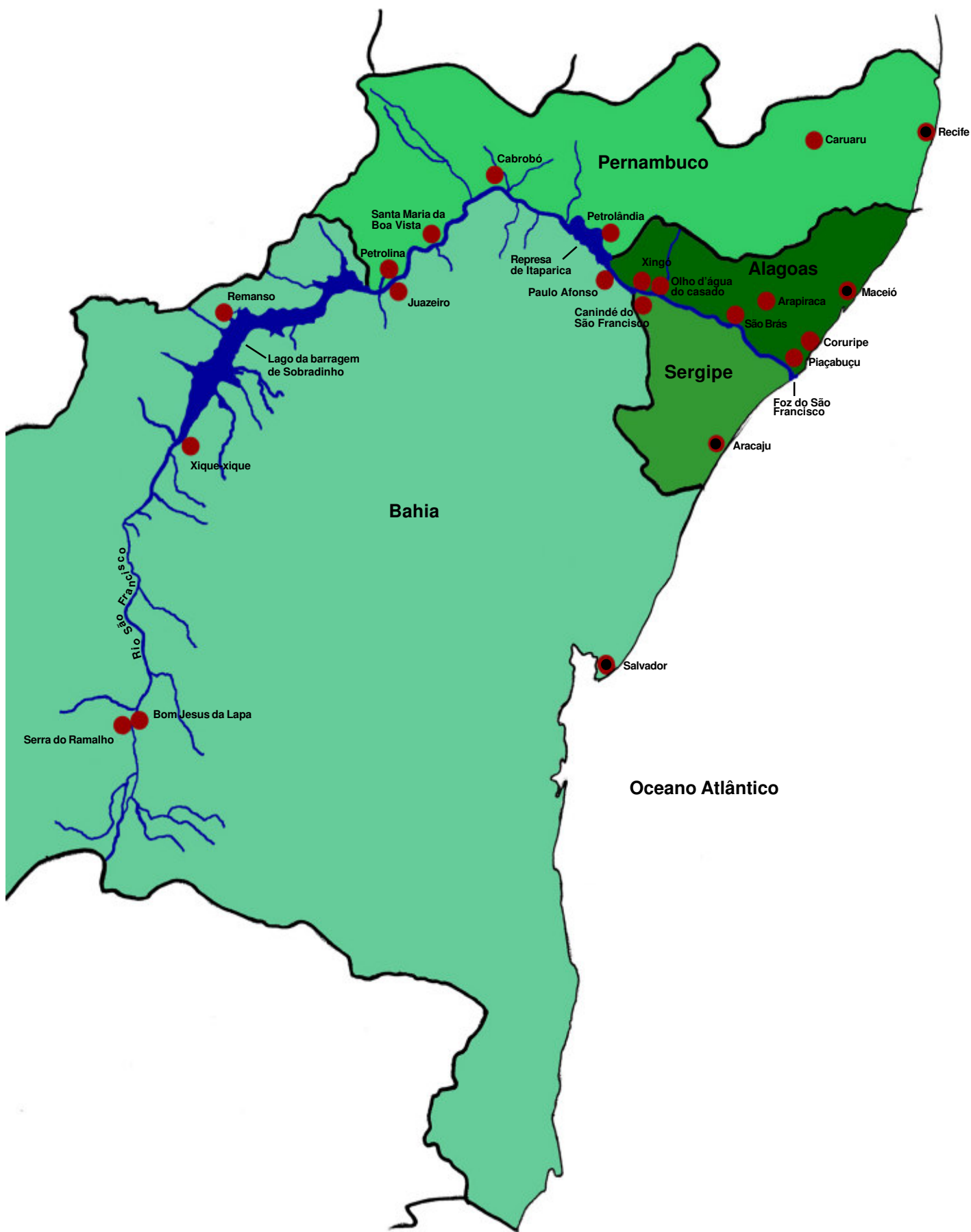
● Coruripe (AL)

Usina de cana-de-açúcar investe em repovoamento da Mata Atlântica _____ 84

Seção de fotos: outras imagens que também contam histórias _____ 91

Para saber mais: sites com informações sobre os assuntos tratados _____ 103





Espelho do Nordeste

É na beira do rio São Francisco que estão os pescadores, os irrigantes, os que fogem do sertão. No trecho que corta o Semi-árido, desde o interior da Bahia até o Atlântico, o Velho Chico reflete as relações entre o nordestino, a água e a terra



Desde seu descobrimento pelos navegadores Américo Vespúcio e Gaspar Lemos em 4 de outubro de 1501, dia de São Francisco de Assis, o Rio São Francisco é aproveitado como via de desenvolvimento e expansão, além de fonte de recursos naturais. Para a população ribeirinha, pesca e irrigação elementar são meios de vida; para as cidades de Petrolina e Juazeiro, o rio possibilitou o desenvolvimento da região como maior pólo exportador de frutas do país e, para todos, as usinas hidrelétricas

construídas ao longo de seu curso trouxeram energia elétrica ao Nordeste.

Conhecido carinhosamente por Velho Chico, o São Francisco faz parte da bacia que também leva seu nome, onde vivem mais de 13 milhões de pessoas, das quais metade mora no chamado semi-árido Nordeste. Com 2.700 km de extensão desde a nascente, na Serra da Canastra (MG), até a foz, entre os estados de Alagoas e Sergipe, o São Francisco tem suas águas aproveitadas para diferentes atividades.

Impacto ambiental e barragens

Porém, ao longo do tempo, o rio vem sofrendo conseqüências do impacto ambiental causado por ocupação humana irregular, esgoto sendo despejado na bacia, assoreamento e considerável diminuição da quantidade de peixes, o que tem afetado seu equilíbrio natural e a atividade pesqueira de comunidades ribeirinhas.

As razões desses problemas têm sido discutidas, principalmente a política de uso de suas águas e



Caiçaras na foz do rio São Francisco, entre Alagoas e Sergipe

a construção das sucessivas barragens em seu leito. De um lado, a geração de energia no Nordeste era fundamental, precisava de recursos; de outro, as barragens foram construídas numa época em que as leis ambientais não abarcavam esse tipo de impacto, gerando prejuízos ao ecossistema do São Francisco. O impacto social também foi grande na vida dos atingidos por barragens, como será mostrado em algumas reportagens dessa revista.

Diante da degradação do ecossistema do rio, começou-se a falar na sua revitalização, ou seja, programar o reflorestamento das matas ciliares - vegetação nas margens que impedem o desabamento do solo para dentro da calha do rio, processo chamado de "assoreamento" -, controlar e tratar o esgoto jogado em seu leito, levar consciência ambiental à população e monitorar projetos de grande porte como a construção de usinas hidrelétricas ou de estruturas de irrigação.

Transposição

De acordo com os estudos de João Suassuna, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e um dos maiores especialistas em recursos hídricos nordestinos, a revitalização é fundamental na recuperação do equilíbrio do São Francisco antes de se definir novos usos para suas águas, já bastante disputadas pela irrigação e geração de energia. Quando diz



Trecho da margem com problema de assoreamento

"novos usos", Suassuna refere-se à transposição das águas do rio para outras regiões nordestinas assoladas pela seca. O projeto existe há tempos e prevê a construção de dois eixos principais que, com suas ramificações, teriam uma extensão de 700 km e levariam água ao coração do sertão nordestino. A imensa obra custaria em torno de R\$ 6,5 bilhões e atingiria 6 milhões de pessoas, mas para Suassuna, o rio não teria água para tudo isso (veja a íntegra da entrevista concedida por Suassuna na página 12).

No entanto, em agosto de 2003, o governo federal anunciou que a transposição será de fato realiza-

da. Os argumentos a favor e os dados sobre custos e obras já estão disponíveis no site do Ministério da Integração Nacional, órgão responsável pela sua execução.

É neste cenário - o rio São Francisco como espelho de políticas de desenvolvimento - que estão contextualizadas as reportagens desta revista. Desde a questão da pesca até o impacto socioambiental causado pela construção de uma barragem, os assuntos tratados nas próximas páginas deixam transparecer o resultado de políticas públicas e privadas, além da relação entre homem e meio ambiente em terras do semi-árido nordestino.



Lixo jogado na beira do rio no município de São Brás (AL)

Piaçabuçu

Cidade perto da foz do São Francisco enfrenta problemas com a pesca

Na beira do rio, pescadores preparavam seus barcos e mulheres lavavam roupas na escadaria, enquanto crianças brincavam na água. Assim é Piaçabuçu (AL), cidadezinha de mais ou menos 16 mil habitantes, nas margens do rio São Francisco, próxima à foz. Com ruas de paralelepípedo e casinhas simples, tem sua economia basicamente voltada à pesca e ao artesanato.

Por estar a poucos quilômetros da foz, Piaçabuçu vem sofrendo algumas conseqüências com a diminui-

ção da vazão do rio: a água do mar está cada vez mais invadindo o leito do São Francisco, e as águas que passam pela cidade estão cada vez mais salinizadas. Alguns, como o engenheiro da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), João Paulo de Aguiar, acreditam que os movimentos de regressão e transgressão do mar são causados por circunstâncias criadas pela própria natureza. Outros, como os pescadores da região, acham que a intervenção humana, como desmatamento da mata

ciliar e construção de usinas hidrelétricas, é a responsável por problemas com a vazão do rio e com a pesca.

Um pescador aposentado, Benedito Pedrosa e Carvalho, 66, conta porque foi morar em Piaçabuçu: "estava atrás de melhoras nos estudos dos filhos". E faz um paralelo: igual veio para o município atrás de uma vida melhor, agora os peixes do São Francisco sobem o rio atrás de águas melhores (refere-se ao fato de o rio estar cada vez mais salinizado naquela região).



Lavadeiras e crianças na beira do São Francisco

Para Benedito, a quantidade de peixes tem diminuído por ali. Na sua opinião, as represas prejudicaram o São Francisco e, principalmente, o “menor” – pescadores e comunidades ribeirinhas. “Paulo Afonso e Xingó [usinas hidrelétricas] retiveram muita água, por isso, não há mais enchentes. Essa é a ruína do São Francisco: não existe mais enchente e os peixes ficaram presos nas comportas”, diz. De fato, nenhuma das usinas construídas no baixo e submédio São Francisco possuem escada para peixes, portanto a piracema (época que os peixes sobem o rio para a desova) foi prejudicada. O pescador menciona ainda que o esgoto da cidade é despejado no rio e acha que isso “deve afetar” o ecossistema.



Benedito fala da pesca em Piaçabuçu



Povoado submerso na foz do São Francisco é atração turística



Piaçabuçu tornou-se ponto intermediário de turismo nos últimos anos. Pessoas de vários estados vão para lá com um objetivo: ver as ruínas do povoado do Cabeço, vilarejo de pescadores alagado pelo avanço do mar no São Francisco. Só é possível chegar lá de barco a partir de cidades próximas, por isso Piaçabuçu tem recebido tantos visitantes.

O secretário do Meio Ambiente de Piaçabuçu, Nivaldo Amadeu Carozo Lima (PSDB), conta que seu pai cuidava do farol do Cabeço: "até 1970, chegavam muitos navios no São Francisco, mas, com a seca do rio, isso não é mais possível". Os pais de Nivaldo saíram de lá nos anos 70, época em que o farol, antes a 750 metros de distância do mar, já estava sendo banhado por suas águas. Hoje, está submerso a 150 metros da costa; apenas um pedacinho de seu topo é visível.

Nivaldo pondera e diz que não há consenso sobre o motivo do alagamento desse povoado: discute-se se foi devido à perda de vazão do rio pela construção de barragens ou se ocorreu por uma ação natural das correntezas.

Embora acredita que algumas questões sejam discutíveis, afirma que o São Francisco está sendo muito prejudicado pelas represas. "As águas de Piaçabuçu chegam a ficar salgadas", fala Nivaldo. "Aqui, peixes como o Piau, o Surubim e o Curimatá desapareceram", completa.

Para ele, a pesca em Piaçabuçu está praticamente acabada, mas vê com bons olhos o turismo crescente na cidade. Apesar de ser uma boa alternativa econômica, Nivaldo ressalta que essa atividade ainda não beneficia o morador porque a cidade tem pouca infraestrutura para receber os turistas. Como a maioria dos passeios para a foz e para as ruínas do cabeço é organizada em Maceió, "o dinheiro não entra no município", explica ele.

Pescador prepara seu barco no cais da cidade

Especialista em recursos hídricos fala sobre o rio São Francisco



“Hoje, são 14 milhões de pessoas que drenam seus esgotos, 24 horas por dia, para dentro da bacia do São Francisco sem o mínimo tratamento. Isso é uma questão de saúde pública”

“Nós temos 3 mil horas de sol por ano aqui. Eu acho que a gente não devia encarar isso como um problema. A gente deveria encarar, sim, como um desafio. Temos que aproveitar o potencial que existe na Caatinga”

“Cheguei para um colega e disse: ‘me diga uma coisa, o Piauí, com toda essa riqueza, por que é um dos estados mais atrasados da Federação?’ Ele olhou para mim: ‘Não sabe não? Porque o político aqui costuma fazer política com o sofrimento e a miséria do povo’”

O rio São Francisco tem importância fundamental no desenvolvimento do Nordeste, embora sofra de problemas em função do grande impacto socioambiental em sua bacia. Para falar dessas questões, ninguém melhor que João Suassuna, engenheiro agrônomo e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), considerado um dos maiores especialistas em recursos hídricos da região nordestina. Suassuna ainda explica que existem alternativas de convivência com o semi-árido e mostra porque a transposição das águas do Velho Chico - antigo e polêmico projeto de combate à seca - não poderia dar certo. A entrevista foi concedida aos repórteres em fevereiro de 2003, logo após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A notícia de que o governo federal vai mesmo fazer a transposição do rio é posterior (14/08/2003).

Fulgêncio – Você considera viável o projeto de transposição das águas do rio São Francisco?

João Suassuna – O rio São Francisco, precisamos ter em mente, é, hidrologicamente falando, um rio pobre. Para vocês terem uma idéia, o São Francisco tem uma bacia de 640 mil km², semelhante, apesar de um pouco menor, à do rio Tocantins, que é a Bacia Amazônica. O São Francisco, com uma bacia semelhante à do rio Tocantins, tem uma vazão média de 2.800 m³ por segundo. O rio Tocantins tem uma vazão de 11.800 m³. Então, vocês vejam que o São Francisco é um rio hidrologicamente muito pobre, que tem múltiplos usos, seja para a irrigação ou para a geração de energia - que é muito importante por ser a única fonte de geração de energia do Nordeste.

Então, se querer em cima disso aí, onde já há um conflito enorme entre irrigar e gerar energia - a gente sabe que há esse conflito e a prova disso é o racionamento que passamos recentemente, não é? - abastecer seis milhões de pessoas no Nordeste, é uma coisa absolutamente...não vamos ter água para tudo isso. Então, nossos questionamentos e análises foram muito por aí, e hoje, o discurso mudou. Hoje, se pensa primeiro em revitalizar o rio para depois usufruir suas águas. Nos sentimos de certa forma responsável por essa mudança de jogo [referindo-se às pesquisas da Fundaj].

Aqui no Nordeste, quem estava levantando essa bandeira éramos nós aqui na Fundação Joaquim Nabuco e um grupo da Universidade do Rio Grande do Norte, que é capitaneado pelo Prof. João Abner Guimarães. Juntamos nossos esforços, levantamos essa bandeira e conseguimos reverter esse quadro. Hoje, você vê que não se fala mais em transposição e sim em revitalização do rio. Já estão fazendo reuniões para ver como serão implantadas as matas ciliares, como fazer a dragagem do rio em trechos que eram navegáveis e hoje já não são mais, a parte de tratamento de esgoto principalmente dos municípios da orla do rio; tudo isso já está se falando hoje e nos sentimos, de certa forma, responsáveis por isso. Essa questão foi uma coisa importante que aconteceu aqui, nessa casa.

Fg – Além da questão da transposição, vocês também fizeram estudos sobre o uso do rio?

JS – Fizemos levantamentos das situações que estão aí. Falamos do problema da pesca: antigamente a gente pegava Surubim de trinta quilos. Hoje, quando se pega um de três ou quatro já é uma festa. Então, o pescado está escasseando. Por que? Porque houve a construção de barragens sucessivas em locais onde antes tinham

corredeiras e estes peixes precisavam subir a corredeira no chamado fenômeno da Piracema para fazerem a desova. Essas corredeiras não existindo mais, esses peixes abortam as desovas. Ou não desovam.

Fg - Afinal, as barragens afetam mesmo a fauna aquática do rio e sua vazão a tal ponto de a água do mar "invadir" seu leito?

JS – A melhor prova para te responder esta pergunta é através de uma comunicação que fiz com um dos pescadores da região. Não tem prova mais contundente do que conversar com aquele profissional que vive do pescado.

Conversei com um pescador em Penedo, ele falou o seguinte: "Dr., eu pesquei um Xaréu [*espécie de peixe marinha*] em Porto Real do Colégio". Ou seja, ele pegou um peixe de mar, de água salgada, a 100 km de distância da foz. Para fatos não há argumentos. Então, se um peixe de água salgada consegue adentrar 100 km no rio é porque este peixe está encontrando condições para sobreviver naquele tipo de ambiente. Precisa ter sal para ele sobreviver.

Fg – Mas, por exemplo, o IMA (Instituto do Meio Ambiente de Alagoas) diz que eles monitoram o nível de sal na água do São Francisco e que a água do mar só invade uns 10 km do rio.

JS – Mas então como pegaram um Xaréu lá? Essas histórias eu estou te passando porque conversei com pescadores. Eu não creio que um animal possa ir tão longe se o ambiente que ele encontrasse ali não fosse propício para a sobrevivência dele.

O pessoal da CHESF [*Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, empresa federal responsável pela construção de hidrelétricas no rio*] diz o seguinte: antes, quando não tinha essas represas, o rio tinha enchente, passava por 18 mil m³ por segundo e tal e depois foi diminuindo, diminuindo e hoje está com uma vazão constante e não sai daí. E eles têm, inclusive, condi-

ções de dizer: "olha, eu posso botar hoje 3 mil m³ por segundo. É só eu abrir a comporta e isso sai", está entendendo?

Então, não há mais enchente no rio, a vazão tornou-se regular e isso é a principal crítica do pessoal que vive do pescado. Porque com as enchentes naturais, havia uma dragagem natural com a força das águas, a questão da salinidade do rio também era solucionada ali, a questão do depósito de matéria orgânica para enriquecer o solo também acabou. O pessoal que vive na margem do rio começa a questionar. Agora, se você perguntar ao cara da CHESF, cuja missão é produzir energia, ele vai dizer com mil argumentos que não teve problema nenhum para o rio a construção das barragens, é óbvio.

Fg – Explica um pouco como é o assoreamento do rio.



Usina Hidrelétrica de Xingó

JS - A calha de um rio é o depósito natural de tudo o que acontece com as precipitações nas margens desse rio. Se você tem um ambiente natural intocado pelo homem, o que vai acontecer? Chove aqui, a água vem escorrendo, aí essa água tem contato com um primeiro depósito de folhagem, de raízes. Então, aquele primeiro impacto faz com que ela não escorra mais com a velocidade com a qual vinha; a tendência é haver uma infiltração e essa água chegar através de uma drenagem natural. Isso é o que ocorre na-

turalmente. Mas o homem veio, e veio feroz, e tirou toda essa vegetação, principalmente essa vegetação ciliar contígua à água, para poder ampliar o espaço agrícola. Ali naquela região as fronteiras foram ampliadas para plantio de alimento, culturas alimentícias.

Fg – Mas para a agroindústria ou agricultura familiar?

JS - Eu diria as duas coisas. Se você vai para a região de Barreiras, oeste da Bahia, ali é agroindústria pesada: soja e café irrigados. Mas se você pega um barco e vai seguindo o rio São Francisco, você vê que tem unidades familiares, de plantio de mandioca, coisa pequena e tal, mas que se você somar, aquilo ali dá um estrago grande se você não obedecer determinado critério de desmatamento disso aí.

Fg – Existe um critério específico que regula o desmatamento da mata ciliar?

JS - Claro! O Código Florestal é taxativo. Tem determinados artigos que te dizem inclusive quanto você deve deixar de vegetação na área ciliar, nas áreas de preservação permanente, que são aquelas íngremes. O Código dá também o ângulo de inclinação até onde você pode desmatar, o percentual que você precisa deixar na sua propriedade com vegetal natural. Tudo isso está lá.

Fg- No caso da construção das usinas hidrelétricas ao longo do São Francisco, essas leis apareceram depois?

JS - Não existia absolutamente nada em termos ambientais que regulamentasse essas obras. Então, ali o que fizeram foi tapar um boqueirão para uma conveniência. Aquele ponto foi considerado adequado para, a partir dele, se produzir energia. O critério foi esse, ponto.

Mas hoje em dia está mais complicado, porque para construção de barragem, o comitê da bacia daquele rio que vai ser barrado precisa dar um aval para o início das obras. Essa coisa está engatinhando ainda, no Brasil. Eu considero o estado do Ceará o mais avançado nessas questões.

Hoje, você, proprietário rural do Ceará, não pode perfurar um poço nem construir um açude sem ter o aval do comitê da bacia à qual você pertence. Isso é uma coisa importante, porque antes era a maior confusão: você construía seu açude, o seu vizinho outro e assim por diante. Sabe o que acontecia? Uma região situada num determinado ponto de um rio que antes recebia água em abundância tornava-se seca. Houve uma sequência de barragens, então, uma barragem precisa sangrar para dentro da outra, essa outra para dentro daquela e assim por diante. Se não houvesse uma sistemática para organizar isso aí, estava tudo perdido. E é isso que está sendo investido hoje: o comitê da bacia do São Francisco foi recém criado para ser representativo, a anuência do comitê para a construção de barragens é fundamental.

Para que o comitê libere a construção de uma hidrelétrica, vai ser preciso colocar um engenheiro florestal para tomar conta da sementeira, da produção das mudas, da área que vai ser plantada, serão técnicos especia-

lizados. Tudo isso vai ter que constar do projeto de construção de uma usina de energia e com prazo de conclusão. Agora, depende de tempo e depende de muito dinheiro, está entendendo? Estima-se que para se revitalizar o rio é tanto dinheiro quanto o recurso que foi orçado para se fazer a transposição das águas.

Fg- A revitalização consistiria no quê, exatamente?

JS - Reflorestamento, tratamento de esgoto, da parte de dragagem do rio. Para você ter uma idéia, antes você navegava o rio de Pirapora até Petrolina

sive, de extinção de nascentes naquelas áreas que eles tiraram a vegetação. Acabando com as nascentes, aquela água que antes nascia ali e caía dentro do rio já não vai cair mais. Aí, você vai ter problema no futuro com o quê? Com a vazão, e já é um rio pobre!

Então, precisamos ter cuidado com tudo isso. Esse ambiente natural nordestino é frágil e o homem está acelerando, de uma forma exacerbada, o processo de desertificação de tudo isso.

Fg - E hoje em dia, você acha que esse processo está crescendo de uma forma negativa ou ele já está regredindo?

JS - Eu acho que está regredindo, o povo está tendo mais consciência da coisa, o discurso mudou.

O discurso do governo era transpor a todo custo. Hoje, já não se fala nisso. Nos presidencialáveis, Lula talvez foi o que teve o espírito mais centrado de visão da questão do São Francisco. Ele disse: "olha! Não é por aí! Transpor é complicado, a gente tem que negociar muito, tem que conversar muito com relação a isso". Foi o único presidencialável, na época, que falou isso. O resto não: "mas tem que transpor, rapaz! Transpor para dar água ao pobre". Discurso de político, que não tem nenhum segmento.

Fg - Queríamos uma opinião sua, da Fundação, com relação à mentalidade que tem aí, a questão de progresso ver-sus desenvolvimento sustentável. Que tipo de desenvolvimento o Nordeste está praticando?

JS - Eu vou ser sincero para você. Eu, de certa forma, fiquei meio preocupado. Acabamos de eleger um presidente agora. Essa casa aqui sediou as explanações dos quatro presidencialáveis, ouviu as programações de governo. Então, os coordenadores de cam-



(Pernam-buco), hoje você não faz mais esta viagem. Porque a navegação se torna impossível em determinados trechos do rio, pois há um monte de bancos de areia.

Outra coisa fundamental é reflorestar porque não há mais vegetação alguma nas margens do rio. Isso é uma coisa importantíssima. Com as chuvas, se não houver uma vegetação para segurar esse solo, há o desbarranqueamento, aquela quantidade de solo cai dentro da calha do rio, o rio vai ficando mais largo e isso gera problemas, inclu-



Criação de cabritos pode ser alternativa no semi-árido

“Esse ambiente natural nordestino é frágil e o homem está acelerando, de uma forma exacerbada, o processo de desertificação de tudo isso”

“Essa casa aqui sediou as explicações dos quatro presidenciais. Então, os coordenadores de campanha vieram aqui à Fundação Joaquim Nabuco e fizeram a explicação do governo desses candidatos. Nenhum deles falou sobre Nordeste”

“Nos presidenciais, Lula talvez foi o que teve o espírito mais centrado de visão da questão do São Francisco. Ele disse: Olha! Não é por aí! Transpor é complicado, a gente tem que negociar muito, tem que conversar muito com relação a isso”

panha vieram aqui à Fundação Joaquim Nabuco e fizeram a explanação do governo desses candidatos. Nenhum deles falou sobre Nordeste. Inclusive da região semi-árida.

Note, nós temos, no Nordeste, metade de sua área com clima semi-árido. Uma região onde moram 20 milhões de pessoas, onde, no exacerbado de uma seca, 10 milhões de pessoas passam sede e fome. Isso era um motivo, no meu modo de entender, era um ponto fundamental, para esses caras colocarem isso em campanha! Como resolver o problema desse contingente populacional? Nenhum colocou. Tânia Bacelar, que foi a coordenadora de campanha de Lula disse, textualmente, com um português bem claro: “Lula não tem uma proposta para o Nordeste. Lula tem uma proposta para o Brasil e, uma vez eleito” – ela disse isso – “a gente vai encontrar a forma de solucionar isso aqui”. Eu acho que não era para ser assim. Deveria ser motivo, mais do que fundamental, para ele investir na campanha em alternativas de desenvolvimento dessa região.

Fg - Mas o que seriam essas alternativas, porque você vê, por exemplo, os projetos de irrigação em Petrolina: são voltados para a exportação...

JS – Se você for olhar os problemas da irrigação do Nordeste, você vai ver que apenas 2% de sua área são passíveis de irrigação. Ou seja, há um entorno de dois milhões e quinhentos mil hectares. Isso dá um pouco mais do que a área de Sergipe, que tem 23 mil km². A área irrigável do Nordeste é de 25 mil km², é muito pouco. Você não pode desenvolver uma região com apenas 2% de sua área. Uma região que tem 47 milhões de pessoas. Irrigar é importante? Não resta dúvida! Está aí o Vale do São Francisco, o *boom* que aquilo ali é. Agora, a pergunta é: o que fazer com os 98% restantes, se tem regiões que chovem apenas 800 milímetros, com bolsões de 400 milímetros? É um problema sério.

Agora, diante desse quadro de escassez de chuva, junta-se uma quantidade enorme de insolação: nós temos 3 mil horas de sol por ano aqui. Eu acho que a gente não devia encarar isso daí como um problema. A gente deveria encarar sim, como um desafio. Então, a gente tem de encontrar alternativas. E as alternativas estão aí. Temos que aproveitar o potencial que existe na caatinga, esta vegetação que vocês conheceram lá no semi-árido. Nessa vegetação, tem espécies vegetais que, até hoje, ninguém conhece o potencial. Mas existe. Tipo, você pode extrair da caatinga fibras, ceras, óleos, frutas, forragem para os animais. Então, você tem que traçar uma política de preservação disso aí. Quando eu falo preservação, não é colocar uma redoma de vidro e dizer “não toque”. É preservar usando. Se você tira uma planta para

extrair o óleo, que tenha uma semelhança plantando mudas de reposição, cara! Entendeste como é? E assim por diante. A caatinga em si tem um potencial para um desenvolvimento nessa região enorme, mas o que está sendo feito hoje é uma destruição generalizada. Então, esse ponto aí eu colocaria como importante. O uso, que eu chamo de extrativismo.

Fg – Mas, neste sentido, já existem projetos que estudam o uso da caatinga para fins de desenvolvimento?

JS – Existe um centro de pesquisa, aqui no Nordeste, chamado CPATSA [*Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico do Semi-Árido*], da Embrapa, lá em Petrolina, que tem estudado isso muito bem estudado. Então, as informações estão aí. Eu acho que é só uma forma de utilização dessas informações. Esse é um ponto.

Dois: a pecuária é importantíssima. Talvez seja o ponto mais importante aqui no Nordeste. Existem experiências de pecuaristas do Nordeste que criam animais resistentes à seca, oriundos dos pré-desertos da Ásia, Índia, Paquistão, aquele meio de mundo ali que está mais ou menos dentro de uma latitude nossa, se você olhar o mapa-múndi. Você vai ver que a Índia e um pouquinho do Paquistão estão dentro de uma faixa tropical. Então, são animais que se adaptaram, e muito bem, às nossas regiões aqui. Então, quais são esses animais? É a raça Guzará, o Sindi, tem pecuaristas na Paraíba que já estão criando esses animais há muito tempo e provam que dá certo.

Precisamos explorar também os pequenos ruminantes: os caprinos, os ovinos. É aí onde está a importância para a criação dos pequenos produtores. Porque são animais rústicos. Onde você cria um boi, você cria oito cabras. Uma vaca, no semi-árido, dá em torno de três litros e meio de leite por dia, uma única cabra dá um litro e meio de leite. Se você multiplica isso por oito, onde você cria uma vaca, cria oito cabras e consegue por dia 12 litros de lei-

te, você tem um ganho maior. E o leite da cabra é um leite muito mais saudável, por conta da cadeia láctea dela. Então, o menino que tem alergia a leite, toma o de cabra e não tem problema. Para idosos também. É um leite mais saudável. Então, na cabra você tem a carne, que é a proteína, você tem o leite, o couro, a pele dela.

Vejo também que precisamos olhar com reservas a produção de grãos. O ambiente e o clima não permitem que você tenha uma cultura de grãos. Por quê? Dá uma chuva hoje, você prepara o solo e planta. Vai ocorrer outra chuva só 40, 50 dias depois. Se você pode criar uma proteína animal, você, de posse dessa proteína, pode vendê-la e comprar os grãos em outra região mais propícia para produzi-los. Isso deveria fazer parte de uma política agrícola, coisa que não temos aqui.

Fg – Nesse sentido, o fracasso de políticas agrícolas deve ser causado por vários fatores, porque, por exemplo, em Alagoas, você tem um território muito pequeno e muita concentração de terra, com monocultura da cana. O problema é político também.

JS – É. Agora você viu a concentração da cana porque, na região que você passou em Alagoas, o clima permite plantar a cana. Você não pode plantar a cana numa região que chova menos de 1.400 milímetros. Se tiver que plantar, tem que irrigar, aí cai em todo aquele problema que eu falei anteriormente, de quantidade de água e tal.

Fg – Mas, ao mesmo tempo, pequenos agricultores e outros proprietários de terra são jogados para a região do semi-árido e agreste, onde a situação da agricultura é mais difícil. Existe uma mentalidade de ocupação sustentável do semi-árido?

JS – Deixe só eu lhe dar um dado. Eu estive na região de Buíque, um município aqui de Pernambuco. Eu fui visitar um assentamento do Incra nessa região. Uma propri-

idade chamada Caldeirão, enorme, onde eles fizeram aqueles lotes e assentaram as famílias. Mas eu cheguei lá e estava um camarada cortando a vegetação e fazendo carvão. E o lote ao lado dele já estava completamente destruído, não tinha uma planta em pé, tudo no chão. Eu me apresentei e disse “o que é que o senhor está fazendo?”, e ele disse “eu estou cortando a vegetação do meu lote para produzir carvão”, aí eu disse “e depois, o que é que o senhor vai fazer?”. Ele disse “se o governo não me der condições de crédito, de saúde, de tecnologia para eu trabalhar e tal, eu vou ter que vender e ir-me embora”. Aí, eu disse “e esse lote aqui, o vizinho?”, ele respondeu: “foi meu vizinho, que já tirou a vegetação dele, já produziu o carvão dele, e hoje já não é dele, é daquele camarada ali”. Quer dizer, o outro já tinha, além do lote dele, essa arezinha daqui. E essa brincadeira, sabe o que é que vai acontecer? Vai acabar a madeira e ele não vai ter condições de fazer absolutamente nada na terra, vai vender para o seu vizinho e isso aqui vai virar uma bola de neve e vai voltar a ser latifúndio.

Então, nesse negócio de assentamento, se nesse projeto não constar acesso a crédito e principalmente à tecnologia, os agricultores não vão fazer absolutamente nada! Volta tudo a ser o que era antes: latifúndio. Então, se não houver a preocupação de fornecer mínimas condições ao cara que vai ser assentado ali, é um projeto natimorto: ele já morreu ali.

Fg – E o exemplo da que você mesmo deu, da cabra como alternativa, eles chegam a informar isso para o pequeno agricultor?

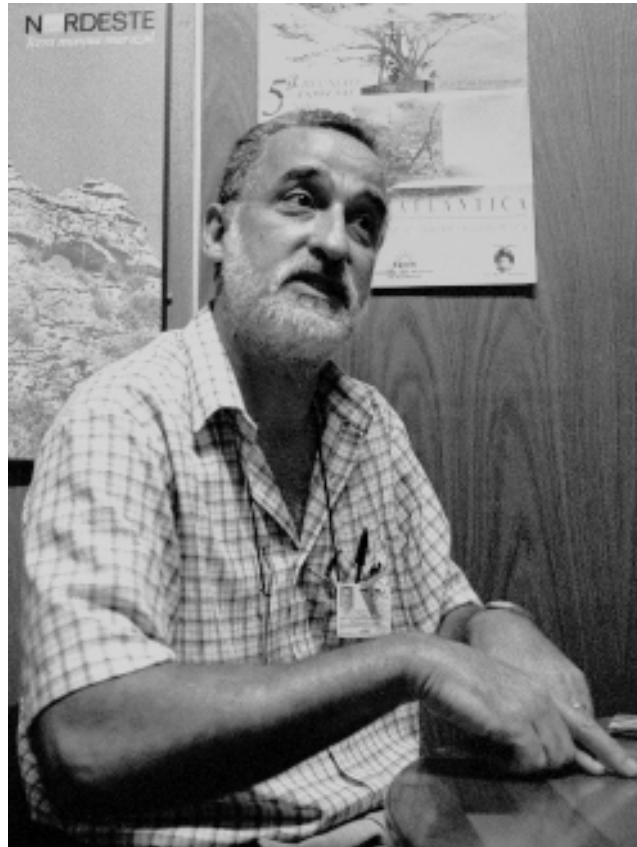
JS – Óbvio. Eu trabalhei no CNPq [Conselho Nacional de Pesquisa], antes de vir para a Fundação Joaquim Nabuco, coordenando o programa de difusão de tecnologia. A idéia era levar ao pequeno produtor rural tecnologias já trabalhadas experimentalmen-

te e já aptas à difusão. Então, a gente levava, para um pequeno produtor que tinha até 100 hectares um pacote tecnológico e aí a gente colocava na mesa todas as tecnologias a serem trabalhadas e ele escolhia qual ele iria usar. No caso, caprinocultura, apicultura e outras tantas mais. Isso foi um verdadeiro sucesso. A gente implantava isso na propriedade e dava assistência técnica. Depois, essa propriedade funcionaria como pólo de difusão para os seus vizinhos. O vizinho chegava lá: “ah, que coisa maravilhosa!”, e tal, tudo dentro de uma técnica apropriada para aquele tipo de ambiente. Isso funcionou oito anos. Aí, entra governo sai governo, o próximo governo que entrou não quis dar sequência ao anterior, porque queria fazer o dele, e não queria nem saber. Resultado: perdeu-se um trabalho belíssimo, mas que funcionou, nós temos relatórios dele. Funcionou por quê? Porque foi tudo programado, existia todo um arcabouço de questões, de crédito, de tecnologia já trabalhada experimentalmente e que por isso davam certo. O objetivo desse tra-

balho era duplicar a renda familiar dos agricultores. E nós conseguimos. Então, a coisa que tem planejamento no Nordeste, eu não tenho dúvida, funciona.

Agora, aí é onde entra o problema da classe política que a gente tem, você sabe. Eu estive no Piauí uma vez e eu sempre dou isso como exemplo. O Piauí eu considero o estado nordestino que tem a maior riqueza natural. Mais da metade, dois terços do estado do Piauí está em cima de uma geologia sedimentária, quer dizer, tem uma condição geológica que dá a possibilidade de existir um enorme volume de água de subsolo.

Tem uma vegetação maravilhosa. O pasto é dessa altura *[faz gestos com a mão mostrando a altura do pasto]*. Você pode criar animal lá solto, sem precisar fazer pastagem. Aí, eu cheguei para um colega nosso, agrônomo, que era de lá, do Piauí, e disse: “me diga uma coisa: o Piauí, com toda essa riqueza, por que é um dos estados mais atrasados da Federação?” Ele olhou para mim: “Não sabe não? Porque o político aqui costuma fa-



zer política com o sofrimento e a miséria do povo. Se ele começar a colocar coisas para desenvolver, como é que ele vai fazer a política dele? Então, doutor, os maus políticos, às vezes, impedem todo um processo de desenvolvimento”.

Isso aconteceu também com a transposição do São Francisco. A gente sabe que, na campanha política, alguns políticos – não digo todos – levantaram a bandeira da transposição porque você sabe que, em um município que está carente, se você chegar com um discurso de fazer essa água chegar, você ganha meio mundo de votos. Agora, como chegar? Não

é possível chegar água lá! O rio não tem condições para isso, não tem capacidade para isso. Mas o discurso dele era esse – e ganhou a eleição por causa disso! No verso do santinho dele, com a fotografia do político, a legenda e tal, tinha o mapa da transposição com os canais.

Fg – De que partido ele era?

JS – Olha *[risos]*, é só um político lá. Mas, viu, aconteceu. Eu estou com maior fé no governo Lula, mas eu estou vendo que, se a gente não mudar esse meio campo, esse tipo de mentalidade, o Lula não vai conseguir fazer absolutamente nada. Porque a coisa está muito embasada, enraizada. Eu não diria só no Nordeste, é no Brasil todo, cara!

Fg – Atualmente, você tem algum projeto em curso relacionado ao rio São Francisco, mais levantamentos?

JS – Olha, a minha idéia é dar continuidade ao trabalho que está sendo feito. Estou em conta-

to com o pessoal do Comitê, a gente se fala muito. Eles têm nos procurado para troca de informações, quando eu elaboro os meus textos, imediatamente envio para eles. Tenho um banco de pessoas com o qual eu me relaciono muito, essas questões da hidrologia, do ambiente nordestino de uma maneira geral, então, isso aí a gente está fazendo. Elaboramos textos para botar no jornal, para alertar, nosso trabalho é muito por aí. E vou continuar, não quero nem saber *[risos]* quem vai assumir aí, minha missão é o povo, para ela eu não arrisco. Entendeu?



Engenheiro da CHESF fala sobre o impacto socioambiental da construção de barragens

O impacto socioambiental causado pela construção de sucessivas barragens no rio São Francisco deve ser discutido sob duas óticas: de um lado, a necessidade de energia, do outro, a adoção de um modelo de desenvolvimento que nem sempre levou em conta o impacto na vida das pessoas e do meio ambiente das regiões atingidas.

João Paulo de Aguiar, assessor da presidência da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), fala sobre estas questões com foco nas usinas hidrelétricas do baixo e submédio São Francisco.

Fulgêncio - A última hidrelétrica construída neste complexo da CHESF (submédio do rio São Francisco), foi Xingó?

João Paulo – Sim, Xingó foi a última. A primeira deste trecho do rio, se você não levar em consideração Delmiro Gouveia, foi a Usina de Anjiquinhos, de 1913. Mas a CHESF só foi criada, pelo decreto-lei 1.031, em outubro de 1945. Em 1946, começou a construir a primeira do conjunto de usinas do São Francisco que atende o Nordeste. Foi uma usina-piloto, que forneceu, inclusive, energia durante a fase de construção das outras. Então, desde 1946 até 1996, durante 50 anos ininterruptos, a CHESF construiu usinas no Rio São Francisco, colocou aqui cerca de 10 milhões de potência para atender o Nordeste.

Fg - Visitamos algumas comunidades ribeirinhas, chegamos na foz do São Francisco, falamos com pescadores e associações locais. De certa maneira, todos eles culpam a construção de barragens e hidrelétricas pelos problemas que eles vêm enfrentando com a diminuição vazão do rio, problemas com pesca, alagamento de áreas onde populações tiveram que ser reassentadas, entre outras coisas.



Usina de Anjiquinhos, construída em 1913

JP – Veja o seguinte: vocês conhecem os quatro elementos vitais de Aristóteles, não conhecem? A água, o ar, a terra e o fogo? Eu acho que, nos últimos cem anos, a gente tranquilamente pode incluir um quinto elemento vital para os humanos, que é a energia elétrica. Quer dizer, os humanos hoje não conseguem viver sem energia elétrica, não é verdade?

Então, eu me sinto extremamente gratificado em trabalhar nesse quinto elemento vital para a vida humana, que é a energia elétrica. Você tem várias maneiras de produzir energia elétrica: você pode produzir energia elétrica queimando lenha, por exemplo – quando eu comecei a minha vida profissional, as cidades de Teresina e São Luiz do Parnaíba ainda queimavam madeira na caldeira, produziam vapor, o vapor rodava para a turbina, a turbina rodava o gerador, que produzia energia elétrica. Um troço altamente predatório. Inicialmente, a Usina de Teresina pegava lenha ali nos arredores.

Mas quando eu comecei a trabalhar na Sudene, em 1960, a lenha usada na usina já tinha acabado com a mata a mais de 40 quilômetros de distância e continuava avançando e acabando com tudo, não é? Então, altamente predatório você fazer com lenha. Tem também os combustíveis fósseis, carvão, petróleo, derivados de petróleo; tem o combustível nuclear, que para mim não causa nenhum arrepio, é uma decisão, vamos dizer, política de um país. Não sei se vocês sabem que a França, hoje, é 80% nuclear e vivem bem. No Brasil, Getúlio tinha começado com a CHESF e isso foi implementado na época do socialismo. O país decidiu, em função da sua riqueza em recursos hidráulicos, usar energia de usinas hidrelétricas, da mesma maneira que a França adotou a opção nuclear.

Fg - O motivo seria custo, facilidade?

JP – É, e a disponibilidade dos recursos hídricos permitia isso. E no caso das reclamações de que a

CHESF é culpada de certos problemas, veja bem, toda vez que você intervém na natureza, você causa uma alteração. Sem querer ser muito prolixo, eu vou dar um exemplo da minha vida pessoal. Comecei fazendo barragem na década de 60 em Boa Esperança, no Rio Parnaíba, Piauí, Maranhão. Em 65, a gente estava morando lá, eu e a minha mulher. Ela está casada comigo há mais de 40 anos, nunca teve medo de nada, nunca teve frescura. Mas, como todo mundo, ela tem pontos fracos. O ponto fraco dela é ter medo de pequenos insetos, baratas; não topa ver uma barata *[risos]*, uma jia, um sapo, uma rãzinha. Um dia, ela chegou em casa e disse: “Ah, a gente não tem segurança aqui!”, eu respondi: “Mas como não tem segurança aqui?”, e ela: “Veja como está o banheiro!”. Tinha duas jias no banheiro.

Então, o que foi que eu fiz? Tinha mato pra burro em volta da casa, não tive dúvida: para dar segurança à casa, eu tirei aquele matagal todo, fiz uns dois canteirinhos, umas alamedazinhas de pedra. Acabaram-se as jias e os sapos. Em compensação, aumentou tremendamente a quantidade de mosquito, porque os sapos que existiam invadiam a casa, mas comiam também os mosquitos. Na hora em que eu expulsei os sapos, veio mosquito. Então, é absolutamente correta a informação, tirando os exageros, que, na hora de que o setor elétrico mexeu com o rio, o regime hídrico foi alterado e, na hora que você alterou o regime hídrico, você provocou alterações na natureza.

Nós, brasileiros, temos a tendência de nos colocarmos na situação dos coitadinhos, não é? Existe uma coisa que é transgressão marinha, esse movimento de ida e vinda do mar. Às vezes avança sobre o litoral, às vezes recua. Então, no estuário do Rio São Francisco, lá na foz do Rio São Francisco, observa-se o fenômeno da transgressão e regressão marinha. Dizer que a natureza, o mundo e o universo estão em permanente mutação é muito mais complicado do que você dizer: “É porque a CHESF fez barragem que o mar está avan-

çando para dentro do rio!”. O que é uma grossa besteira.

Fg - Mas e a questão da pesca? Os peixes diminuiriam também.

JP – Não tem nada a ver uma coisa com a outra, certo? Se você me disser que o fato de a CHESF ter construído barragem influi na ictiofauna, influi. Lógico que influi. Porque você deixou de inundar as lagoas marginais, onde o peixe depositava seus ovos. Essas lagoas que eram a fonte de alimentação quando vinha a cheia e levava esse peixe todo de volta para o rio, isso, numa certa escala, acabou. Agora, você veja: um século atrás, o esforço de pesca no Rio São Francisco era bem menor.

Então, digamos, no baixo São Francisco, antigamente – os números são absolutamente teóricos – havia mil pescadores que pescavam dez quilos por semana. Ora, se hoje, em vez de mil pescadores, eu tenho cinco mil pescadores, mesmo que não houvesse diminuição dos peixes, da riqueza da ictiofauna provocada por agentes externos, mantida a mesma quantidade de peixes, se mil pescavam dez quilos, cinco mil vão pescar dois. Não é verdade?

Fg - E quanto ao impacto social? Como você vê a questão das pessoas que são obrigadas a se deslocar de suas cidades por que elas serão alagadas?

JP – Tem um fato ilustrativo: uma vez fui na casa de papai, que já morreu, e conversando com ele, perguntei: “papai, todos os filhos já estão casados” - nós somos quatro irmãos – “essa casa ficou imensa para você. Todas as noites você fecha doze portas e janelas. Todo dia de manhã, você abre doze portas e janelas. E bota trava e faz isso, faz aquilo. Por que você não faz como a gente que mora em cidade grande, em apartamento, o mais alto possível, porque cada um tem sua chave e a gente sai de casa, bate a porta e pronto?”.

Sabe qual foi a resposta de papai? “Meu filho, eu casei, construí essa casa, você nasceu aqui, a gente

criou vocês, eu e Cecília” – Cecília é a minha mãe – “nós criamos vocês. Em apartamento, quando a gente morre, a gente desce em pé no elevador. Eu vou morrer e sair deitado da minha casa”. Para você sentir a ligação atávica aí. Papai era um cara de formação universitária, mas tinha uma ligação atávica com a casa e, durante meio século, ele viveu ali e o desejo dele foi satisfeito: morreu e saiu deitado pela porta da frente.

A que vem isso? Cada vez que a gente vai fazer uma barragem e retira a população do local que será inundado, está sendo cometida uma agressão a quem é retirado. Você pega um camarada que morava na beira do rio e você nunca – “você” é o Estado brasileiro – nunca deu habitação, nunca deu saúde, nunca deu financiamento, não deu estrada, não deu nada, aquele homem vivia jogado lá. A primeira vez que o Estado, como instituição, chegou junto dele, representado pela CHESF, ou pelo construtor da barragem, foi para dizer: “olha, você tem que sair daqui porque isso aqui vai ficar debaixo d’água”. Isso é uma agressão. Mesmo se você desse um apartamento para um cara viver bem, de todo jeito seria uma agressão para ele, à cultura dele: os laços atávicos, a família, o pai dele, o avô dele está enterrado ali, tudo dele está relacionado àquela terra. Então, meu deus, não adianta, se vocês quiserem fazer uma reportagem ouvindo lamúrias, vocês ouvirão, é só chamar quem foi reassentado.

Para a geração nova, eu tenho certeza que todo mundo que foi reassentado, 95% está vivendo melhor porque a barragem trouxe o progresso, a barragem trouxe melhores condições de vida, não é? O camarada vivia lá esquecido, não tinha educação, mas o sentimento de que você sofreu uma agressão permanece. Então é isso: você está entendendo o contexto em que essa história se insere? Agora, o interesse individual tem que ser devidamente compensado, mas você não pode deixar que o interesse individual se sobreponha ao inte-



Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso

resse de uma coletividade de milhões de pessoas. Então, vocês estão lembrados da frase de Guevara: “hay que endurecer sin perder la ternura jamás”? Você tem que saber que os atingidos pela barragem estão sendo agredidos, sofrendo uma violência ao serem obrigados, contra a vontade, a se retirar dali. Mas a saída deles vai permitir você produzir energia elétrica para milhões de pessoas – no caso do Nordeste, 40 milhões – que, com isso, vão ter energia elétrica para a sua residência, para as ruas, para o lazer etc.

Fg - O tamanho do complexo hidrelétrico do submédio do São Francisco e a demanda de energia justifica todo esse impacto ambiental e social?

JP - Todo rio no mundo tem, anualmente, o ciclo de águas altas e o ciclo de estiagem. Às vezes, ao ciclo de estiagem se somam períodos críticos de estiagem, que se alternam com períodos de alta hidrau-

licidade, quando há cheias muitas vezes catastróficas. O pessoal diz “ah, a vazão caiu drasticamente” depois de Xingó. Então, o que aconteceu, por coincidência inaugurado de Xingó, em 1996? Está ocorrendo é um período extremamente crítico de estiagem do São Francisco. São os sete anos de seca no Egito. E, certamente, nos próximos dez anos vai haver um período de cheia constante.

Eu não sei se vai começar daqui a três, quatro anos, se vai começar daqui a dez, mas vai começar. Lembrem-se que, quando vocês começaram a ouvir que teve uma cheia devastadora no São Francisco, gente morrendo, barragens vazando água, é um troço normal da natureza, são ciclos. Todas as usinas não geram na potência máxima. Então, você faz uma série de usinas hidroelétricas e uma série de reservatórios que te garantam que, mesmo nos anos mais críticos de estiagem, você possa atender à demanda sem racionamento.



«Você tem que saber que os atingidos pela barragem estão sendo agredidos, sofrendo uma violência ao serem obrigados, contra a vontade, a se retirar dali. Mas a saída deles vai permitir você produzir energia elétrica para milhões de pessoas»

«Ao longo do tempo, a água no Nordeste será muito mais importante para produzir alimentos do que para gerar energia. É preciso só que se adote uma política, que se defina as coisas, porque energia elétrica não pode ser gerada de um dia para o outro»

Fg - Xingó começou a ser construída, mas houve uma interrupção no governo Sarney. As obras só foram retomadas no governo Collor. Qual a razão para a interrupção no processo?

JP – Olha, veja bem: Xingó tem uma história que começou em 1982, eu fui testemunha dessa história, porque participei de todos os dados, tem alguns fatos até bem interessantes. A região do cânion do rio São Francisco vai daqui [Xingó] até Paulo Afonso. Então, em 1955, o aproveitamento hidrelétrico do cânion foi imaginado cerca de 30 quilômetros cânion acima, na divisa entre os Estados de Bahia e Sergipe e na margem direita do rio.

Na década de 80, intensificamos os estudos para fazer o aproveitamento do cânion, foram estudadas várias alternativas. Mas foi decidido em 82 trazer a barragem pra este ponto do cânion, porque os estudos mostraram que aqui era o melhor lugar. Bom, em 82 estava previsto que Xingó começaria em 83. Aí o Brasil faliu, foi na época do Figueiredo. Até que, em 1986, houve a decisão de, finalmente, implantar o projeto. Sarney deu a autorização. Nós começamos em 86, 87. Aí o Brasil começou de novo a titubear, até que a construção começou a diminuir de ritmo e em outubro de 89 o empreiteiro parou a obra. E essa obra foi já no governo Collor. Ele tomou posse em março, a decisão foi em maio, e o reinício oficial das obras foi em junho de 1990.

Fg - Era basicamente um problema de verba?

JP – Sim, problema de verba. Olha, isso que eu vou falar vocês podem gravar porque é um assunto que a gente só vai conhecer o que realmente houve no dia do juízo final [risos]: não sabemos se o interesse de Collor foi genuinamente favorecer o Nordeste, ou houve um grande cambalacho envolvendo o PC Farias. Quando desmontaram a rede de PC Farias, havia um software onde Xingó aparecia com o nome de Orion.

Vocês conhecem a constelação Orion? Então, o nome-código no Xingó nos arquivos de PC Farias era Orion. Agora, a verdadeira história você só vai saber no dia do Juízo Final, se vocês acreditam em Juízo Final, quando os podres de todo mundo vão ser revelados [risos].

Fg - Quanto custou a construção de Xingó?

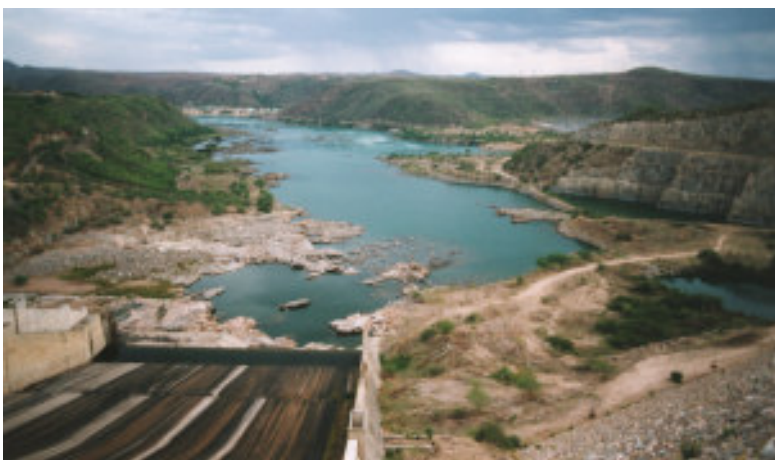
JP –Xingó, em dólar, se contarmos tudo: a obra hidrelétrica, a barragem, a estrutura de concreto, o vertedouro, as máquinas, os equipamentos, os estudos, tudo, teve um custo de 3,4 bilhões de dólares, a preço de dólar de 1996. O que significa - naquela época havia paridade real e dólar - 3,4 bilhões de reais.

Fg - Existe um crescimento de demanda de energia, mas ao mesmo tempo existe essa história de que o São Francisco está morrendo por causa dos assoreamentos e do impacto ambiental de desmatamento, construção de barragem, etc.

JP - Isso é história da carochinha.

Fg - Queria que você falasse um pouco, então, sobre o crescimento de demanda de uso do rio e sobre o projeto de transposição.

JP – Isso aí é um problema que eu espero que o governo Luiz Inácio Lula resolva, pelo seguinte: se você pegar a sua máquina de calcular, se você imaginar um crescimento do país de 6% ao ano, isso significa que em 12 anos você dobra a necessidade de geração de energia. Se o Brasil voltar a crescer a taxas de 4%, 5%, a energia cresce, sempre, um ou dois pontos acima do PIB. E é entendido: se o país progride, precisa de mais energia para movimentar as máquinas. E, se o PIB aumenta, a qualidade de vida aumenta, certo? Então, aquele que vivia na favela já vai morar numa casa melhor onde vai ter um ponto de luz em cada compartimento da casa. Então, se você



Usina Hidrelétrica de Xingó

e elevar 1,06, que significa 6% ao ano, à 12ª potência, você vai ver que é igual a dois. Ou seja, que em 12 anos, você dobra a necessidade de energia. Então, se houver esse crescimento, por volta do ano 2012, que eu espero estar vivo e vocês certamente estarão, o Brasil não precisará somente de 350 milhões de megawatt/hora, vai precisar de 700 milhões. Se você continuar do mesmo jeito, por volta do ano 2024, que eu espero estar vivo e vocês estarão, em vez de 700 milhões de megawatt/hora, você vai precisar de 1,4 bilhão.

Então, o grande desafio hoje é definir o seguinte: atualmente, o Brasil é um país hegemonicamente hidrelétrico. Mas os recursos dos rios se acabam. Como praticamente já se fez tudo que se podia fazer no trecho nordestino do São Francisco, aqui teríamos poucas alternativas. As restrições ambientais também criam obstáculos aos aproveitamentos.

Um dos maiores crimes de demonstração de incompetência no governo Fernando Henrique foi ter se mostrado absolutamente incapaz de absorver esse problema em toda a sua inteireza. O Brasil precisa de energia elétrica. Pode dobrar a cada doze, se não dobrar a doze dobra a quinze, se for mais depressa dobra a cada dez, mas é um país em grande expansão na sua necessidade de energia elétrica.

Então, veja, o grande desafio que se coloca no momento é o seguinte: atendendo exclusivamente aos interesses do País, qual é a melhor a melhor matriz de expansão do sistema elétrico para atender a demanda? O que é melhor para o

Brasil? Então, desses 400 milhões de megawatt/hora que você vai precisar gerar a mais, quanto vai ser hidrelétrico, quanto vai ser a gás, quanto virá da biomassa da cana-de-açúcar? Quanto será energia eólica, quanto será nuclear? Está dando para sentir? Quer dizer, em resumo, se, no ano 2000, o Brasil era 95% hidrelétrico, qual é o melhor perfil do país em 2015? Esse é o grande desafio que se coloca à energia elétrica que vocês vão precisar para vocês, para seus filhos, para seus netos. A transposição seria uma forma de utilizar as águas do rio para fins que "competiriam" com a geração de energia. É uma questão de política de uso.

Fg - No caso do Nordeste especificamente, que alternativas você considera boas?

JP – Você precisa estudar: a biomassa, a eólica, importar eletricidade do norte? A sociedade tem de discutir isso e chegar à conclusão. Os técnicos têm que dizer: "olha, o painel é esse". Aí, você vai ter que discutir! Você vai ter uma briga de foice se você for botar usina nuclear...quem é que quer ficar perto ou longe da nuclear? Não é?

Fg - Como vocês regulam a vazão do rio?

JP – A regularização é feita em Itaparica e Sobradinho, Xingó funciona sempre a cota constante, então toda a água que chega passa pela turbina e vai embora; é o que chamamos de usina fio d'água.

Então, a CHESF, até 78, só tinha usinas a fio d'água. A partir daí é que você tem o reservatório de Sobradinho, o reservatório de Itaparica, etc. Então, a CHESF fez uma carta para a Eletrobrás, isso há 26 anos, dizendo: "até hoje, eu não interferi na vida do rio, mas logo isso vai mudar". Então, é uma mudança pequena, mas já começa um exagero, o pessoal diz: "a partir da construção das usinas da CHESF o rio está cada vez mais seco". Está errado! As usinas da CHESF começaram a operar na década de 50. Até 78, a CHESF não fazia nenhuma interferência no fluxo de água do rio. Simplesmente, a água chegava, passava por dentro da turbina e ia embora. E a turbina não produz nenhuma alteração físico-química nem biológica na água. Ou seja, em 54, quando começaram a rodar as máquinas da CHESF, até 78, quem disser que a CHESF alterou alguma coisa no rio está dizendo uma grandiosíssima besteira. A CHESF não teve nenhuma interferência no rio. A partir de 78, aí sim, porque tem o reservatório de Sobradinho. No período de cheia, a gente retinha água, no período de estiagem, a gente começava a esvaziar a nossa caixa de água em Sobradinho, para proporcionar água para as usinas.

E aí você veja, você já deve ter ouvido falar também da história da cunha salina? Não? Fica evidente a burrice dos que disseram que a CHESF era responsável pela cunha salina. Ora, a cunha salina ocorre quando a vazão do rio é pequena e a água do mar invade seu leito. Ora, se com as barragens de regularização eu comecei a precisar de água e



aumentar a vazão mínima do rio, quer dizer, se o rio mandava só 500, eu botava mais 500 ou 600, 700...então, eu aumentei a quantidade de água no rio, evitei que houvesse vazões mínimas. Então, de fato, eu cada vez mais eu estou empurrando a água do mar para ela sair. Porque, na hora que a vazão natural é baixa, eu complemento com água de Sobradinho e faço a vazão alta. Então, cada vez mais eu estou empurrando o mar e não deixando ele adentrar no rio.

Fg - Não existem dados concretos disso, não é?

JP – Não, isso daí é uma realidade. Agora, nós temos dados concretos de que não existe cunha salina, temos medições que mostram que a água não está salina. Segunda coisa: nós, CHESF, entendemos que hoje o setor elétrico é monopolista da água, mas, que, ao longo do tempo, a água no Nordeste será muito mais importante para produzir alimentos do que para gerar energia.

É preciso só que se adote uma política, que se defina as coisas, porque energia elétrica não pode ser gerada de um dia para o outro. Se no Brasil você tiver uma perda de saca do milho, você telefona ali para a Argentina e manda trazer dois navios de milho. A mesma coisa: se tiver um problema de queda da produção de arroz, você liga para a Tailândia, dez dias depois chega aqui um navio carregado de arroz, e assim por diante. Mas não dá para encomendar um navio de energia. Se você decidir, em vez de energia

elétrica, que você vai botar a térmica a gás ou você vai botar uma nuclear, são seis, sete, oito, dez anos para fazer. Então, a CHESF dizia: “olha, minha gente, é preciso que vocês definam, que a sociedade defina, que o governo defina. A sociedade é que quer definir o que quer fazer da água. Agora, me avisa com antecedência, para que a sociedade não sofra com a falta de energia”. A CHESF não pode dizer: “agora, tanto de água tem que ser para a irrigação”. Não cabe à CHESF definir política de uso de recursos. A CHESF disse “olha, eu tenho o sentimento que, a médio prazo, a prioridade não será gerar energia, será gerar irrigação”.

Fg - É, mas não caberia à CHESF, e aos órgãos ligados, começar justamente então a discutir política de energia? Porque vocês também são governo, afinal!

JP – Não, porque aí não é a política de energia, é a política de águas. A CHESF disse: “eu hoje uso água. Eu não tenho poder para definir a política de águas. Estou avisando que, definida essa política, me avisem para eu poder me adaptar a essa nova situação”. Não é não? O que você pode dizer é o seguinte: a CHESF não foi suficientemente criativa, suficientemente chata, para, nesses últimos 27 anos, todo ano ficar dizendo: “minha gente, olha, minha gente, olha, minha gente, olha”. Tanto que, quando surgiu essa história da transposição, a CHESF começou a dizer continuamente que ela não é dona da água, ela é uma usuária da água.

Fg - Você considera que a transposição seria uma boa alternativa de desenvolvimento?

JP – A transposição de águas do Rio São Francisco seria para as bacias de Salgado/Jaguaribe, Guapoti, Piranhas, Paraíba e Ipojuca. Aí, vem o seguinte: suponha todo ano ou todo período de seca, os roceiros dessas regiões se preocupam, não têm água para beber, os animais de morrem de sede. Aí você vê que, naquele instante, o governo vai botar água aqui e esses roceiros vão ter água permanente onde moram. Qual vai ser a sua opinião sobre a transposição?

Fg - Seria a favor...

JP – Agora, faz de conta que um casal tem uma roça a duas léguas (12 km) do São Francisco, mas que não estaria na região dos beneficiados pela transposição. Aí, o governo vem e gasta bilhões de reais para elevar essa água a 400 metros de altura e levar 400 km adiante...é claro que esse casal vai dizer: “Pô, eu não consigo entender. Se a terra está aqui, a uma, duas léguas do rio e a gente passa necessidade todo período de seca porque o governo diz que não tem dinheiro para botar água encanada mesmo que seja perto do rio, como ele arrumou dinheiro para levar essa água a cem léguas de distância, se não consegue nem fazer isso com terras a duas léguas do rio?”. Não dá para entender, dá?

Então, a questão da transposição, dependendo do ponto em que você está, você é contra ou a

favor. Não dá para ser maniqueísta, dizer “eu sou contra”, “eu sou a favor”. Você tem de examinar essa questão da transposição num contexto bem amplo, de benefício. Eu, por exemplo, tenho dito sempre o seguinte: você só resolve, só consegue politicamente encaminhar a transposição do Rio São Francisco para essas bacias do Nordeste setentrional no dia em que você fizer um pacto. Não é uma barganha, mas um pacto do tipo “olha, cada real gasto na transposição vai corresponder a um real investido na bacia do São Francisco”, como uma maneira de você fazer as compensações, de você dividir os benefícios. Porque não tem sentido você tirar água daqui para lá, quando milhares e milhares de moradores das margens do São Francisco estão passando as mesmas dificuldades que aqueles que seriam beneficiados pela transposição. Está entendendo a complexidade do problema?

Fg - Mas você, pessoalmente, acha que traria benefícios?

JP – Olha, não dá para ter uma posição maniqueísta, não é assim. Do meu conhecimento, você tem três conjuntos de bacias por onde passariam os eixos de transposição. Bacia do Jaguaribe, do Apodi/Piranhas e do Paraíba e Ipojuca. Existem estudos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que dizem que essas regiões não precisam de fonte externa, os recursos hídricos locais, se bem utilizados, são suficientes.

Fg - E o aquífero no Piauí, ninguém fala disso?

JP – O Piauí repousa sobre um grande mar subterrâneo de água doce. O Piauí é um absurdo... eu trabalhava na Sudene quando furaram poços lá e eram todos artesianos, ou seja, a água jorrou naturalmente. Tem poço que jorra há 40 anos! O Piauí é um mar de água doce subterrâneo que tem,

«A transposição [do rio São Francisco] é um projeto extremamente polêmico. Infelizmente, só surge para ser discutido nas vésperas das eleições. Provavelmente, tem outros PC Farias para fazer caixa»

inclusive, uma grande vantagem: está em uma zona de arenito. A capacidade de recarga desse aquífero do Piauí é de um bilhão de metros cúbicos por ano, aproximadamente. Quer dizer, você pode tirar um bilhão de metros cúbicos de água que a própria chuva se infiltra no arenito e recarrega o aquífero.

Então, veja, eu não digo cientificamente, mas a comunidade acadêmica já chegou à conclusão de que você não precisa fazer a transposição, pois existe água. Então, a transposição é um projeto extremamente polêmico. Infelizmente, só surge para ser discutido nas vésperas das eleições. Provavelmente, tem outros PC Farias para fazer caixa.

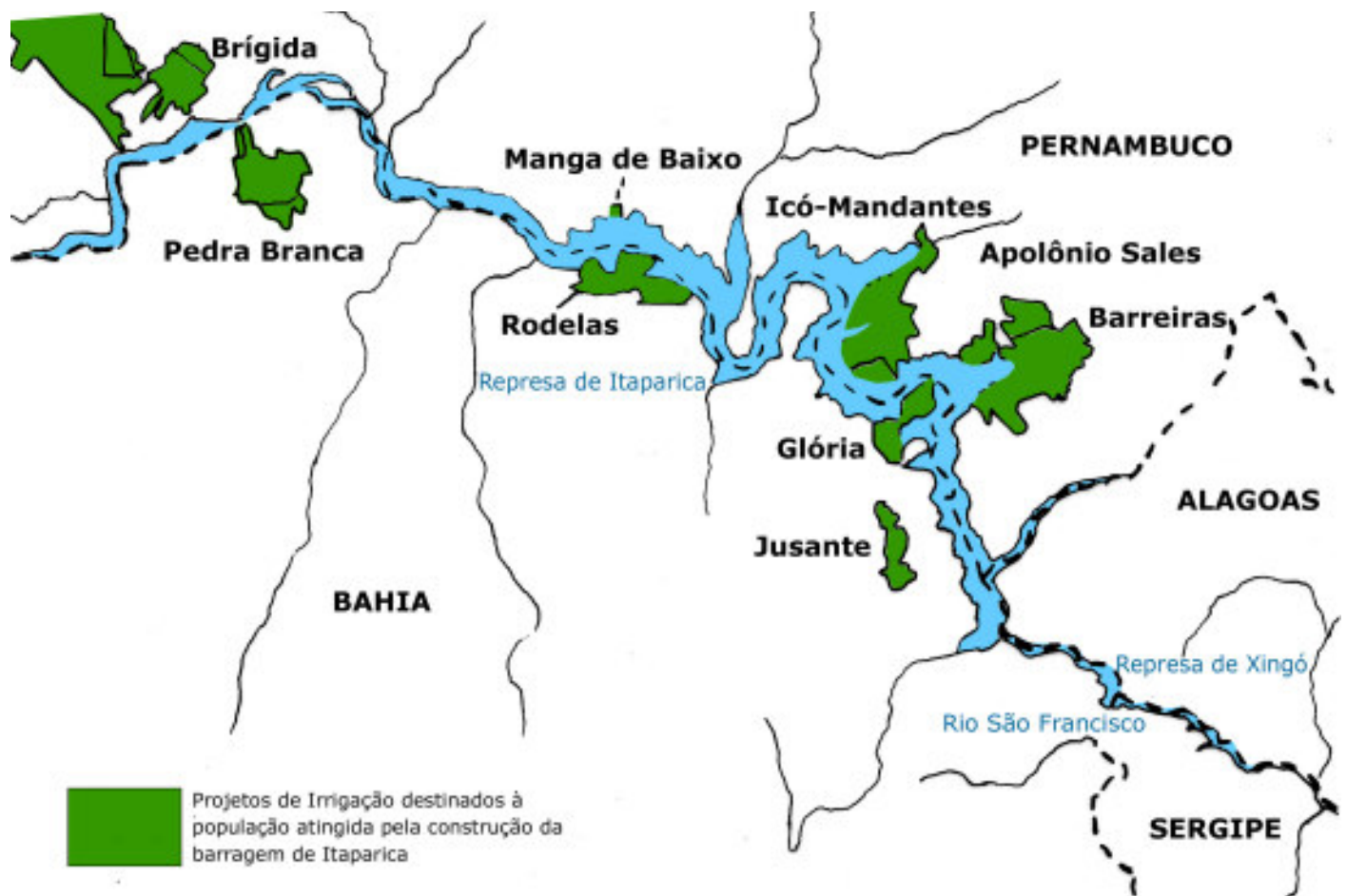
Fg - Então, deduzimos que essas áreas podem ser bem mais exploradas, em termos de irrigação, de projetos de desenvolvimento. Por que não são?

JP – É uma questão política, não é? O Nordeste sempre foi a terra dos coronéis políticos, não é? Então, qualquer manifestação de antagonismo a essas lideranças políticas velhas, durante o governo militar, era encarada como subversão. O Brasil está redemocratizado desde 1985 pra cá, é um processo lento, é um processo de 15 anos, depois de 20 anos de regime fechado. Mas já começa a haver um trabalho. Isso tudo requer uma discussão muito grande e passa por uma série de considerações que é preciso.

Por exemplo, é fora de qualquer dúvida que os recursos naturais do Nordeste são extremamente inferiores aos do Sudeste: água, clima, terra e de tudo mais. Também é fora de dúvida que há uma superpopulação. O que fazer? Seria antes de tudo um problema de educação: teria que dizer “olha, rapaz, se você tiver um casal de filhos, terá melhor condição de criá-los do que se você tiver doze. Se você tem uma roça aqui, a sua roça produz alimento para quatro pessoas. Mas, se você dana-se a botar menino no mundo, a sua roça não vai ter capacidade para catorze pessoas”. É tudo isso que tem de ser debatido e definido, Discutir qual é a capacidade de su-porte que as áreas têm. Não é tão simples como você possa pensar não.



Túnel na construção da usina de Paulo Afonso I (reprodução do livro de 50 anos da CHESF)



Populações atingidas por barragens

Nas construções das usinas hidrelétricas de Sobradinho e Itaparica, no rio São Francisco, milhares de pessoas precisaram deixar suas antigas moradias, localizadas em áreas que foram alagadas pelas represas. No mapa acima, as regiões em verde mostram os projetos especiais de irrigação feitos pela CHESF e destinados aos atingidos pela Barragem de Itaparica.



Serra do Ramalho

No oeste da Bahia, está um dos projetos de reassentamento resultantes da construção de uma das maiores lagoas artificiais do mundo, Sobradinho

Mais ou menos ao meio da estrada principal da segunda agrovila, em Serra do Ramalho, há um parquinho infantil. Pequeno, mas com alguns balanços e um gira-gira, ele estava vazio quando passamos por lá. Talvez fosse por causa do horário, ainda que, por volta das 10h da manhã, algumas crianças já podiam ser vistas saindo do turno escolar, trazendo cadernos e exibindo seus uniformes. A visão traz uma lembrança: em nosso roteiro, vimos meninos brincarem com pneus, paus, pedras, e meninas nadando em rios, carregando bonecas, às vezes comendo frutas. De todos os lugares por onde passamos, durante cinco semanas, este é o único onde *pensaram* em fazer um parquinho.

Pode parecer uma contradição que a Serra do Ramalho, parada final de nossa viagem, esteja na parte inicial desta revista. Entretanto, por muitos motivos, este é um dos lugares onde algumas histórias que queremos contar tiveram origem. Aqui é para onde, na segunda metade dos anos 70, as primeiras famílias de populações ribeirinhas dos municípios de Sento Sé, Pilão Arcado, Casa Nova e Remanso foram transferidas, devido à construção da barragem de Sobradinho, concluída em 1977.

Estimuladas pelos prefeitos e pelo então governador Antônio Carlos Magalhães, elas abandonaram a pescaria, as criações e as plantações de lameiro em ilhas do rio na expectativa de encontrar

o futuro que os homens daquela época vislumbraram. E que futuro! Os maridos e trabalhadores haviam visitado as terras nas cercanias de Bom Jesus da Lapa em expedições promovidas pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF): em uma época chuvosa, viram terrenos férteis cuja fecundidade faltava à caatinga e voltaram cheios de esperança. Para quem não havia conseguido ir, sessões de *slides* confirmavam a visão, com volumosos tomates e pés de milho.

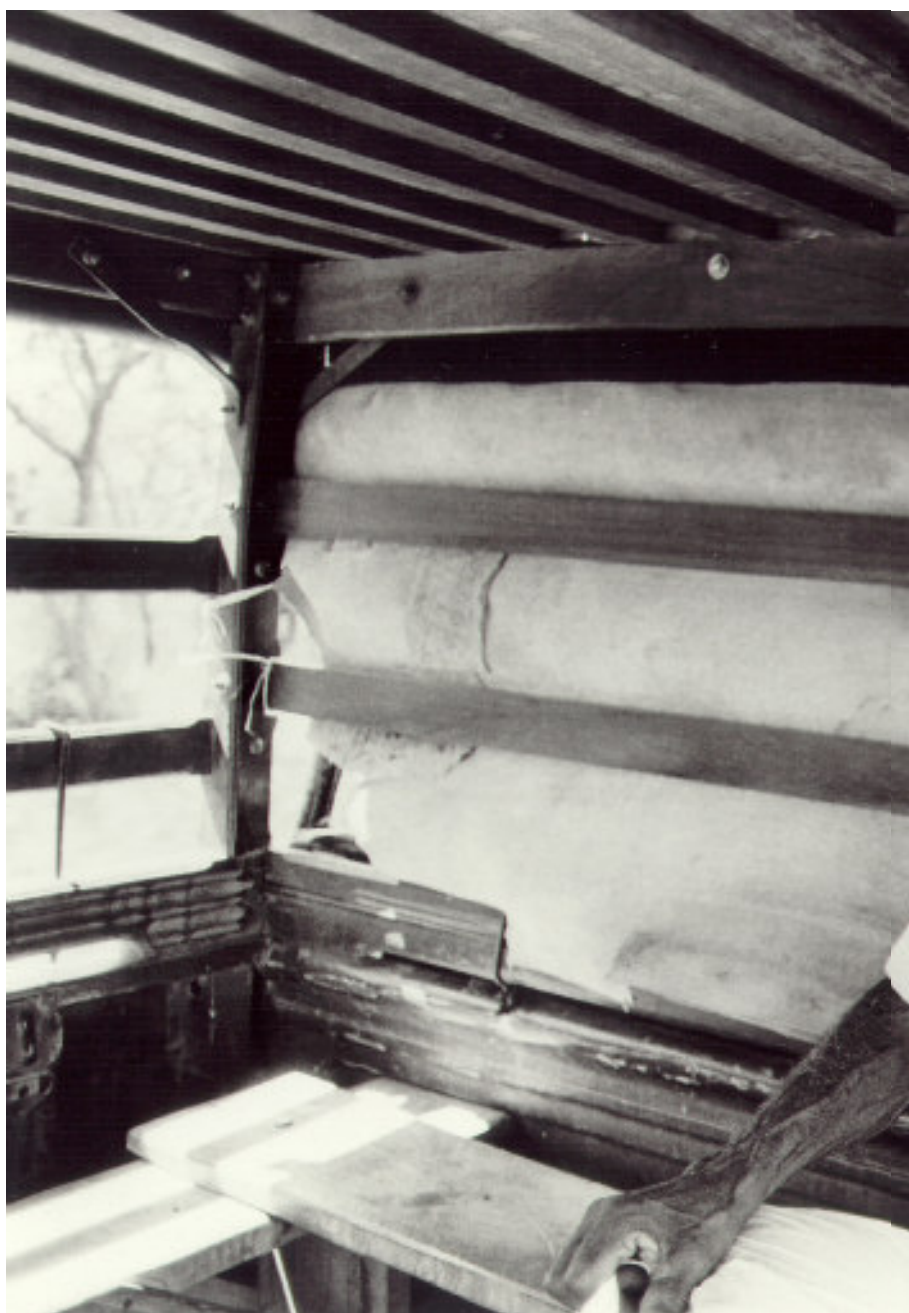
Assim, de ônibus ou por barca, sem precisar pagar as passagens, as famílias vieram, muitas após vender tudo e receberem o que consideraram hoje uma mixaria por suas terras e bens. Houve casos em que o dinheiro durou apenas para medicar algum parente próximo, antes da viagem. Alguns desistiram de se mudar para Petrolina por preferirem viver na roça, mas não podiam saber o porvir - Petrolina se tornaria a menina dos olhos de Pernambuco, exportando, junto com Juazeiro (BA), uma média de 3,2 mil toneladas de frutas ao ano. Receavam, mas poetizavam:

*"Adeus, meu querido rio, para a agrovila eu vou partir
Não sei se chego lá ou o encontro igual aqui
Meu São Sebastião, para a agrovila vão me levar
Vá sempre em nossa frente, não deixa esse carro virar"*

Quando chegaram, todos receberam por volta de vinte hectares de terra, seis deles prontos para o plantio. Por três dias, comeram da alimentação dada pela Companhia e, por dez meses, tinham depositado em suas contas um salário de 550 Cruzeiros. As casas ficavam relativamente perto do terreno, formando pequenas vilas; haviam sido cercadas com arame pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pelo reassentamento na época; os novos moradores teriam 20 anos para pagá-las, assim como aos lotes. Mas não havia infra-estrutura: a energia chegaria dois anos mais tarde, a água do rio estava a mais de dez quilômetros e não havia poços perfurados. Um carro-pipa, enviado para abastecer a região, aos poucos foi rareando as passagens e a água que trazia também era ruim, salobra, causando um surto de mortandade infantil.

O trabalho não chegou, o salário logo se provou insuficiente e várias famílias passaram fome. Em uma cena deste período, uma casa com doze filhos não tinha meio quilo de arroz para fazer de almoço. O pouco gado que havia ficava numa área de acesso restrito. Sem opções, o governo chegou a ter que assistir parte de população com mercadorias, porém muitos não agüentaram os novos tempos e voltaram, vendendo o lote e a casa. Em verdade, não havia para onde voltar. Foram, de novo, rumo às cidades submersas, enquanto quem ficava recorria ao banco logo após o primeiro ano, dando início a um ciclo de dependência comum até hoje na área rural nordestina.

Com o tempo, este refluxo de saúde permitiu a vinda de famílias de locais improváveis como Ceará, Alagoas e Sergipe, que compraram as roças e se misturaram à população local. Os homens também conseguiram alguns empregos em Bom Jesus da Lapa, a cidade mais próxima e da qual Serra do Ramalho fazia parte, na época. Puxou-se água (não tratada e de gosto repugnante) do Rio Corrente, um dos afluentes do São Francisco, através do projeto de irrigação Formoso, da Companhia de Desenvolvimento do

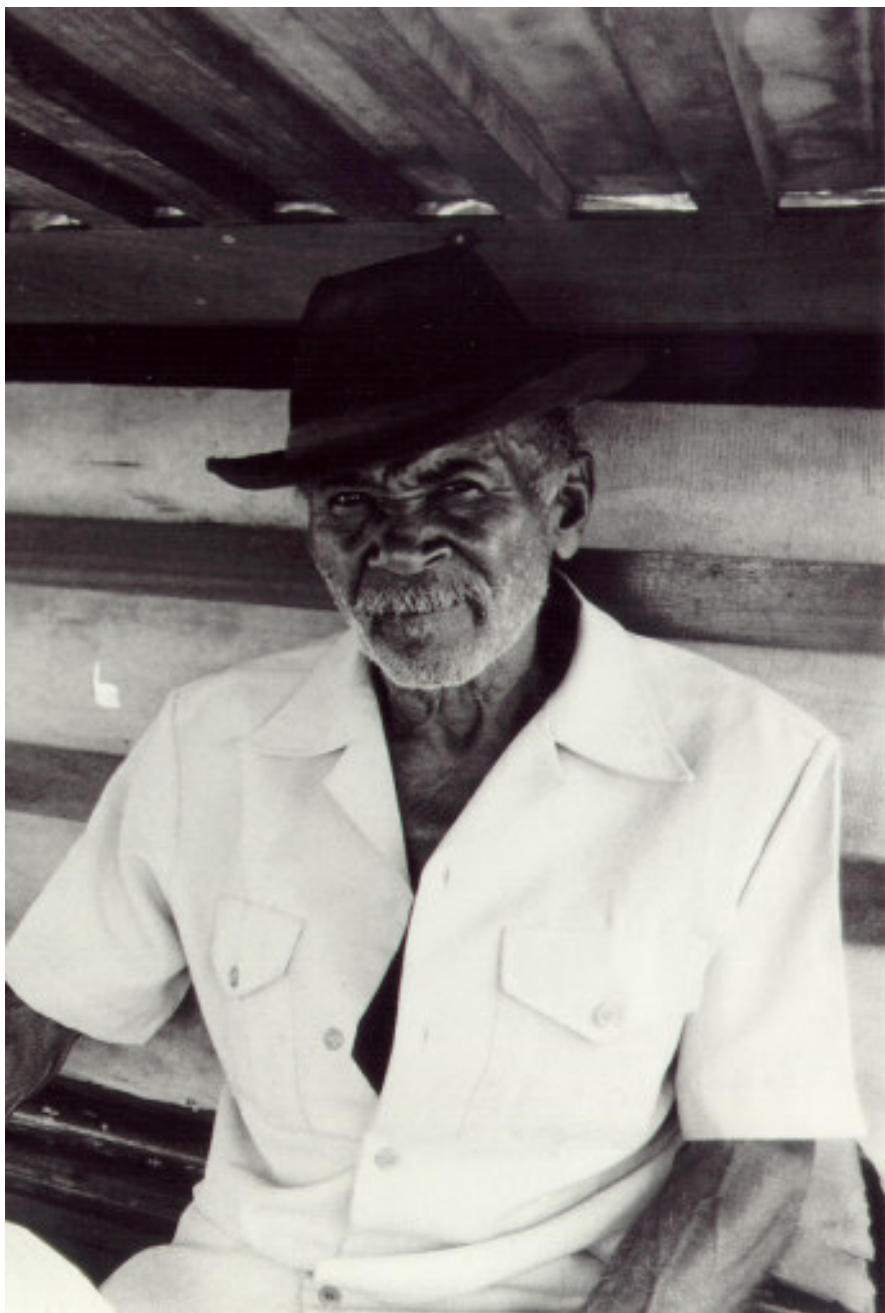


Vale do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), e as terras de fato boas permitiram o plantio da mamona, do arroz e do algodão, mesmo o Projeto não chegando em Serra do Ramalho. Com a praga do bicudo, a plantação deste último, até então a mais rentável, foi substituída pela do milho, que perdura até os dias atuais, junto com a criação de gado. Mas isso seria avançar demais no tempo: gerações separam o povo daquela época da população local de hoje. Há um fato principal a se ressaltar ainda, antes de voltar a

falar da cultura extrativista.

Emancipação política

Em 1989, Serra do Ramalho se preparava para dar um grande salto em sua história. Até então vinculados a Bom Jesus da Lapa e ao Incra, os habitantes das vilas votaram pelo desmembramento e formação de um novo município, autônomo. O primeiro prefeito, Boleal Dantas, do PSDB, era um dos executores do projeto de reassentamento; vinha de Sergipe. Em 94,



Lavrador indo para a roça de uma das agrovilas em Serra do Ramalho

no segundo pleito, passou o cargo para seu sobrinho, Demorie, do mesmo partido e estado. Quatro anos mais tarde, a sina de governantes de outras regiões se repetia, com a vitória de Alberto Anísio Souto Godoy, do PFL de Pernambuco.

O que nos leva a 2002 e à situação atual. Naquele ano, em uma campanha em que ofereceu até "vaca biônica", segundo a população local, Alberto Godoy se reelegeu, tentando unificar os partidos através de um instrumento conhe-

cido por todos: a perseguição política. A prática consistia em ameaçar quem se aventurasse a unir-se à oposição, no caso, de Raimundo Sobreira Filho, do PSDB. Ao final das eleições, quando Godoy havia somado 65,20% dos votos, várias pessoas, sabidamente opositoras, foram convocadas a comparecer à delegacia local, para prestar esclarecimentos. Essa perseguição ainda está tão presente nas agrovilas que levou a nós, jornalistas, a utilizarmos o direito de não citar as fontes utilizadas nesta matéria, por

medo de represálias.

As acusações vêm de anos: em agosto de 2001, a pedidos dos deputados Waldir Pires (PT-BA) e João Almeida (PSDB-BA), a Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados enviou representantes para visitar, pessoalmente, os municípios vizinhos de Serra do Ramalho e Carinhanha, para apurar denúncias de atentados contra os direitos humanos. A depuração dos depoimentos de Serra do Ramalho não está mais disponível, mas, em 23 de agosto daquele ano, a professora Amair da Silva do Nascimento, de Carinhanha, contava aos membros da Comissão, reunidos ali, a forma como havia sido demitida. Professora concursada, Amair havia sido despedida verbalmente em 2000 pelo prefeito Geraldo Pereira Costa (PFL), que se recusou a assinar o documento com o pedido, mas suspendeu o pagamento do salário. Ela só conseguiu voltar a trabalhar cerca de seis meses depois, após entrar na Justiça, um hábito incomum nessa região do país. Outras 25 professoras haviam sido transferidas da sede para a área rural por fazerem parte da oposição.

Naturalmente, Amair falava de Carinhanha, mas os relatos são exatamente os mesmos que ouvimos em Serra do Ramalho: professoras sendo transferidas para agrovilas distantes devido às suas preferências políticas e deixando de receber os salários. Há denúncias de casos em que as profissionais, aprovadas em concurso prestado pelo Estado, estavam tentando transferência para outra cidade por estarem impedidas de exercerem suas funções.

Em fevereiro deste ano, também diante da Comissão de Direitos Humanos, o deputado Walter Pinheiro (PT-BA) relatou uma experiência em Serra do Ramalho: quando visitara a cidade na época da campanha eleitoral de 2002, recebeu um recado para "calar a boca", porque estava "falando demais". "A ousadia chega a esse limite", acrescentou. No relato, o deputado acusou o prefeito Alberto Godoy de haver feito da Guarda Municipal uma milícia e de transformar a cadeia em

“um verdadeiro palco de tortura”, no qual vários presos, inclusive menores de idade, foram torturados e assassinados.

Durante nossa visita, ouvimos relatos de compra de votos por parte de um vereador, que distribuiu blocos e “carradas” de areia ou pedras na época das eleições. Em um lugar com as características de renda de Serra do Ramalho (veja a seguir), este é o preço do voto. Nossa fonte preferiu não identificá-lo, mas nos deixou uma frase que resumiu nossas impressões: “aqui não existe democracia”.

O prefeito Alberto Godoy também é acusado de enriquecimento ilícito, tanto pelos habitantes com quem conversamos quanto pelos ouvidos na excursão da Comissão de Direitos Humanos. As histórias contam de sua chegada na cidade em uma Belina velha e das frotas de caminhões e carros possuídas hoje por ele, além de fazendas e um avião. Seja como for, atualmente o prefeito trabalha apenas nas segundas, quartas e sextas, embora não houvesse comparecido à Pre-

feitura no dia de nossa visita (numa quarta-feira), por estar cuidando de uma de suas clínicas em Bom Jesus da Lapa.

Baixa renda

Pouco mudou desde que Serra do Ramalho se emancipou. Ainda hoje, a cultura do milho é a responsável por boa parte do rendimento do município, respondendo, em 2000, por uma produção de 13.140 toneladas (R\$ 2,8 milhões), de acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI) da Bahia. O algodão ainda rende mais do que a mandioca, mas é menos plantado: são 854 toneladas (R\$ 427 mil) contra 12.000 toneladas (R\$1,9 milhão) deste último.

Ainda assim, é arriscado plantar milho em regime de chuvas, sem irrigação. Especialmente nos portes de uma agricultura familiar. Em 2002, o saco para plantar milho custava R\$ 40. Na safra seguinte, a venda de um mesmo saco ficou entre R\$ 7 e R\$ 12, tendo dado algo como 180 sacas, para uma das fa-

mílias que entrevistamos. Entretanto, a produção é irregular: houve épocas em que os agricultores colheram 200 sacas e outras em que conseguiram apenas 80. Outra família teve perda no investimento no ano passado e calculava ficar em débito de novo este ano.

Esses dados são particularmente relevantes se considerarmos outros, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontam que, dos 32.600 habitantes de Serra do Ramalho, apenas 3.742 vivem em áreas urbanas, enquanto a maior parte da população – 28.858 pessoas – vive em áreas rurais. Somente 70% da população é alfabetizada (a média do Nordeste, já bem abaixo da brasileira, é de 75,43%), mas, deste número, 63% estudaram, no máximo, até 7 anos, o que significa que não chegaram ao segundo grau.

Esses dois dados, em conjunto, mostram uma tendência a uma fonte de renda relacionada ao campo: enquanto 66,73% ganham seu dinheiro em atividades como trabalho agropecuário, florestal, caça ou

*Quando eu olho para a minha terra, que vejo tanta paisagem
Recordo muitas coisas que não esqueço jamais
A barragem de Sobradinho foi uma grande ilusão
Fez todo mundo sair dos seus velhos torrões
Eu queria ser um monstro para essa água engolir
Para não fazer mais barragem e nós não sair daqui*



Acima: rocha onde fica a igreja de Bom Jesus da Lapa, um dos maiores centros de peregrinação do país.
Na próxima página: imagens do interior da gruta, onde ficam o santuário e a sala dos ex-votos

pesca, apenas 7,87% trabalham nos setores de bens e serviços. A renda é ínfima: 8,24% da população ganham até dois salários mínimos; 22,27% até um salário mínimo e 64,85% não possuem renda – ou seja, de acordo com o Censo 2000, 95,36% da população do município ganha menos de dois salários mínimos. Dados de 1997, da Secretaria da Fazenda e da Assessoria de Planejamento da Bahia dizem a mesma coisa, mas de maneira um pouco diferente: a receita per capita de Serra do Ramalho é de R\$ 2,16. Para se ter uma idéia, a de Bom Jesus da Lapa, a cidade desenvolvida mais próxima, é de R\$ 34,92, e a da capital Salvador é de R\$ 466,39¹.

Com isso, não é de se surpreender que muitos estejam devendo ao armazém mais próximo ou comprando fiado em farmácias, utilizando quase todo o dinheiro para quitar a dívida, no dia do pagamento – caso das famílias que entrevistamos. Para se manter, muita gente procura outro tipo de emprego, como no Projeto Formoso, da Codevasf. Outros arrendam parte das terras. Em muitos casos, os investimentos a partir de créditos conseguidos em bancos não dão retorno – uma das famílias entrevistadas havia feito um plano com o Banco do Nordeste para comprar cabras, mas teve de vendê-las antes do tempo. “Criança, aqui, estuda e vai para debaixo do cacho de bananeira, para ganhar um dinheirinho”, nos informaram. Em outra das famílias, os onze filhos da casa haviam deixado a cidade por falta de condições. Talvez sejam estes uns dos motivos pelos quais o único parquinho infantil de nossa viagem estava vazio.

Quanto aos recursos públicos de ajuda, os moradores são bastante descrentes. O programa Bolsa-Escola, por exemplo, paga R\$ 15 por mês. No entanto, uma das coisas a se ter em mente quando se trata de agrovilas remanescentes de projetos de reassentamento é a distância que as separa de qualquer ponto de comércio. No caso do Bolsa-Escola, deve-se receber o dinheiro na agrovila de número nove. Al-

guém que more ao lado do nosso parquinho, na agrovila 2, pagaria R\$ 6 de passagem de condução para as bestas ou vans que fazem o trajeto (não há transporte público). Se a fila estiver demorada e essa pessoa gastar R\$ 2 em algo para comer, sobram-lhe exatamente R\$ 7. Há descrença também quanto ao Bolsa-Renda, “só paga fazendeiro”, e ao Sistema Único de Saúde (SUS), cujo cadastramento é feito pela Prefeitura e as duas meninas que atendem pelo programa o fazem em casa.

A situação se agrava se levarmos em consideração que só há postos de saúde na agrovila de número nove, onde fica a Prefeitura, e em Bom Jesus da Lapa – o da agrovila 4 faz apenas atendimentos simples, como pré-natal ou aplicação de vacinas. Nas outras agrovilas, “não passa médico nem de helicóptero”. Com isso, gestantes têm de se deslocar e ainda existe a figura da parteira na região.

Tantos anos desde a construção de Sobradinho separaram consideravelmente os habitantes atuais e os migrantes iniciais de Serra do Ramalho. As gerações mais velhas gostariam de voltar, mas reconhecem não haver para onde e são conscientes dos novos laços familiares e culturais atendo-as às agrovilas de hoje. Os mais novos não se vêem tendo um futuro na região e consideram-na muito “parada”, muito distante de qualquer outro lugar. Este é um sentimento comum em praticamente todos os reassentamentos por onde passamos. Em Santa Maria da Boa Vista (PE) (veja reportagem na página 38), demos carona para dois estudantes, que saíram de sua agrovila para uma festa na cidade. Ambos dividiam estas impressões, mas ressaltaram considerar a cidade muito



“perigosa”. É difícil entender o que se entende por perigo em uma cidade em que se pode ir de um canto a outro em menos de três horas de caminhada, porém, a diferença de valores daqueles dois jovens com relação a seus pais era explícita. Enquanto eles pretendiam arrumar um emprego em uma cidade grande para deixar o lugar, nas agrovilas de Santa Maria seus avós eram aqueles que haviam esperado dez anos até a chegada do projeto de irrigação da CHESF, sem ter para onde ir.

Outros números do IBGE demonstram o quão longe esta realidade dista de uma cidade grande: no município, apenas 2,23% das casas possuem telefone, 8,03% têm automóveis e 0,33% são donas de um computador.



Reassentamento da Barragem de Itaparica

Reassentados aguardam projeto de irrigação há 15 anos



Estrada alternativa de acesso ao Projeto Barreiras. A principal estava alagada.
No topo: rua típica de uma agrovila

Moradores de projeto não concluído recebem verba de sustento do governo desde 1988, época em que foram deslocados de suas antigas residências devido à construção da barragem de Itaparica

A estrada de terra em estado precário, lamacenta, deixava o percurso até o Projeto Barreiras - na zona rural dos municípios de Tacaratu e Petrolândia - bem mais longo do que era de fato. As bifurcações sem sinalização alguma, no meio da caatinga, deixavam claro que o acesso às 8 agrovilas do reassentamento não era fácil. Em alguns trechos era necessário fazer um desvio de 2 ou 3 km para vencer as poças, em outros, ir bem devagar para preservar o carro do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Petrolândia, que nos ajudou a chegar no local.

No sertão de "Os Retirantes", de Gracialiano Ramos, o chão é rasgado de tão seco, nada parece vivo, nem mesmo as pessoas que por ali moram; o sentimento é de total abandono. Ao visitar um projeto de reassentamento concebido para abrigar pessoas deslocadas de outras regiões, a sensação é muito diferente: vê-se que, apesar de localizado dentro do chamado Sertão Nordestino, é, sim, possível viver ali. Mas a questão é latente: por que projetos como o Barreiras não funcionam, embora tenham sido planejados especialmente para isso e dispusessem de recursos?

O Barreiras é um dos 10 projetos de irrigação criados pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) para abrigar as 10,5 mil famílias afetadas pela inundação de Itaparica. A empresa do governo federal se comprometeu a implantar uma estrutura que beneficiasse os reassentados, acostumados ao plantio na beira do rio.

Enquanto os projetos de irrigação não fossem concluídos, as famílias deslocadas receberiam da CHESF a chamada 'verba de manutenção temporária' (VMT), cujo valor atual é de R\$ 445. Atualmente, a VMT ainda sustenta 1.420 famílias e responde por mais de R\$ 7 milhões dos gastos anuais da geradora. Planejada para durar até a emancipação econômica da produção irrigada, seu fornecimento não tem prazo para acabar.

Terras do Bloco 2 destinadas ao plantio irrigado e à agricultura de sequeiro estão abandonadas

Quando fomos conversar com Ana Maria da Cruz, 54, ela estava alimentando seus cabritos, em frente

à casa de alvenaria onde mora. Antes de se mudar, em 1987, para o Bloco 2 do Projeto Barreiras, em Tacaratu, interior de Pernambuco, trabalhava como meeira na beira do rio São Francisco. A construção da barragem de Itaparica, no final da década de 80, alagou a região onde morava, obrigando-a a partir e viver em uma das áreas destinadas à população atingida.

Sua história é semelhante à das 105 famílias que permaneceram no Barreiras, das 638 reassentadas inicialmente. Deslocadas de suas antigas residências, cada uma recebeu em troca 25 ha de terra, dos quais de 1,5 a 6 ha seriam destinados ao plantio irrigado. A evasão foi grande devido aos "pararurais" - pessoas que têm lotes mas moram na cidade - e aos "compensados" - aqueles a quem a CHESF pagou uma indenização e não têm mais direito de participar do projeto de reassentamento.

Hoje em dia, Ana Maria gosta de ter terra própria, considera um aspecto positivo do processo de reassentamento. Porém, passa por dificuldades porque seus lotes des-

tinados à irrigação não produzem e a área de sequeiro ainda não foi dividida. Para sobreviver, planta no próprio quintal em época de chuva e na seca utiliza a verba de manutenção para se sustentar.

Apesar do esforço da CHESF em regularizar a situação dos atingidos pela barragem de Itaparica, o planejamento e a execução de alguns projetos de irrigação falharam.

O Bloco 2 de Barreiras - assim como os projetos Itacoatiara, em Rodelas (BA), e Jusante, em Glória (BA) - é considerado como não implantado, 15 após seu início. A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), contratada pela CHESF para executar a estrutura, considerou a área imprópria para a agricultura por problemas de solo, não detectados quando a geradora adquiriu o terreno.

Erros técnicos como este custaram caro: os cerca de 16 mil hectares reservados para agropecuária de sequeiro e irrigação estão tomados pela vegetação baixa da caatinga, à espera de cercas que os dividam em lotes. Sem água



Ana Maria resalta um ponto positivo do projeto: agora tem terra própria

suficiente, a produção tornou-se necessariamente voltada para a subsistência e baseada em regimes de chuvas. Milho, feijão, melancia, entre outros: tudo plantado no quintal das casas.

Nos 7 projetos espalhados por Pernambuco e Bahia onde há estrutura de irrigação, a CHESF ainda paga todos os gastos com água, energia e manutenção de equipamento. Até hoje, nenhum projeto instalado tornou-se auto-sustentável.

Embora produzam, reassentados vendem as colheitas para atravessadores, devido à falta de cooperativas e alternativas de escoamento da produção – detalhes importantes não considerados no

planejamento dos projetos. A verba arrecadada não é suficiente para emancipar as plantações do subsídio também pelo custo da estrutura: muito alto em comparação à capacidade de produção dos lotes.

A situação de projetos improdutivos causou, também, um grande problema social para os municípios próximos ao Polígono da Maconha que abrigaram deslocados, como o Jusante, no município de Glória (BA). Muitos moradores se envolvem com o plantio ilegal da droga, já que a jornada na roça de maconha pode render até o triplo do que numa plantação comum.

Em Petrolândia, município vi-

zinho a Tacaratu, a violência e a prostituição cresceram bastante devido à ociosidade e falta de perspectiva do Projeto Barreiras, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade.

Municípios e CHESf não definiram de quem é a responsabilidade pela infra-estrutura e direitos sociais dos reassentados

Francisca Gonçalves da Silva, 50, mora no reassentamento há 15 anos. Antes de mudar-se para o Barreiras, tinha terras arrendadas. A situação, agora, é mais difícil: nunca teve seus lotes irrigados e vive da VMT que, segundo ela, "dá para pouco".



Acima: Francisca abre a escolinha da agrovila e sala de aula improvisada após o roubo; **ao lado:** meninos na porta de entrada

Francisca é responsável pela escolinha da agrovila 7, que atende 34 alunos de 1ª e 2ª séries. Guarda as chaves da entrada e fez questão de abrir o local para mostrar em que estado se encontrava. Equipada com 2 salas muito sujas e 33 cadeiras e mesas em estado precário, a escola funcionou com apenas 1 professora em 2003. Para 2003, não havia previsão de continuidade do ensino. Durante as férias de dezembro e janeiro, a fragilidade do local e a falta de segurança resultaram em roubo: a escola foi saqueada e ficou sem o vídeo, a tv e merenda escolar.

“Desde que a escola foi municipalizada, tem problemas de manutenção e professor”, conta ela. “Mesmo que o prefeito de Petro-lândia ajude, o responsável em mantê-la deveria ser o prefeito de Tacaratu. Ele não pagou a luz, que foi cortada”.

A locomoção também enfrenta complicações: “um problema muito grave aqui é o transporte, porque quando chove o acesso para as agrovilas fica muito difícil. As estradas de barro são precárias e ficam com muita lama”, conta Maria Luciene da Silva, 38, segurando 1 de seus 5 filhos no colo.

Nos fundos de sua casa havia um trator arando o terreno. Explicou que era “emprestado” do município de Petrolândia, embora Tacaratu seja responsável pela agrovila 7, onde mora. Luciene não sai muito e como não há nenhum tipo de comércio por ali, se precisa de alguma coisa pede emprestado, quando não pode ir à cidade.

Questionado sobre o descaso, José Abenildo Lima, secretário de Infra-estrutura de Tacaratu, afirmou que “até hoje, não houve acordo com a CHESF a respeito da responsabilidade de infra-estrutura das agrovilas, cabendo a ela esta tarefa”.

Em resposta dada pela assessoria da presidência da empresa, via email, a geradora assume a falta de um acordo que oficialize a transferência dos serviços públicos municipais para a Prefeitura de Tacaratu. “Contudo, a meta da Chesf é de fato a transferência dos

mesmos para o Município. Para tanto, deverão ser retomadas as negociações para fechamento de um acordo com a cidade em questão”. A Prefeitura de Tacaratu, porém, ainda não foi convocada para nenhuma reunião ou negociação, sem previsão de data para acontecerem.

O remanejamento destas populações também enfrentou problemas de interesses políticos, como explica Maria Lia Corrêa, pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco. “Existe um projeto que fracassou completamente, o Juzante, que fica na Bahia. Surgiu a partir de interesses políticos baianos. Porque se você faz um reassentamento, tem este detalhe: você tira a população de um município e bota em outro. Esta população é eleitora, você perde votos, perde o fundo de participação dos municípios, que é em cima do total da população. Os municípios tinham interesses nestas questões, interesses políticos também. No caso da Bahia, houve interesse em manter a população naquele projeto e foi um projeto que desde o começo suspeitavam que não daria certo”. A Fundação Joaquim Nabuco foi a instituição escolhida para fazer um relatório de impacto social do Reas-sentamento de Itaparica e Maria Lia foi a coordenadora da pesquisa (veja entrevista da página 46).

Novas perspectivas

Problemas com o solo de algumas áreas e a falta de planejamento fizeram com que o Bloco 2 fosse considerado, até fevereiro deste ano, “economicamente inviável” como projeto de irrigação, o que resultaria no seu abandono.



Luciene, com um de seus filhos, observa o trabalho de aragem; o trator veio emprestado de outro município

A decisão foi tomada pela Câmara de Políticas de Infra-Estrutura do Conselho de Governo, órgão do Governo Federal encabeçado pela Casa Civil da Presidência da República, em reunião realizada em 5 de agosto de 1997. Ou seja, 10 anos depois dos reassentados terem se mudado para lá.

Porém, com a mudança de governo em 2003, também mudou a diretoria da CHESF. Novas avaliações técnicas da região foram apresentadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia e Jatobá, que abrange a região. Finalmente, em reunião com os novos integrantes da empresa federal, no dia 23 de março, foi decidida a retomada do projeto.

Ainda não há nada definido de forma objetiva, mas a geradora se comprometeu, segundo o presidente do sindicato, Oswaldo Joaquim Xavier, a fazer esforços para que as análises e ponderações necessárias sejam breves e o as obras sejam iniciadas o quanto antes. Tudo indica que, depois de 15 anos de espera, os moradores do Bloco 2 terão seu projeto de irrigação.



O outro lado do projeto

Reassentados com lotes irrigados vendem suas colheitas a atravessadores

Moradores de projetos concluídos sentem falta de suas antigas cidades e da vizinhança de outros tempos. Embora reconheçam a importância de ter terra própria e acesso mais fácil à educação, enfrentam problemas com o abastecimento de água e sistema de esgoto

O Bloco 1 do Barreiras foi o primeiro a ficar pronto e era usado como modelo: os reassentados visitavam as agrovilas e a infraestrutura de irrigação a que, futuramente, eles também teriam acesso. Muitos deles não chegaram nem a ter seus lotes divididos, como no Bloco 2. Além disso, ouvimos alguns relatos de que as casas construídas em outros projetos não eram tão sólidas quanto às do "modelo". Frequentemente tinham rachaduras enormes nas paredes, com perigo de desabamento, e precisaram ser reformadas.

"Teve seu lado bom e seu lado ruim", dizem Sebastião José Xavier e Maria Luciene Lima Xavier, casal de moradores do Bloco 1, onde a

infra-estrutura de irrigação foi concluída. Moravam na cidade velha de Petrolândia e, além da agricultura de chuva para sobrevivência, faziam telhas artesanais.

Sebastião fala da nova vizinhança: "antes, as pessoas se conheciam [na velha Petrolândia], agora tem gente que não se dá bem na agrovila". Sua família também foi dividida no processo de reassentamento: hoje, moram em agrovilas diferentes, estão "mais longe".

Em seus lotes irrigados - em torno de 25ha - plantam somente coco, que vendem para atravessadores por um preço entre 10 e 15 centavos, dependendo da época. Em condições adequadas, segundo ele, é possível colher 10 mil

cocos por mês, o equivalente a uma "carrada" (um caminhão cheio). Sebastião diz que usa agrotóxico na plantação, "se não, não dá", mas acrescenta que tiveram instruções de como usá-lo.

O atravessador torna-se central na vida destes micro-produtores, já



Detalhe de cano que leva água bombeada de represa em Pe-trolândia para irrigação e consumo humano; quatro bombas puxam a água, das 6h30 às 16h30

que não houve um estudo de escoamento da produção e não há uma cultura de criação de cooperativas. Sebastião conta que raramente o pagamento é feito à vista, o prazo é de 10 a 15 dias para receberem o dinheiro da "carrada". Atravessadores de fora pagam mais, mas vêm uma ou duas vezes, acertam à vista, e quando ganham a confiança dos produtores, somem e não pagam todo um carregamento. Com isso, as pessoas passaram a vender apenas para atravessadores locais – ganham menos, mas têm garantia de que receberão o dinheiro. Afinal, sabem onde o atravessador mora "para ir lá e cobrar".

A água e a energia que consome em sua plantação de coco são pagas pela CHESF, assim como a manutenção do equipamento de irrigação. Sem entrar em detalhes, Sebastião nos diz que "muitas coisas que foram prometidas não foram cumpridas" e acredita que seria difícil viver sem essa dependência da CHESF.

Nas casas, a 2 km de distância das roças, a energia elétrica de uso doméstico é paga. A água ainda

não, embora futuramente será cobrada também. Luciene diz que não se importaria, caso o abastecimento fosse feito direito, "igual ao da cidade". A água chega no reassentamento durante meio período, apenas; acaba às 10h da manhã. Conta também que no banheiro não há ralo, por falha daqueles que projetaram a casa. Luciene lembra, ainda assim, que é melhor do que antes: para ter água, carregava um balde na cabeça, do rio até sua casa.

Todas as residências, desde a construção, possuem uma fossa atrás ou embaixo, esvaziada por um caminhão da prefeitura de Petrolândia. Luciana, porém, conta que a medida é recente: antes, quando a fossa ficava cheia, "precisavam se resolver".

Na mesma agrovila...

Oswaldo Joaquim Xavier, presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia, diz que "sempre foi revoltado com coisas erradas". Nasceu na cidade velha, não tinha emprego e por isso trabalhava na construção da

barragem de Itaparica. Sempre teve vontade de parar num canto e construir um futuro. Quando soube do projeto de reassentamento, procurou se cadastrar, mesmo sofrendo resistência da CHESF por ser seu funcionário. Mas acabaram concordando e conseguiu uma vaga na mesma agrovila onde moram Sebastião e Luciene.

Tornou-se representante da sua comunidade e hoje está no terceiro mandato da presidência sindical, limite máximo que alguém pode permanecer no cargo.

Além de ajudar a visitar o Bloco 1, nos mostrou seu lote irrigado e sua plantação de coco. Ele mesmo colheu alguns para tomarmos. Ali no seu lote também construiu uma casa, para facilitar o trabalho e ter "momentos de sossego".

Dedicado "aos negócios", explica que agricultores locais, ele inclusive, querem começar a fazer doces para o mercado da região - para isso estavam buscando um curso de capacitação profissional para aprenderem a "fazer direito" e montarem, eles mesmos, uma fábrica.



Oswaldo Xavier em frente à sua casa da roça: reassentamento-modelo



Reassentamento da barragem de Itaparica

Santa Maria da Boa Vista

“A construção da usina hidrelétrica de Itaparica teve início em 1979. A obra foi sendo feita em ritmo lento, devido aos problemas financeiros enfrentados pelo setor elétrico brasileiro na década de 1980. Em 1985, foi concluído o fechamento do desvio do Rio São Francisco. No ano seguinte, começaram a ser erguidas as cidades de Petrolândia, Itacuruba, Rodelas e Barra do Tarrachil, que abrigariam as cerca de 36 mil pessoas residentes em áreas do futuro reservatório com 834 quilômetros [quadrados] de superfície. Outra preocupação da Chesf foi assentar a população rural desalojada, promovendo projetos de irrigação”.

- Do livro Chesf 50 anos.

“Estamos se acostumando, mas a lembrança da beira do rio ninguém deixa não”.

*Manuel Anjo da Silva, 69 anos,
morador do Projeto Caraíbas, em
Santa Maria da Boa Vista (PE).*

Há algo curioso nos livros oficiais da CHESF: todos tratam a questão dos reassentamentos como algo menor, quando e se chegam a mencioná-la. De acordo com o *Planejamento Estratégico 2003-2007* (veja ilustração ao lado), a companhia pretende se desvincular da questão até o final deste ano, passando o encargo para outros dois órgãos do governo; a CODEVASF ficará responsável pela operação e manutenção dos projetos de irrigação concluídos (até o momento, nenhum), enquanto o INCRA terá a missão de “solucionar” os projetos remanescentes.

Luiz Gonzaga Júnior, supervisor do projeto de irrigação de Itaparica em Pernambuco, da CODEVASF, considera que “a conclusão dos projetos de reassentamento [em 2003] será impossível ou necessitará de uma negociação grande para acon-

tecer”. Segundo ele, “é uma questão de administração pública muito alta a CHESF deixá-los este ano”.

O Projeto Caraíbas, no município de Santa Maria da Boa Vista, encontra-se em um estágio intermediário entre a dependência e a emancipação e constitui em um bom exemplo deste trâmite entre as estâncias governamentais. Ali, a história se repete: os produtores passaram dez anos em meio ao nada, a 30 km do rio, sem trabalho e sobrevivendo da verba de manutenção temporária até a instalação do sistema de irrigação, em junho de 1998.

Neste meio tempo, registrou-se um surto de alcoolismo e insegurança na região, além de um aumento do tráfico de drogas, pois alguns agricultores começaram a plantar maconha para incrementar a renda – o município fica dentro

da faixa denominada "Polígono da Maconha", que abrange até o norte da Bahia e oeste de Alagoas.

Com sistema de irrigação implantado, em 2000 foi suspensa a verba de manutenção temporária e, no ano seguinte, as terras começaram a ser transferidas de mãos. A responsabilidade pela doação já estava a cargo do INCRA, que deu aos moradores uma escritura "provisória" pelos terrenos. Em breve, os produtores começarão a pagar pela água e energia usadas na plantação, até então um gasto assumido pela CHESF.

Isto significa que, em pouco tempo, a ligação dos reassentados com o governo passará a estar restrita apenas à CODEVASF. Entretanto, além de problemas comuns em áreas de reassentamento como falta de escoamento apropriado para a produção, descrença no papel das cooperativas e tecnologia muito dispendiosa para o pequeno agricultor (sobre isso, matéria na página 32), as agrovilas de Santa Maria possuem características particulares que podem aparecer em outros projetos, quando aqueles chegarem à fase em que este se encontra.

Sustentabilidade?

De acordo com Expedita Rodrigues da Silva, 58, antiga moradora



Nessas páginas: Manoel Anjo e sua mulher, em frente à casa onde moram em Santa Maria da Boa Vista - a noite, os moradores agora trancam as portas



de Ilha Grande, município de Belém, a CODEVASF seleciona os terrenos pelos quais ficará responsável: "eles não recebem lotes em que haja pendências, ou seja, lotes que não produzem". Em seu caso, por exemplo, a situação se agrava: "um dos hectares que eu tenho não dá nada e, quando chove, alaga. A CODEVASF não quer receber lotes ruins da CHESF, por isso, muitos deles estão condenados".

Em 1988, ano em que chegou a maioria das pessoas às agrovilas de Santa Maria, cada família que possuísse quatro integrantes acima de 18 anos, como a de Expedita, recebia 4,95ha para irrigação e 10ha de sequeiro em área comum. Em seu

caso, praticamente 20% da porção irrigável terá de ser indenizada devido à falta de cuidado na escolha do terreno.

Os moradores também consideram mal-feito o serviço de drenagem em solos com pouca filtração – como é o caso de terrenos rasos ou com muita pedra –, supervisionado pela CODEVASF. Segundo João Silva, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Boa Vista, "são 170 lotes para serem feitos e refeitos porque a empresa contratada pela Companhia errou". João considera que o serviço não precisaria ter sido terceirizado: "as plantações de uva da CODEVASF, por exemplo, são qua-

META	MEDIDAS
Concluir todas as pendências técnicas e institucionais da Chesf vinculadas ao Reassentamento de Itaparica até dezembro/2003. Indicador: •% de pendências resolvidas	1 - Sensibilizar a Casa Civil da Presidência da República para recriar o GERPI. 2 - Transferir definitivamente para a CODEVASF as atividades e as responsabilidades financeiras com a operação e manutenção dos projetos irrigados concluídos. 3 - Firmar acordo Chesf/FUNAI/MPF/Comunidade Indígena Tuxá. 4 - Transferir para o INCRA a responsabilidade pela solução dos projetos remanescentes. 5 - Concluir acordos globais com os reassentamentos dos projetos Pedra Branca, Apolônio Sales, Caraibas, Icó-Mandantes e Rodelas. 6 - Concluir as adequações técnicas nos sistemas eletromecânicos de drenagem e automação dos sistemas de irrigação 7 - Firmar os convênios de transferência dos serviços públicos com os municípios de Santa Maria da Boa Vista (Caraibas), Curaçá e Abaré (Pedra Branca), Glória (Glória) e Rodelas.

Box retirado do livro *Planejamento Estratégico 2003-2007*, da CHESF: não há indicador relativo à porcentagem de pendências concluídas

se todas drenadas e feitas pelos próprios trabalhadores, a partir de uma instrução técnica do órgão”.

Pela Companhia, Luiz Gonzaga, supervisor do projeto de irrigação de Itaparica para Pernambuco, avalia que “muita coisa foi feita boa, mas deve ter havido algum erro”. Para ele, “o sindicato pode ter interesses em dizer que nada funciona, porque eles recebem uma verba de indenização da CHESF pelos lotes considerados ruins”.

Se ninguém se entende quanto à aceitação futura dos lotes para serem supervisionados e quanto aos problemas de drenagem, todos concordam que no caso do Projeto Caraíbas, ele foi feito em uma altura muito acima da permitida para que se tornasse viável. Em termos práticos, a altura influencia no total de energia gasta para o bombeamento de água usada na irrigação; como este custo será repassado em breve para os produtores, prevê-se problemas de concessão de crédito em bancos, tornando arriscada a sustentabilidade no longo prazo.

De acordo com dados de João Ramos, o preço para cada mil metros cúbicos de água no Nilo Coelho, o mais recente projeto de irrigação da CODEVASF, equivale a R\$ 18. Em Santa Maria, o preço salta para R\$ 90.

No Projeto Caraíbas, o principal produto plantado é a banana, cujo preço atualmente está em baixa. A família de Expedita Rodrigues, por exemplo, com seus 3,5ha produtivos, consegue extrair algo como 20 mil bananas por mês. Descontados os gastos com adubo e trabalhadores auxiliares, isso responde por um lucro entre R\$ 100 e R\$ 200 por mês. A cifra dá uma idéia do que significa, para uma agricultura familiar de reassentamento, pagar água a um preço cinco vezes mais caro.

Para contornar o problema, estuda-se, nos bastidores, subsidiar a energia extra, utilizada no bombeamento da água. De acordo com Luiz Gonzaga, “estuda-se a possibilidade, mas não existe nada de concreto a respeito”.

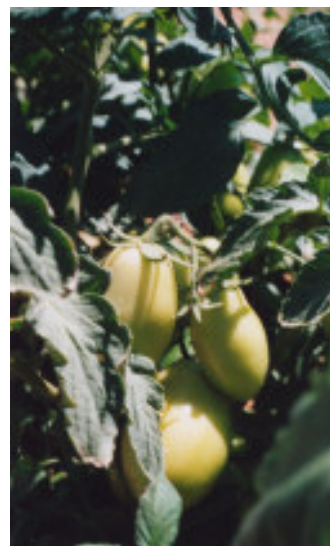
O supervisor, porém, prevê problemas no pagamento de ener-

gia e água quando o Projeto Caraíbas se emancipar: “a coisa não é tão simples assim: com a doação dos terrenos, a responsabilidade passa a ser do reassentado. Até lá, estima-se que seja viável produzir até mesmo em lotes inadequados, mesmo com tecnologia dispendiosa para o pequeno agricultor. Mas tudo isso terá que se provar inviável”, diz ele. Luiz Gonzaga, particularmente, acredita que grande parte dos reassentados deverá conseguir se manter, mas não revela em que condições.



Acima: Expedita Rodrigues e seu filho, no terreno irrigado da família; **abaixo:** detalhe do plantio de tomates.

Um reflexo deste futuro incerto é revelado pelo próprio supervisor. Segundo ele, muitos dos moradores que receberam o título de posse do INCRA estão vendendo suas terras para que outros produzam ali, seja também por parcerias ou por arrendamento. Além disso, o aumento irregular de lotes dentro do projeto começou a desviar água do canal de abastecimento, fazendo com que haja falta em plantações mais distantes. Por enquanto, existe fiscalização, mas não há uma proibição contra o desvio. Para contornar o impasse, será implantado um hidrômetro para calcular a quantidade gasta por cada produtor.



Remanso Nova e a pesca no lago de Sobradinho

Em época de seca, ainda é possível ver as ruínas de Remanso velha, imersas na área inundada pela barragem de Sobradinho. Nesse período, a margem do lago recua 7 km pouco a pouco e afasta os pescadores da cidade nova, fazendo-os seguirem a lâmina d'água com suas barracas, que ficam dispostas na beira da represa.

Reconstruída depois da inundação causada pela barragem, Remanso é limpa, organizada e acolhedora. Espanta-se comparada com Petrolândia, uma outra cidade que também recomeçou do zero depois da construção da barragem de Ita-

parica, mas onde as ruas são sujas e a ocupação urbana é irregular.

O clima da cidade é de sossego e tranquilidade, características que o próprio nome evoca: Remanso. O primeiro habitante da pequena cidade no norte da Bahia que conhecemos foi o motorista do ônibus que pegamos até lá. Ele conhecia uma parte das pessoas que estavam no carro e, antes de chegar na rodoviária, foi parando de casa em casa para deixar os amigos. Já eram 11 da noite, perguntou onde queríamos ficar: "no centro".

Foi assim a nossa chegada em uma das cidades na beira do lago de Sobradinho.

Antes e depois

A principal atividade econômica, hoje em dia, é a pesca. Pedro Alves da Costa, 44 -o Pedrinho- conta que antes não era assim: 70% da população era rural, praticava agricultura irrigada na vazante do rio. Desde 1978, época do enchimento do lago, houve uma inversão: agora, apenas 30% estão no campo. "Lá [na Remanso Velha], as pessoas tinham outras atividades. Aqui, moram na cidade e têm como atividade principal a pesca. Poucos fizeram agricultura ou pecuária", explica. As terras às margens do lago de Sobradinho, que antes da inundação eram caatinga, são pouco férteis, impossibilitando a sobrevivência a partir do plantio.

O processo de deslocamento da população afetada pela construção de Sobradinho teve muitas dificuldades, principalmente nos dois primeiros anos. "Mas agora está tudo bem", como diz Pedrinho. Ele mesmo era pequeno agricultor e foi para a pesca.

A comparação é inevitável e revela um paradoxo: Remanso parece muito melhor estruturada que Petrolândia. Os atingidos pela barragem de Itaparica, apesar de todo o investimento da CHESF no projeto de reassentamento – que Sobradinho não teve –, enfrentam mais dificuldades econômicas e sociais.

"Eles [os afetados pela barragem de Itaparica] conseguiram mais coisas que o pessoal daqui. Aqui não havia sindicato, igreja, não havia sociedade organizada para reivindicar. Mas apesar das vantagens do início, a CHESF demorou muito para implantar os projetos. As crianças já cresceram e imagine um rapaz de 15 anos que nunca pegou na enxada morando na roça...". Por esse motivo, entre outros, Pedrinho considera que Remanso está numa situação muito boa se comparada a outros locais de reassentamento.

Pedrinho compara a cidade nova com a velha: "hoje está bem mais evoluída, mas nem todos têm saneamento [cerca de 30% da população não tem] e as chuvas levam



Porto de Remanso: conforme o lago artificial de Sobradinho enche, as barracas de pescadores migram, sendo re-instaladas cada vez mais próximas à cidade

esgoto para o rio. Remanso Velha só tinha luz na cidade, não no campo." Acredita também que "se o pessoal tivesse se desenvolvido na cidade antiga, estariam melhor, seriam criadores médios, pelo menos."

Adelson Barbosa dos Santos, 45, membro da Colônia de Pescadores Z-41 e pai de cinco filhos, avalia que a educação melhorou. Ele mesmo vai retomar os estudos, que havia parado na primeira série: "vai ser uma grande alegria para mim", diz.

A pesca

Antes da formação do lago, a pesca na região era diferente: usava-se lança e barco a remo. As redes não tinham mais de 50 braças (em torno de 50 metros). O pescador chegava a ficar seis meses fora de casa - de março a outubro -, ia até Bom Jesus da Lapa e, às vezes, até a última cidade da Bahia.

Para Itamar Rodrigues da Silva, 48, a situação melhorou depois da criação do lago artificial. "Antes, ficava dentro d'água, fazia uma espécie de arrastão manual com a rede. Agora pesco embarcado". Apesar de trabalhar por conta própria e estar satisfeito com a pesca, conta que a mudança para a cidade nova foi ruim: "Antes, as pessoas já

tinham seus terrenos, agora o rico tomou conta da agricultura e ainda coloca os arames na água para delimitar o terreno. O lago enche e os arames submersos estragam as redes". Itamar citou um vereador de Remanso que seria dono de grande parte das terras às margens do lago. Por precisar de investimentos como adubo e outros meios de melhorar o solo, é necessário muito investimento para praticar a agricultura na região.

Gilberto Rodrigues Mata, 54, nos conta que "nasceu pescando" e fala das mudanças: "Hoje, a pesca é de molho: a rede, que mede 3 ou 4 metros, é colocada à tarde para ser retirada só manhã seguinte". Apesar de existir também a pesca tradicional de vara e anzol e redes menores, que ficam na água no máximo por uma hora, a rede "de molho" permite pegar muito mais peixe de uma vez. Gilberto explica também o que é a figura do "patrão": poucos pescadores têm condições de trabalhar por conta própria, então o "patrão" financia a rede e, em troca, compra os peixes. É como a relação entre "atravessador" e agricultores [veja mais sobre a figura do atravessador na matéria da página 36].

Para incrementar a renda, alguns pescadores também fazem



Nesta página: algumas etapas da pesca. Homem descarrega barco recém-chegado em Remanso e menino limpa peixes para serem vendidos em barracas instaladas à margem do lago (acima); o pescado é pesado para, muitas vezes, ser vendido aos 'patrões' (abaixo).

comércio com outras cidades próximas. Utilizam seus barcos para transportar, além de peixes, sacas de farinha, feijão e outros produtos. Quem tem barcos maiores, trabalha com frete; também há pescadores que revendem a carga.

Esse foi o meio encontrado por

Renan Ribeiro Cavalcanti, 21, para trabalhar por conta própria, sem depender do "patrão". Na revenda dos peixes, ganha de 60 a 70 centavos por peça. Diz que seu barco é consideravelmente pequeno, mas que dá para levar em torno de 1.500 kg ou 2.000 kg armazenados em gelo. Renan

consegue se manter o ano todo com este comércio, que considera mais rentável se comparado à simples pesca. Uma vez por semana faz a travessia e vai até a feira de Xique-Xique. Por ser ponto intermediário de comércio para feiras menores, é considerada a mais importante da região.





O ex-pescador Moisés

Antigos pescadores e a discussão sobre o número de peixes no lago

Manuel Lopes dias, 52, é conhecido por Moisés. Era pescador, mas desistiu porque havia muito furto: "roubavam linha, peixe, até o dia que levaram minha canoa. Aí, desisti de vez", conta. Hoje em dia, ele e sua mulher, Isabel, têm uma barraca em frente ao lago, que ele mesmo monta e desmonta de acordo com a oscilação da margem do rio. É ali que a maior parte dos pescadores almoça, toma café e se abriga do sol na hora mais quente do dia.

Moisés acha que a cidade velha era bem mais bonita e orientou várias pessoas a não tirar as pedras do cais antigo, que pode ser visto quando o lago está vazio. "É uma memória que deve ficar para a outra geração".

Perguntamos para os pescadores que estavam na barraca sobre a quantidade de peixes do lago. Foi Moisés que falou primeiro: "No início, Remanso Nova tinha muito peixe – cada um tirava 3 ou 4 carradas por semana. Agora, diminuiu muito, demora para fazer uma. O peixe está acabando por pesca predatória: pesca-se todo tipo de peixe, grande, pequeno, médio, mesmo em época proibida." Os outros concordaram. Há em torno de 20 espécies no lago, como a Sardinha, o Tucunaré e a Tilápia; o Dourado, o Pescado e o Surubim são os mais vendidos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), na época da Piracema (período de procriação dos peixes), oferece um seguro desemprego para evitar a pesca predatória. Porém, os pescadores contaram que, muitas vezes, a pessoa faz o documento e só recebe depois de 3 anos. Quem demora a receber o dinheiro pesca de qualquer jeito, porque não tem outra forma de sobrevivência.

Nos 4 meses da Piracema de 2002 para 2003, o Instituto apareceu uma vez para fiscalização. Houve queima de lenha, confisco de barco e peixe. A multa para os infratores é de R\$ 700, valor três vezes mais alto do que ganha um pescador em um mês (aproximadamente R\$ 200).

Adelson Barbosa dos Santos, 45, membro da Colônia de pescadores Z-41, conta que para ser

associado é necessário respeitar a proibição da pesca em época de Piracema. Para ele, a colônia tem o papel de conscientizar as pessoas sobre a importância de preservar o rio. "A fiscalização não deveria ser para bater, mas para ajudar", afirma ele sobre o IBAMA.

Também como condição para ser membro, é preciso respeitar a malha de rede escolhida pela Z-41, a de tamanho 14. Ela retém peixes de 3 a 4kg, às vezes 2kg. Malhas como a 7 ou 5 pescam peixes menores e infringem a lei na época da Piracema. Adelson conta que os pescadores que não são membros da colônia tiram de 3 a 4 carradas por semana, enquanto os associados tiram apenas uma, em razão da preocupação com a sustentabilidade do rio. Cerca de mil pescadores são cadastrados em Remanso (na Colônia) e as estimativas são de mais de 2 mil clandestinos. Adelson diz que há 8 anos, aproximadamente, que a quantidade de peixes no lago vem diminuindo. Sua opinião, no entanto, é de que o lago é fantástico, cria mais peixes, deixa-os crescer; o problema seria mesmo as infrações na preservação.

Apesar da opinião de Adelson, o próprio IBAMA concluiu que a degradação ambiental dos rios (e, em

Mulher de pescador faz rede; o recomendável é que a malha permita a pesca de peixes somente acima de 3kg.



consequência, a diminuição da quantidade de peixes) se deve à poluição, ao desmatamento e, principalmente, à construção de usinas hidrelétricas. O zoólogo Flavio Lima, pesquisador do Museu de Zoologia da USP e um dos cientistas que elaboraram a lista do IBAMA dos peixes de água doce em perigo, chama a atenção para o fato de que, embora um rio possa sofrer diversas formas de impacto sobre a fauna aquática -como a sobrepesca-, "a construção de usinas hidrelétricas é o que há de pior". Segundo ele, o principal problema das barragens é que elas alteram drasticamente o regime de cheias de um rio, que passa a não ter mais áreas inundáveis, onde os peixes se reproduzem. Essas áreas estão próximas às margens naturais do rio no seu curso normal e, por serem depósitos úmidos de matéria orgânica, contém muitos nutrientes. Em época de cheia (aumento do volume de água do rio em razão das chuvas), o peixe tem acesso porque se tornam inundadas e é ali, em solo e água cheios de alimentos para suas crias, que fazem a desova. Com a construção de hidrelétricas, o curso do rio e seu volume de água se mantêm constantes, o que impede essas áreas de serem alagadas. Consequentemente, o processo de reprodução dos peixes é alterado. Além desse aspecto, as barragens são grandes retentores de matéria orgânica, o que acaba também por intervir na vida da fauna aquática. No caso das hidrelétricas, Lima considera que uma forma de compensação seria "pensar mais no ecossistema, como por exemplo soltar mais água das barragens em época de chuva para simular uma cheia, mesmo que não seja igual à natural".

Dos 136 peixes de água doce considerados "em perigo" pela lista do IBAMA, pelo menos 47 tiveram seu declínio associado às hidrelétricas.

De cima para baixo: píer, de onde saem embarcações que fazem comércio em cidades como Xique-xique e Barra. O trajeto também é marcado pelo transporte fluvial de carga, como farinha ou móveis



Os reassentamentos em discussão

Maria Lia Corrêa é pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), órgão ligado ao Ministério da Educação e sediado em Recife (PE). Na época da construção da barragem de Itaparica [região do Submédio rio São Francisco], o Banco Mundial exigiu, como condição para liberar financiamento à CHESF, um estudo sobre o impacto social que a inundação teria sobre a população atingida e sobre o deslocamento dessas pessoas para os projetos de reassentamento. Maria Lia coordenou a pesquisa, realizada entre 1987 e 1996, e que deu origem ao livro "Sonhos Submersos ou Desenvolvimento" (ao lado).



Fulgêncio - Por que a Fundação Joaquim Nabuco fez um estudo social do projeto de reassentamento de Itaparica?

Maria Lia - Na época, o Banco Mundial atuava com base em algumas diretrizes operacionais que levavam em conta a questão do meio ambiente e o atendimento às populações afetadas. Entre as exigências do Banco, havia a de uma avaliação por parte de uma instituição externa aos executores do projeto, isenta, que não tivesse nenhum interesse direto nas questões. Houve concorrência pública e a Fundação Joaquim Nabuco ganhou.

Fg - Foi uma cobrança, então, anterior à construção da barragem de Itaparica?

ML - Não, esta exigência se deu depois da construção da barragem, que começou na década de 1970, quando a legislação ambiental ainda era muito incipiente. Existiam algumas idéias, algumas normas, mas nada das exigências que existe hoje. A legislação ambiental do Brasil data da década de 1980 - essas normas de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), por exemplo... isso é posterior. O estudo da Fundaj começou antes do remanejamento, no período bem imediatamente anterior. As primeiras famílias foram remanejadas em 88, e este projeto começa em 87, ano da negociação e assinatura do contrato. Mas os levantamentos de campo começam mesmo em 88.

Fg - O Pólo Sindical do Submédio do rio São Francisco disse que a reivindicação de um projeto de reassentamento era anterior ao projeto da barragem, que houve negociação com a CHESF em 86, e acordo de que todos deveriam estar reassentados até 88...

ML - Mas começa em 88 o remanejamento, porque deslocar uma população significa a construção de uma série de obras de infra-estrutura, de agrovilas, de es-

tradas, ofertas de serviços.

Fg - Mas o que aconteceu, por exemplo, na região do Projeto Barreiras? Qual a razão para o Bloco 2 do projeto não ter estrutura de irrigação e o Bloco 1 sim [o Barreiras é dividido em dois blocos de agrovilas¹]?

ML - Foram problemas técnicos, de qualidade do solo inadequada para o tipo de agricultura que foi previsto. Para existir irrigação, exige um tipo de solo, que não sei explicar qual é, mas que ali não havia. Tem lotes com muita pedra, que também é outro obstáculo à agricultura.

Fg - Mas antes de reassentar a população, não houve estudos da viabilidade desses locais?

ML - Fizeram, mas muitos foram feitos de maneira apressada, as empresas não aprofundaram estes estudos. Sempre existem muitos interesses na construção de uma hidrelétrica e o prazo é um fator fundamental. Então, se a empresa faz um estudo que não dá os resultados esperados, significa que deve fazer novos estudos. Isto implica custos para a empresa e nem sempre ela tem interesse. E por outro lado, a população exigia reassentamento imediato. Havia uma pressão da CHESF em desocupar a área de inundação e havia também um interesse das empresas em diminuir seus custos operacionais.

Fg - A CHESF, no caso, contratava empresas para fazer os estudos, a construção da infra-estrutura?

ML - Sim, tudo isso era feito mediante contratos. Isso envolve grandes interesses econômicos. O custo do reassentamento de Itaparica, apesar de nunca se ter precisão com relação a isso, foi estimado em aproximadamente um bilhão e meio de dólares, segundo um relatório de um consultor do Banco Mundial. A CHESF

tem um banco de dados acessível, com informações precisas sobre custos.

Fg - As cidades reconstruídas, como no caso de Petrolândia, poderiam ter sido planejadas de forma a funcionarem direitinho. Por que não deu certo? Porque até pouco atrás tinha esgoto na rua, não se tinha acesso a certos serviços...

ML - Ficamos mais na área rural. Mas existe aquela coisa: minimizar o custo, pressa. Imagina o investimento que é feito numa hidrelétrica, na obra mesmo de contenção do rio e parar isso para fazer saneamento na cidade.

Fg - Os erros do projeto de reassentamento são justificados por um discurso técnico, dizendo que aquilo era progresso, energia para o Nordeste...

ML - Que havia necessidade de geração de energia, havia, como hoje se sente necessidade de fazer investimentos nessa área. O Brasil não tem outras fontes de energia a não ser a energia hidroelétrica. Agora você não pode fazer isso mais como se fazia antes, como foi feito, por exemplo, em Sobradinho [barragem construída anteriormente, também com grande impacto social²]. Há uma resistência grande em Itaparica e houve muita resistência em Santa Catarina, naquela região onde está Machadinho.

Fg - E lá em Santa Catarina teve articulações desse tipo, a população foi reassentada?

ML - Lá eles conseguiram que algumas barragens não fossem construídas. E eram várias barragens, não uma só, que transformariam o rio em vários lagos. Mas lá a população tem um nível diferente. São pequenos agricultores, mas filhos de imigrantes, que estudaram, com outro nível, mais formação. Aqui era uma população mais pobre.

Fg - O projeto de reassentamento foi planejado anteriormente pela CHESF ou houve pressão do Banco Mundial e também popular para que isso acontecesse?

ML - Se você pegar a história do setor elétrico no Brasil, as hidrelétricas na década de 70, vai ver que esta questão de reassentamento era completamente secundária. Então, os problemas sociais e ambientais entravam de maneira marginal no planejamento. Com Itaparica, há uma mudança nesse sentido, que coincide com uma série de fatores. O projeto de Itaparica é contemporâneo ao processo de abertura política do Brasil no início da década de 80, ao surgimento de organizações populares, das mobilizações sindicais, novos partidos. Havia uma efervescência política, no sentido de uma democracia que facilitava a organização dos atingidos. Porque antes era vedado; nas ou-

tras hidrelétricas, as áreas eram consideradas território de segurança nacional, então qualquer mobilização ali era bastante reprimida, não havia a possibilidade de reivindicar direitos. Em Itaparica, acontece justamente o contrário, a população começa a se mobilizar desde as primeiras obras.

Fg - E essa mobilização tem a ver com a questão de Sobradinho, que estava ali ao lado?

ML - Sobradinho entra como um referencial negativo no imaginário: pessoas que foram desalojadas, não tiveram acesso a uma reposição de suas funções de vida anteriores. Além de Sobradinho, tem também a questão de outra barragem construída ali perto: Moxotó. Havia já uma atuação da igreja na área e este trabalho de evangelização levava também a um processo de conscientização. Tanto do lado da Bahia como de Pernambuco, não era a Igreja mesmo, era na verdade um padre de Paulo Afonso e uma freira que era de Floresta ou Belém do São Francisco. Eles contribuíram bastante para este despertar da população local. Houve bastante resistência no início.

Fg - Em Xingó (concluída em 1997), dizem que têm uma preocupação com meio ambiente...

ML - É outro momento, outro nível de mobilização nacional e internacional. Existe uma comissão internacional mundial de barragens que já definiu como palavra de ordem 'não às barragens', existe toda uma reação de ambientalistas e de pessoas envolvidas em questões sociais, o cuidado aumenta muito, existem normas ambientais. Na época de Sobradinho e Itaparica não existia nada disso. E Itaparica ainda foi um avanço bastante grande com relação às experiências anteriores. Já houve uma melhoria grande. Em Itaparica foi feita a recuperação de sítios arqueológicos. A obra foi feita sem EIA/RIMA [Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto ao Meio Ambiente], que foi feito depois. É repleto de falhas, tem uma visão bem distorcida da população: fala do ribeirinho como homem tradicional, isolado do mundo e que a barragem significava o progresso, traria a estas pessoas o cesso à tecnologia.

Fg - E você, como coordenadora, como via o projeto?

ML - Nós fizemos a pesquisa focando três momentos. Na fase anterior ao reassentamento, procuramos fazer entrevistas, visitar locais antes da inundação; então era na Petrolândia velha, pequenos povoados, onde as pessoas viviam dispersas. Na segunda fase, acompanhamos o processo de deslocamen-

¹ Ver matéria na página 32

² Sobre isso, ver matéria sobre o reassentamento em Serra do Ramalho, na página 26.

to. Tinha quatro pesquisadores morando na área e estes pesquisadores acompanharam todo o processo. Nós temos relatos deles de como foi feita a mudança, eles iam nos ônibus com as pessoas, acompanhavam todo aquele processo e procuravam descrever, na medida do possível, o que foi observado, nós temos estes documentos. E, por fim, acompanhamos a fase pós-mudança, de adaptação nas áreas de reassentamento.

Fg - E isso vai até que ano?

ML - Até 1996, é um período grande. As obras previstas para serem feitas em um ano demoraram vários anos para serem realizadas, então houve atraso, problemas técnicos com descarte de lotes, houve o fracasso de algumas experiências com piscigranjas. Então havia uma série de fatores para que o processo fosse sendo retardado e a questão da emancipação dos projetos precisa ser olhada sob duplo enfoque: para o executor da obra, ele tem interesse de sair daquela responsabilidade, é um custo muito alto a manutenção deste projeto. Por parte dos produtores eles querem ser ressarcidos das perdas, além de também ter acesso a determinados bens e direitos. Então havia um jogo de interesses muito forte. De outro lado havia uma instituição, no caso a CHESF, que não estava sendo devidamente preparada para este processo de negociação.

Fg - E por que você considera que a CHESF não estava pronta para negociar com a população atingida?

ML - Acho que nenhum órgão público brasileiro depois de todo o período da ditadura estava preparado para negociar com trabalhadores, negociar soluções. Isto foi sendo feito e aprendido aos poucos. E havia pressões, a população estava melhor organizada e pressionava bastante por acesso a serviços, questionava o tipo de serviços. E durante a pesquisa com os reassentados, percebemos que quando havia indagações sobre renda, produção, sempre eram omitidos os valores reais. Porque, para o beneficiário, qual o interesse que ele tem em perder a verba de manutenção temporária (VMT)? Pra ele é interessante ficar recebendo aquele dinheiro infinitamente. Muitos reassentados ainda recebem a VMT, vai ser difícil sair desse círculo.

Fg - Como foi a parte da mudança para a população?

ML - Para a população, mudança é sempre um processo muito traumático. Todos os relatos são sempre traumáticos: você se afastar daquele espaço onde você domina todas as referências, onde você sabe se situar naquele espaço, tem as redes de solidariedade, de favores, com a população, com os vizinhos, com o grande proprietário, com o vereador daquele município. E de repente você sai desse lugar e vai para outro onde

é preciso reconstruir todas essas redes de convivência. Então é muito difícil isso, principalmente para os mais velhos, para os mais arraigados àquele espaço. Eu tive a oportunidade de conversar com algumas pessoas e, na hora, o sentimento é de perda, de destruição. O cenário, a paisagem, é muito impressionante. Uma das visitas à área foi justamente quando o lago começou a encher. Eu nunca tinha visto isso. Então quando cheguei em Petrolândia (velha), vi a cidade destruída. Parecia um cenário de guerra.

Fg - E eles fizeram o que com a cidade? Chegaram a demolir as coisas?

ML - Demoliram. Esses cenários que a gente vê em filme, as casas foram destruídas por grandes tratores e a população podia levar o material, podia aproveitar parte. Mas nunca dá para destruir tudo. Algumas paredes ficaram, árvores foram cortadas. Eu fiz esta visita com o Pólo Sindical. Paramos em alguns lugares. A sensação é péssima, me senti muito mal vendo aquilo, não gostei. Você fica imaginando quem viveu ali a vida inteira, ver a igreja submersa, o cemitério. É uma sensação de perda muito grande. Escolhi como epígrafe do livro a frase de um agricultor: "Ainda tô areado, num sei onde é o poente, onde é o nascente. Desses dias que cheguei eu vim existir com o tempo". Numa linguagem de um agricultor, ele mostrou como ficou perdido, perdeu a noção de espaço. Ele tinha uns 40 anos, e lembro que fiquei muito impressionada, ele descreve bem o que é esta sensação. Agora, aos poucos, eles vão reconstruindo com as dificuldades e as vantagens de uma convivência mais próxima numa



agrovila. Porque antes viviam em pequenos povoados, ou pequenos sítios, onde a proximidade das casas não era tão grande. Aí começa a morar em casas mais próximas e como não estão trabalhando, começa a ter conflitos de vizinhança, os homens começam a beber muito, fofocas, bebedeiras, uma série de problemas que faz com que comecem a viver com questões de segurança pública que antes não era tão forte. Como a população estava sem fazer nada e aquela área é já bastante ocupada pelos plantios de maconha, então parte da população começa a se engajar no plantio. Alguns plantios foram feitos dentro de projetos implantados pela CHESF. Isso em projetos na região de Santa Maria, perto do Icó, no Pedra Branca também tinha. Algumas ilhas remanescentes que foram desapropriadas ressurgiram porque o rio não conseguiu cobrir com a falta de chuva e foram utilizadas para o plantio de maconha também. Aquela região se tornou muito violenta. Na época da pesquisa, anos 90, havia agrovilas dentro do Projeto Caraíbas em que não podíamos entrar. Quando a gente fazia amostragem da pesquisa, tinha que excluir aquelas agrovilas.

Fg - Existe isso ainda?

ML - Sim, existe. O presidente do sindicato de Floresta foi reassentado no Projeto Caraíbas. O canal de lá, em alguns trechos, era desviado para o plantio de maconha. A demarcação do projeto foi feita pelo exército. A CHESF não conseguiu fazer. Esta situação complica a questão na área. Aliás, complica bastante: quando a polícia federal começa a atuar na repressão ao plantio, então começam os roubos de carro. Há uma

população aramada na estrada. A nossa equipe, por exemplo, foi assaltada num hotel de beira de estrada em Orocó.

Fg - O estudo feito pela fundação Joaquim Nabuco teve alguma repercussão ou era mais um estudo para ficar arquivado?

ML - Não teve muita repercussão, porque foi um estudo feito aos poucos, havia restrição contratual com relação à divulgação sem autorização da CHESF, então tínhamos que negociá-la. Foram feitas comunicações em eventos, seminários. É bom que se diga, tinha um cuidado, mas nunca houve restrição.

Fg - Houve problemas com omissão de dados para realizar os estudos?

ML - Não, também porque nosso trabalho era muito voltado para os reassentados. Hoje, se eu fosse fazer esta pesquisa, talvez eu fizesse diferente. Na época a gente se focou muito nos atingidos e deixou de ver essa questão institucional, da organização da CHESF. Hoje eu olharia isso com mais cuidado, essa parte da gestão. Na época, não era o foco do projeto.

Fg - Pelo contrato, a partir do momento que o reassentamento está concluído, a prefeitura do município responsável por aquela área deveria dar suporte em educação, saúde. Na época, a CHESF fiscalizava este tipo de coisa, se o município estava cumprindo seu papel?

ML - A CHESF financiava tudo. Os primeiros contratos com as prefeituras estão sendo feitos agora, do ano passado para cá. As prefeituras são instâncias com pouca disponibilidade de recursos para gerir este tipo de serviço. E você tem que considerar que com o reassentamento, é transferida uma população para outro município e este município nem sempre estava preparado para receber este aumento de população, em termos de serviços, atendimento.

Fg - Essas transferências foram impostas?

ML - Foi decidido e havia uma pressa em se resolver aquilo, foram localizadas aquelas terras, terras particulares que foram compradas, adquiridas, e esta população foi instalada. Se pegarmos o município de Santa Maria da Boa Vista como exemplo, ele recebe um projeto que tem cerca de 1300 famílias a mais no município³. É uma mudança significativa na dinâmica populacional do lugar e interfere bastante na dinâmica urbana, de serviços. Então o município precisava realmente de um período de adaptação.

³ Ver matéria na página 38.

Ao lado: Igreja de Petrolândia Velha é inundada durante a construção da Hidroelétrica de Itaparica, no final dos anos 1980; ainda hoje é possível ver a parte de cima do edifício (reprodução do livro de 50 anos da CHESF)



Fg - A CHESF tinha os planos de mover a população. Fale um pouco mais disso, de como foi a idéia de levar esta população para outras áreas.

ML - Neste período [época de negociação do projeto], o Pólo Sindical participou bastante, ele foi convocado a partir de uma demanda do movimento para uma identificação de áreas apropriadas para o reassentamento. Porque era uma população de pequenos agricultores; a maioria trabalhava nas margens do rio [São Francisco], que são férteis normalmente, e praticavam a agricultura irrigada. Havia esta demanda. E no sertão, no semi-árido, não é fácil encontrar terras férteis quando longe da margem do rio. Então toda aquela região ribeirinha é classificada como área de exceção, porque são áreas de exceção no contexto do semi-árido, pela sua fertilidade, condições climáticas, do solo, tudo⁴. Então foi difícil identificar estas terras (para o reassentamento). Inicialmente, o movimento sindical queria terra na margem do lago, naquela idéia de que ficar próximo à água era a questão principal. Só que quando o lago enche, a lâmina d'água chega em terras pouco férteis, inadequadas para o tipo de plantio que se desejava. Foi o problema que aconteceu em Petrolândia: as terras não são tão férteis para a agricultura irrigada. Sai daquela área de vazante do rio, começa o solo mais pobre, então a alternativa foi se buscar alguma área de terra fora dos limites do lago formado pela inundação.

Fg - Antes do reassentamento, era uma agricultura mais de subsistência?

ML - Não. Era uma agricultura de pequeno porte, mas já era para comércio, baseada na irrigação, embora de maneira precária. Prevalencia, por exemplo, os contratos de parcerias (terras arrendadas, meeiros), nem todos eram proprietários de terras. A grande vitória dos reassentamentos é o acesso à terra. Outra coisa fundamental no imaginário do sertanejo, no homem do semi-árido, é a água. Às vezes mais do que a terra. Água é um bem fundamental.

Fg - Como foram as desapropriações das terras destinadas ao projeto?

ML - Houve um decreto na época, Figueiredo desapropriava por interesse social. Agora, foram na verdade adquiridas e houve um incremento grande no mercado de terras daquela área. Os comentários são que haviam sido adquiridas por preços bem acima do mercado.

Fg - E uma vez as terras identificadas, como foi, chamaram os técnicos para fazer estudos de fertilidade?

ML - Sim, foram feitos estudos. O agricultor normal-

mente tem algumas referências empíricas baseadas em senso comum, e a partir deste senso comum, foram identificadas as áreas e a CHESF financiou os estudos. Em alguns casos houve muitos jogos de interesses, jogos políticos. Existe um projeto que fracassou completamente, o Jusante, que fica na Bahia. E foi um projeto que surgiu a partir de interesses políticos baianos. Porque se você faz um reassentamento, tem este detalhe: você tira a população de um município e bota em outro. Esta população é eleitora, você perde votos, perde o fundo de participação dos municípios, que é em cima do total da população. Os municípios tinham interesses nestas questões, interesses políticos também. No caso da Bahia, houve interesse em manter a população naquele projeto, mesmo tendo consciência de que o não daria certo. Tanto é que o Banco Mundial não financiou. Foi um projeto bancado pela CHESF.

Fg - Mas este projeto foi reivindicação do Pólo Sindical...

ML - Eles reivindicaram, havia uma certa divergência dentro do próprio Pólo: as pessoas do local queriam e algumas pessoas do pólo questionavam, mas não se pode questionar sem ter argumentos técnicos aprofundados para dizer que aquilo não ia dar certo. Desde o começo, nada chegou a funcionar lá.

Fg - Mas quem teve a idéia de Jusante?

ML - Talvez a população local, mas com muita influência dos políticos da região. Eu não sei o interesse que estava por trás, se era nas terras, no processo de desapropriação... Nunca aprofundamos esta questão realmente. Era uma população de pequenos criadores, esta que foi para a Bahia; não tinha tanta experiência em agricultura irrigada e é transferida para um projeto de irrigação. Então, o lote era pequeno para criação e ao mesmo tempo não eram agricultores como atividade principal. E, ao que parece, a terra não era favorável à agricultura. Outros projetos que vão nessa linha são as piscigranjas [criadouro de peixes em piscinas artificiais]. O município de Itacoruba perdeu muito território com a inundação, e perdeu população. Parte daquela população de agricultores foi transferida para o projeto Brígida e o município de Itacoruba foi de certa forma esvaziado, em termos populacionais e territoriais. Então surge a idéia das piscigranjas como forma de fixar a população no município, alternativa ao plantio irrigado para evitar a evasão. Mas fracassou completamente. Não existia experiência ou tradição na área, os agricultores não estavam preparados para isso. Funcionou enquanto houve a presença da empresa responsável pela implantação.

Fg - Então o projeto todo funciona nesse balanço: a empresa quer construir, sente uma força contrária do pólo e eles vão se balanceando?



Acima: Exemplo de instalação de segundas e terceiras gerações, descendentes dos reassentados, no Bloco 2 do Projeto Barreiras: os moradores normalmente fazem uma casa de taipa aos fundos ou ao lado da construção original, feita pela CHESF

ML - É um grande jogo de interesses. O pólo sindical é um dado novo para as hidrelétricas. Ele desequilibrou um pouco isso porque começou a pressionar no sentido de atendimento àquelas populações que normalmente nem participavam de mesas de negociações, aí houve um desequilíbrio, a favor dos atingidos.

Fg - Então eles devem ter levado um pouco mais de voz popular para as negociações...

ML - Sim, eram grandes mobilizações. Realmente, 5 mil pessoas numa área daquela era muita gente. Reuniram 13 sindicatos, tiveram apoio de outras organizações. Quando a CUT foi criada tinha representação do Pólo Sindical, o PT foi criado lá, lançaram candidatos a prefeito, vereador, era um movimento muito mobilizador.

Fg - Eles dizem que há três projetos onde a irrigação não foi concluída. As pessoas estão reassentadas, mas dependem da verba de manutenção. Esses projetos não serão concluídos?

ML - A questão de Itaparica antes era vinculada ao ministério de Minas e Energia, hoje em dia é vinculada a uma secretaria especial da presidência. Aí foi criado um grupo interministerial ligado diretamente à presidência da república que discutia esta questão e este grupo decidiu que estes projetos não seriam feitos, que a população deveria ser indenizada e se virar

para se reconstruir de outra forma⁴. Alguns destes beneficiários já receberam indenização. Nem todos aceitaram. O Pólo é contra, acredita que se deve encontrar uma solução no âmbito das atividades produtivas. Só que uma parte da população já envelheceu neste processo, já não tem tantas condições físicas de assumirem atividades produtivas. É um processo muito interessante, cheio de nuances e se a pessoa for estudar tudo, passa a vida inteira. Todo processo de mudança social é muito difícil, muito intenso, que mexe com a vida das pessoas. Essa população ficou muito afastada da atividade agrícola, porque os projetos de irrigação demoraram a ser implantados, demoraram a funcionar. Essa população envelhece, os filhos que antes cresciam na tradição da pequena produção, trabalho agrícola familiar, começam a perder estas referências. Começam a ter uma atividade, um processo de vivência com características mais urbanas, porque passam a morar em agrovilas, existe a proximidade das casas, começam a ter acesso à escola, que antes havia mais dificuldade pela distância, pela carência. Quando chega um certo ponto da escola, eles vão para as cidades próximas, começa uma convivência e estilo de vida diferentes. Estas pessoas perdem estes vínculos com a agricultura.

⁴ Esta classificação está em um estudo realizado pelo Prof. Mario Lacerda de Melo, geógrafo.

⁵ Recentemente, decidiu-se pela retomada dos projetos abandonados - ver página 56.

A viabilidade dos projetos de reassentamento

Nesta segunda parte da entrevista, realizada em Recife, o assessor da presidência da CHESF, João Paulo de Aguiar, fala sobre a transferência de responsabilidades pelos reassentamentos e da viabilidade dos projetos de irrigação.

Fulgêncio - Quais são os planos da CHESF para os projetos de reassentamento de Itaparica?

João Paulo - Num certo instante, esses projetos, na linguagem que o INCRA e a CODEVASF usam, vão estar emancipados. Vocês ouviram essa palavra por lá, não ouviram? Eles serão parceiros nessa fase de transição até a emancipação, e a CHESF entende que os dois órgãos têm mais competência específica do que ela para fazer isso.

Fg - Então a responsabilidade sobre os reassentamentos vai ser transferida para outros órgãos do governo?

JP - Transferência da responsabilidade do processo nessa fase [de transição entre implantação e emancipação]. Por exemplo, a CHESF hoje transferiu definitivamente para a CODEVASF as atividades de responsabilidade financeira como a operação e manutenção dos projetos irrigados concluídos. Você tem a implantação - que vou chamar de fase inicial da operação - até um certo instante que é o projeto emancipado. O que a CHESF diz é o seguinte: 'eu implantei'. Tem essa fase aqui que é a transição, entre o fim da implantação e a emancipação; nesta fase, a CHESF entende que o órgão competente, que tem a visão específica da questão da irrigação, é melhor do que ela para fazer isso. Aí vai emancipar; o camarada vai conseguir ter um projeto que produz recursos suficientes para os irrigantes se auto-gerirem. Porque se você chegar hoje, com o projeto terminado, de uma hora para outra, e passar para o irrigante, ele ainda não vai ter formado uma equipe técnica para mexer com as bombas, fazer a manutenção dos canais, fazer manutenção de aspersores, fazer análise do solo, a questão da drenagem, salinização do solo... Então, tem esse período de transição no qual os irrigantes vão sendo treinados na prática.

Fg - Mas essas pessoas já estão lá há 15 anos e nenhum projeto conseguiu se emancipar devido ao alto custo de manutenção da estrutura...

JP - Mas essa é outra história, não misturem. Vocês jamais vão conseguir misturar as coisas. Uma coisa é a análise do problema específico da emancipação. Estou dando a explicação. Vamos agora, então, para a história de Itaparica, senão vocês podem enrolar as coisas e dizer verdades que não são totalmente verdades. Vejam: o projeto de reassentamento de Itaparica representa efetivamente, hoje, como representou há quatro, cinco, seis anos, um imenso desafio para a CHESF e para o governo brasileiro de chegar à condição de emancipação, certo? Porque ao longo da concepção e da implantação, houve uma quantidade importante de eventos completamente não aderentes à realidade.

Fg - O que seriam estes "eventos completamente não aderentes à realidade"?

JP - Eu ainda tinha cabelo quando comecei a ouvir essa história de "Porque os custos e tal...", é o discurso padrão do pessoal (risos). Por exemplo, os projetos são totalmente não-sustentáveis na medida em que a irrigação se destina à cultura de subsistência. Você deve ter ouvido falar que há uma transformação das culturas irrigadas desses projetos para culturas onde o resultado financeiro seja suficiente para compensar o investimento. Ou seja, num certo instante um projeto poderia ser rentável se plantassem feijão e manga para exportação, mas o valor e o rendimento financeiro por hectare de manga é muito maior do que o de feijão.

Fg - Mas essa consciência de valor de um produto ou de outro não dependeria de uma orientação anterior, que não ocorreu?

JP - A CHESF não tem nenhum medo de reconhecer seus erros. Na concepção original e na implantação houve um número à vontade de eventos e decisões que não estão aderentes ao objetivo de um projeto de irrigação economicamente sustentável e independente. Este é um desafio muito grande. Uma coisa já está se fazendo: é adequando os projetos a irrigação de culturas de maior valor comercial de maneira a adequar os custos. E aí não é a CHESF falando, sou eu como



Jusante da represa de Sobradinho

cidadão: por exemplo, o pessoal de São Paulo fica muito feliz quando dá chuva de granizo na Flórida, porque o preço da laranja sobe. Então, o governo americano, como política de Estado, subsidia os laranjais da Flórida. É uma política de estado adequada. Lógico que ela não é conveniente ao Brasil; seria muito melhor - como nós temos terra e condições de produção que fazem o produto muito mais barato - que a gente pudesse entrar em todo o mercado americano sem competir com a laranja da Flórida, que é subsidiada por eles. Não é um problema de paternalismo não, é uma questão de política de Estado. Eu vejo que - atenção, são considerações puramente do cidadão - uma das coisas importantes nesses projetos de irrigação são o custo da infra-estrutura e o custo da energia elétrica. Num estalar de dedos, esses projetos se tornam absolutamente independentes, com condição de suporte financeiro, se alguém dizer 'não, a infra-estrutura foi investimento a fundo perdido'. E a CHESF diz ainda 'esse pessoal foi reassentado e criou seu projeto de irrigação para poder-se produzir energia elétrica'. Então, a CHESF vai tomar as medidas institucionais para que esse pessoal pague metade do custo da energia elétrica. Se você é um operário de uma fábrica de biscoito, certamente se você compra na lojinha da fábrica, você leva o biscoito por metade ou um terço do preço, não é? Porque toda a cadeia de comercialização desaparece. Então a CHESF pode dizer: eu vou vender energia a esse projeto de irrigação, não vou fazer assistencialismo, dar de graça, mas vou fazer a preço de custo.

Fg - Mas e a verba de manutenção que eles recebem há 15 anos?

JP - Aí é outra história... é outra história. Eu estou mostrando como num instalar de dedos, você pode transformar um projeto daqueles em absolutas condições econômicas, plenas, para emancipação. Essas duas coisas bastariam. Eu considero que toda a

infra-estrutura foi investida a fundo perdido, você anda em muita estrada no Brasil que é investimento a fundo perdido.

Fg - Mas por que isso não foi feito anteriormente, foi falta de planejamento?

JP - Vejam bem: vocês jamais irão pegar em termos de 'foi isso', 'foi aquilo'. Hoje, nós temos um problema a resolver, que é como criar condições para a emancipação desses projetos. Durante

a elaboração e a implantação, em várias decisões, como componentes econômicos necessários à futura emancipação, que não foram devidamente considerados. Se vocês querem considerar isso pura e simplesmente um erro, eu não vou interferir na sua liberdade. Mas se vocês se inserirem num contexto mais amplo, vão ver que não se tratava de um projeto de irrigação autônomo: ele estava amarrado a um fato social muito mais importante, que era o deslocamento forçado de populações para fazer um reservatório. Então vejam: você não pegou uma área e disse 'essa área daqui apresenta condições pedológicas boas e vou fazer um projeto de irrigação observando toda a ortodoxia econômica, vou selecionar os irrigantes de acordo com critérios objetivos e técnicos'. Não, você fez um projeto de irrigação que tinha de ser próximo ao lugar de onde você estava sendo reassentado. Porque era uma primeira exigência. Segunda coisa: suponhamos que um atingido fosse artesão e não tivesse nenhuma aptidão para a irrigação. No entanto, essa pessoa tornou-se forçadamente uma irrigante, porque ela foi reassentada num projeto de irrigação. Vejam, você tem duas coisas importantes: você não fez a localização ideal de um projeto de irrigação, você fez [o projeto] condicionado em função do interesse do reassentado. Então, os projetos de irrigação, os usuários desses projetos - os associados -, eles não foram selecionados por critérios técnicos. Mas eles são, forçadamente, irrigantes. Agora, a questão da verba é outro problema extremamente grave. Em 1986, a CHESF tinha a necessidade de dar continuidade à implantação da Usina de Itaparica, para atender à necessidade de consumo de energia da região; não era um projeto capitalista de se apropriar de riquezas minerais, você tinha que fazer a usina para fornecer energia para o Nordeste. Então, a CHESF, negociando com a representação dos reassentados, estabeleceu que



Vista aérea do reassentamento de Rodelas (reprodução do livro de 50 anos da CHESF)

haveria uma verba de manutenção temporária (VMT) correspondente a uma cesta básica definida através de critérios objetivos, preço, etc, e que cada família teria isso até a plena produção. Visto à distância, vocês podem achar 'isso é um absurdo, você vai dar dinheiro', mas você tinha uma situação de fato. Eu não faria, porque na medida que alguém tem uma mesada, até que obtenha um rendimento suficiente para se manter no mesmo grau de conforto, é natural que essa pessoa tenha toda a vontade de protelar a definição daquela condição. **Fg - Sim, nós vimos isso, é real, as pessoas se acomodam.** Isso é uma característica da pessoa de uma sociedade capitalista.

JP - É isso mesmo que estou dizendo, as pessoas se acomodam. Então, é outro desafio muito grande a questão da verba: 'não, ainda não estou na comercialização plena, ainda não tenho garantia que meu lote não vá sofrer salinização'.

Fg - E como se lida com essas pessoas que não produzem?

JP - Bom, chegamos a ter seis mil famílias na VMT. Hoje temos menos de mil e quinhentas. Num certo instante, verificou-se que em alguns projetos, total ou parcialmente, aqueles lotes não eram adequados à irrigação. Então houve o GERPI, que propôs uma negociação onde foi oferecida uma indenização de trinta, quarenta mil reais que fosse, e com aquele dinheiro eles iam cuidar de suas vidas. Se vocês ouvirem as duas partes, vocês vão ouvir duas coisas completamente diferentes; o Pólo vai dizer que houve um constrangimento extraordinário, foi quase forçado, etc.

Fg - Representantes do Pólo nos disseram que as pessoas escolheram aquilo, e ainda tinham críticas, pois disseram que algumas escolheram, não souberam administrar, voltaram para as agrovilas dos projetos e ainda acham que têm direitos de

continuar no projeto.

JP - Ótimo, isso é uma grande evolução, porque aconteceu realmente isso. A pessoa pega o dinheiro, compra uma moto, um carro para cada filho, pode até não receber sinal de televisão, mas compra uma TV colorida, e em pouco tempo, o dinheiro vai embora.

Fg - De quanto foi o valor da indenização? Quarenta mil?

JP - Olha, não foi, e aí eu digo com toda a certeza:

não foi batido quarenta mil. Tinha considerações. Algumas coisas foram levadas em conta: a casa, se ela tinha recebido uma casa menor porque a família era menor, mas não foi um número batido, variou bastante.

Fg - Um dos problemas que as pessoas disseram é que a infra-estrutura é muito cara para ser mantida. Não é o que foi criado, mas manter o que está lá, pois o escoamento da produção dos lotes é feito para atravessador, não há um mercado agroindustrial que absorva essa produção...

JP - Aí você já entra num problema brasileiro...

Fg - Mas até que ponto, então, essa emancipação é viável?

JP - Isso entra naquele primeiro item que eu citei no processo de emancipação, que é a preparação do irrigante. Por exemplo, o Pólo Sindical tinha uma visão soviética dos projetos de irrigação: eles queriam que você criasse uma imensa fazenda coletiva como era no regime soviético. O Pólo se sentiu extremamente ofendido quando disseram 'não, não é uma cooperativa só, as pessoas podem se associar para fazer um pluralismo de cooperativas'. Isso se chocou com a vontade deles. Então, quando eu falo na preparação do irrigante, é você inclusive verificar que tipo de ligação você vai fazer para a comercialização, que tipo de incentivo você vai dar para beneficiar o próprio produto ali. No Nilo Coelho [projeto de irrigação da CODEVASF], os irrigantes - e lá tem o fato de ser o irrigante por vocação, não forçado - criaram associações onde os próprios plantadores se articularam e hoje exportam para o mundo todo. Então, é um problema e é um desafio.

Fg - As agrovilas que visitamos não tinham núcleos de serviços, não tinham escolas porque o

governo municipal fechou a escola, possuíam assistência médica precária... Como funciona o convênio com os municípios sobre os serviços prestados à população dos projetos?

JP - A CHESF chegou a fazer convênios com os municípios de transferência dos serviços.

Fg - **Existem contratos formalizados?**

JP - Existem. Todas essas transferências foram através de contratos. Não é um contrato, é um convênio. Aí vem o problema da sociedade como um todo: você tem um projeto de irrigação que está gerando riqueza no município. Então, o poder público tem uma série de obrigações com a saúde, educação e tudo o mais. Cabe aí à comunidade e à sociedade pressionar o poder público pelos seus direitos. A prefeitura local recebe royalties da CHESF, empresas que exploram os recursos hídricos para atividades econômicas pagam uma compensação. A CHESF gasta com royalties, por ano, aproximadamente 100 milhões de reais. Então a prefeitura de Petrolândia recebe royalties, a prefeitura de Canindé também. Na hora que ela coloca uma escola, ela não está fazendo favor nenhum à população, é uma obrigação constitucional deles.

Fg - **Quem construiria a escola no começo?**

JP - A implantação da estrutura foi 100% CHESF.

Fg - **E então daí passaria para o governo municipal?**

JP - Aí passaria para o município operação e manutenção da escola. Porque agora aquilo já está

rendendo impostos, a prefeitura já recebe royalties, desde depois da inundação. Então, é obrigação elementar. Ela inscreve aquela escola no Fundep [fundo de educação do governo federal], que paga trinta, quarenta reais por aluno por mês. Então aí passa a ser uma questão de administração pública, deixa de ser da CHESF. Se você chegar hoje em qualquer município de São Paulo ou Pernambuco mal gerido, você vai ouvir as mesmas reclamações, é um problema de gestão pública, não a tem a ver com reassentamento coisa nenhuma.

Fg - **Por que há três projetos onde não há estrutura de irrigação concluída?**

JP - Olha, pelo menos o bloco 2, que eu saiba, foi descartado. Chegou-se à conclusão que aqueles jamais teriam viabilidade econômica, foram abandonados.

Fg - **Mas há pessoas que ainda moram no Bloco 2, por exemplo...**

JP - Mas vocês verificaram se são pessoas que estão lá abandonadas recebendo a VMT ou foram pessoas que foram indenizadas e retornaram às agrovilas?

Fg - **Não, as pessoas que conhecemos não foram indenizadas e ainda recebem VMT.**

JP - E elas não têm idéia, não sabem o que vai acontecer?

Fg - **Elas não sabem o que vai acontecer. Foi na Fundaj que ficamos sabendo que o Bloco 2, e mais dois projetos, foram descartados do projeto de irrigação. Inclusive, as pessoas que estavam ali ainda esperavam a estrutura de irrigação ser construída...**



Vista aérea do projeto de reassentamento de Petrolândia; veja mais na página 32 (reprodução do livro de 50 anos da CHESF).

JP - Façam-me um favor: eu não gostaria de deixar nenhuma questão sem resposta, então eu gostaria que vocês focassem melhor a existência de projetos nos quais o reassentado não tem idéia do futuro. Porque o projeto parou, ele não foi chamado para ser indenizado, o projeto não vai mais ser implantado.

Fg - **Tinha gente no Bloco 2 do projeto Barreiras, pelo menos duas pessoas que entrevistamos,**

que não sabiam que o projeto não teria continuidade. Elas ainda acreditavam que um dia ia ter irrigação ali.

João Paulo - Eu sei que nesses projetos descartados, pela falta de qualquer possibilidade de futura emancipação, houve indenização e houve remanejamento, de chegar e dizer «olha, você está nesse projeto, aqui não vai dar, mas nós temos lotes em Icó Mandantes, você quer ir?»...

Fg - As duas pessoas disseram ainda receber a VMT...

JP - Em resumo, são pessoas reassentadas, veja bem, eu vou responder a vocês por telefone, então vocês estão trazendo a seguinte questão que eu não sei responder: vocês disseram que tem pessoas relocadas, que estão em projeto paralisados, sem indicação de qual o futuro e estão recebendo VMT. Prometo que antes de vocês irem embora de Recife, terão uma resposta sobre isso. Nem que tenha que dizer 'olha, ainda restam 100 famílias onde o assunto ainda está pendente'¹.

Fg - E como foi o reassentamento de Sobradinho?

JP - A realidade de Sobradinho é totalmente diferente da realidade Itaparica. No entorno de Sobradinho, não tinha nenhuma área oficialmente irrigada, seria uma frustração, uma desonestidade com a população fazer um projeto de irrigação ali [porque as terras não eram férteis na beira do lago]. E isso foi baseado em estudos técnicos. O que é que fez a CHESF? A CHESF conseguiu, - e veja que estamos falando de alguma coisa de 30 anos atrás, com o governo militar - 275 mil hectares das melhores terras do São Francisco, no Vale do Rio Corrente (BA). Geisel, numa canetada, com todo o autoritarismo, mandou desapropriar aquelas terras de donos fazendeiros para colocar a nossa disposição, podendo abrigar até 8 mil famílias.

Fg - E quantas famílias precisavam ser reassentadas?

JP - Nós reassentamos, no total, 11.854 famílias, entre rurais e urbanas, das quais cerca de sete mil eram rurais e quatro mil urbanas. Então começou, no caso de Sobradinho, estimulado pela igreja e pelos políticos, uma campanha contra a ida do pessoal pra Serra do Ramalho - onde estavam as terras férteis do vale do Rio Corrente -, que estava a 800km de distância de Sobradinho. Por que? Os políticos porque perdiam seus votos de cabresto. O cara saía do município de Sento Sé e Casa Nova pra ir para a margem esquerda do Rio São Francisco. Certo? A Igreja porque era um discurso muito fácil falar do coitadinho que morava na beira do rio e que ia ficar na beira do lago. E os advogados porque ganhavam dinheiro às custas de ações contra a CHESF. Com isso, só ficaram em Serra do Ramalho mil famílias, quando o governo tinha aberto o melhor

espaço de terras do Vale do Rio São Francisco no sertão nordestino para essas famílias. Na borda do lago de Sobradinho não havia terras adequadas para a irrigação. Tem um aforisma que diz "premissa falsa, raciocínio brilhante, conclusão errada". Então, se você parte para comparar Sobradinho e Itaparica em condições de igualdade, é uma premissa falsa.

Fg - Mas em Sobradinho teve construção de infraestrutura para esse pessoal se instalar, igual ao sistema de Itaparica?

JP - A infra-estrutura existiria, eu tenho nos meus arquivos correspondência do Ministério do Interior naquela época dizendo que a CHESF recusa seus estímulos para que a população fique na beira do lago porque não há condições de crescimento econômico na borda do lago, então que a CHESF não fizesse tanto quanto estava fazendo porque teria de ser um lugar que ofereceria vantagem e esse lugar seria a Serra do Ramalho. Então, se você mora em São Paulo numa área de risco, você não considera que Marta Suplicy [prefeita de SP] estaria cometendo uma imensa irresponsabilidade fazendo um posto de saúde numa área de risco? Você estaria induzindo alguém a permanecer na área de risco. Quando tivesse um desabamento você ia morrer, mas ao mesmo tempo você foi induzido a ficar na área de risco porque o governo fez melhorias ali.



Vista aérea da barragem de Itaparica, com o vertedouro aberto (reprodução do livro de 50 anos da CHESF)

¹ João Paulo nos informou mais tarde que havia cerca de 250 famílias que ainda não sabiam que o projeto onde moravam havia sido considerado 'inviável' e descartado. Entretanto, em março deste ano, com a mudança de cargos devido à nova Presidência da República, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia e Jatobá, que abrange os dois municípios onde está situado o Projeto Barreiras, apresentou novas avaliações técnicas e, em uma reunião com a nova diretoria da CHESF, ficou decidida a retomada do projeto.

A black and white photograph showing a makeshift shelter. The structure is built with large, wrinkled tarps draped over a frame. The walls are made of bricks, and the floor is dirt. A doorway in the center leads to a brighter area, possibly an outdoor space or another part of the shelter. The lighting is dramatic, with strong shadows and highlights. The overall mood is one of poverty and makeshift living conditions.

Assentamentos da Reforma Agrária

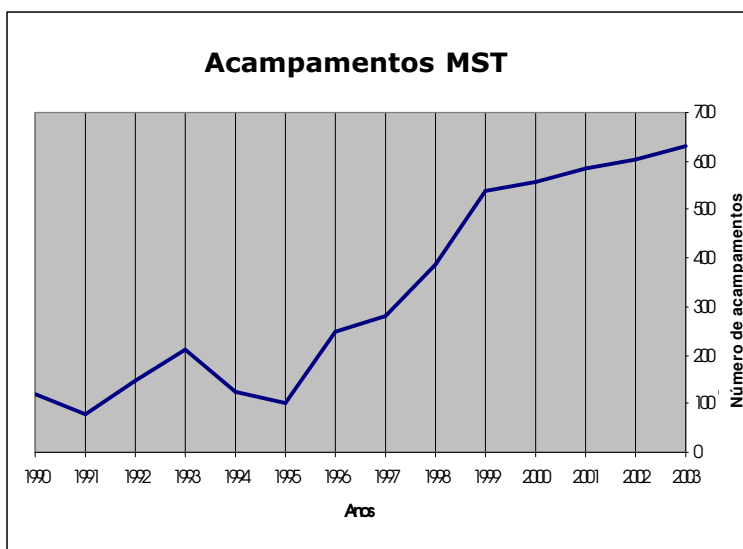


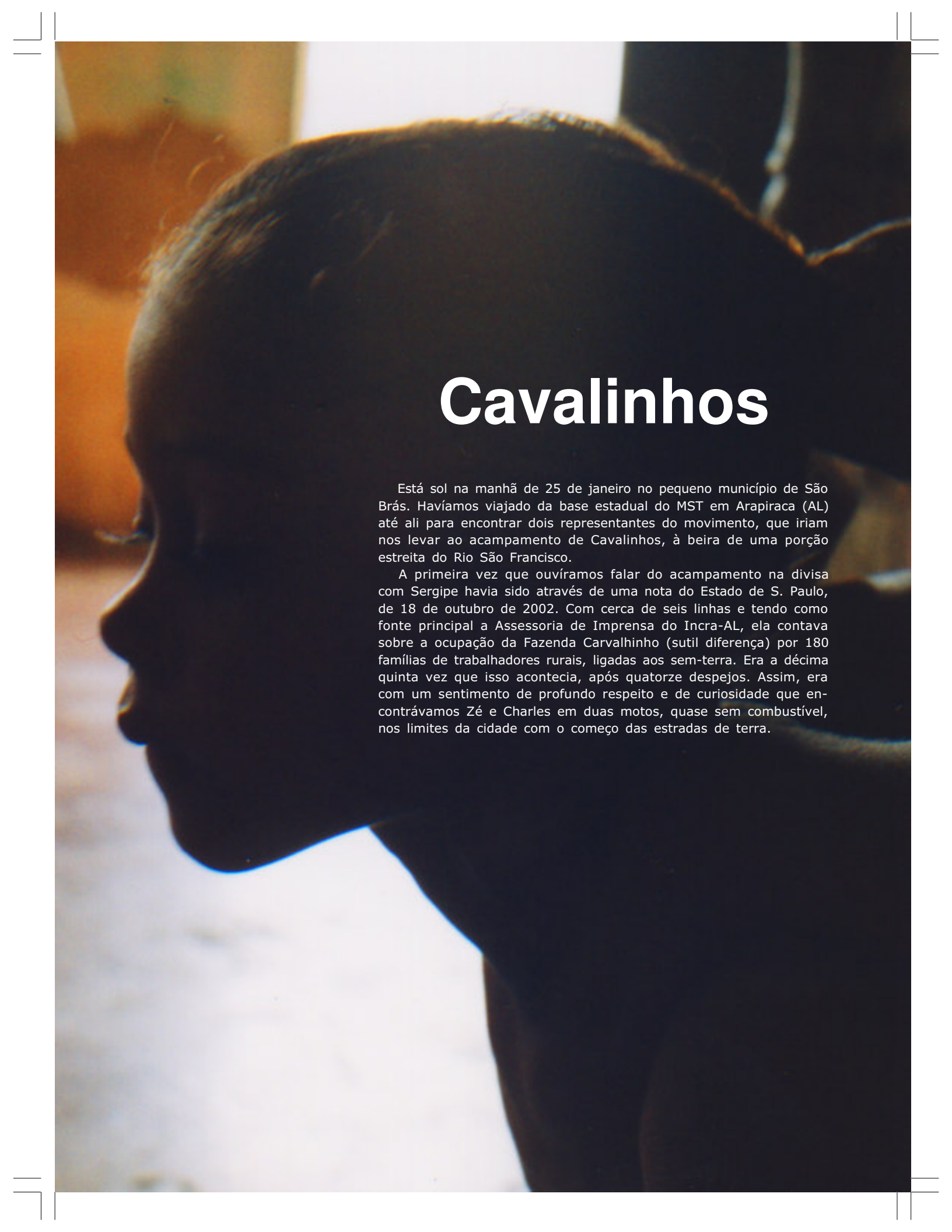
Artesanato típico da cidade de Caruaru

Quando sentamos à mesa com os dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Pernambuco, em Caruaru, era começo de fevereiro, período ainda considerado de estabelecimento para o novo governo. O MST havia feito um acordo temporário de suspender as ocupações de terras improdutivas, mas foram bastante claros ao afirmar que não deixariam de prosseguir com as lutas, mesmo com a subida de um governo, em teoria, simpatizante à causa.

De fato, durante todo o ano de 2003, o número de acampamentos continuou crescendo, como já vinha acontecendo desde 1995 (veja gráfico abaixo).

As histórias contadas nas páginas seguintes não são de Pernambuco, mas do estado vizinho, Alagoas. Elas constituem, porém, uma amostra comum da situação em que se encontram muitos dos que participam do programa de reforma agrária promovido pelo Estado. Em Alagoas, pudemos testemunhar de perto as condições de dois momentos-chave na vida de um sem-terra: o de trabalhadores assentados em um projeto sem infraestrutura, em Olho d'Água do Casado, e o de um acampamento situado em uma zona de conflito, em São Brás. Ambos os municípios estão situados às margens do Rio São Francisco.





Cavalinhos

Está sol na manhã de 25 de janeiro no pequeno município de São Brás. Havíamos viajado da base estadual do MST em Arapiraca (AL) até ali para encontrar dois representantes do movimento, que iriam nos levar ao acampamento de Cavalinhos, à beira de uma porção estreita do Rio São Francisco.

A primeira vez que ouvíamos falar do acampamento na divisa com Sergipe havia sido através de uma nota do Estado de S. Paulo, de 18 de outubro de 2002. Com cerca de seis linhas e tendo como fonte principal a Assessoria de Imprensa do Incra-AL, ela contava sobre a ocupação da Fazenda Carvalhinho (sutil diferença) por 180 famílias de trabalhadores rurais, ligadas aos sem-terra. Era a décima quinta vez que isso acontecia, após quatorze despejos. Assim, era com um sentimento de profundo respeito e de curiosidade que encontrávamos Zé e Charles em duas motos, quase sem combustível, nos limites da cidade com o começo das estradas de terra.



Algumas das crianças de Cavalinhos: José Benedito e seu irmão mais novo no berço (acima), e a irmã mais velha, Maria Auxiliadora (abaixo); ao lado, menino carrega toras para serem usadas no jardim.





Fevereiro marcou um período especial para todo o Brasil; não poderia ser diferente para o Movimento dos Sem-Terra. Enfraquecidos após oito anos de combate direto com o governo Fernando Henrique Cardoso, estava no ar, embora, de todos os modos, intangível, uma possibilidade real de mudança. Ainda que a Medida Provisória assinada em agosto de 2001 continuasse em vigor, excluindo por dois anos qualquer território ocupado por conflitos agrários de vistorias ou desapropriações, o movimento havia decidido como um todo não demonstrar fraqueza diante do novo governo. Pelo contrário, havia optado por continuar as ocupações de fazendas improdutivas, eliminando a hipótese de uma eventual trégua de seis meses com a subida de Lula no Planalto, como havia levantado a imprensa.

A idéia pode parecer agressiva quando vista pela televisão, pelo Jornal Nacional, mas ali, na micro-escala, nos pareceu perfeitamente compreensível. Entretanto, para chegar nessa história, é preciso contar antes uma outra: a da também pequena Ilha de São Borges, entre o povoado de Lagoa Comprida, em São Brás, o município de Traipu e o estado de Sergipe.

A Ilha de São Borges

Ao final de 1993, alguns trabalhadores rurais negociaram com

Antônio Carvalho Neto, dono de uma grande fazenda local, um contrato para arrendar o território da ilha por três anos. Assim, o que era uma reserva florestal de acordo com algumas pessoas, foi descampado para dar lugar a roças de subsistência, enquanto, a partir do segundo ano de ocupação, conforme previa o acordo, metade da produção ficaria para o senhor Carvalho como forma de pagamento.

Os relatos divergem sobre o que aconteceu durante o período: passados doze meses e dadas as condições precárias de produção em São Borges, um novo ajuste teria reduzido para um terço a quantidade a ser transferida para o dono das terras; outros contam que, na verdade, decorrido um ano, o proprietário quis reduzir o tempo de permanência e, diante da recusa dos arrendatários, teria os ameaçado; algumas versões dizem que o contrato teria durado os três anos. Seja como for, a ilha foi desocupada de forma não amigável entre 94 e 96, com muitas das famílias passando a morar em Lagoa Comprida. Apenas alguns anos mais tarde é que a Ilha de São Borges voltaria a ter grande importância no destino dos agricultores familiares locais.

Em 1999, o MST chega ao povoado. Albino Soares, hoje dirigente estadual do movimento em Alagoas, havia ouvido falar da fazenda improdutiva e mobilizado 35 famílias



de outro município para iniciar os contatos na região. Após cerca de quinze dias de cadastramento em Lagoa Comprida, Albino já juntara mais de 250 famílias simpatizantes à causa e em torno de 400 participaram da primeira ocupação às terras do senhor Carvalho, em 21 de novembro de 1999. Naquela ocasião, o município inteiro possuía 6.551 habitantes, de acordo com o IBGE (Censo 2000). Houve um despejo após 30 dias e o fazendeiro mandou um trator para arar as terras ocupadas e derrubar as casas de acampamento. Com a resistência, começou uma discussão e a coisa acabou na base da bala, sendo que um dos integrantes do movimento sem-terra levou um tiro de raspão na cabeça.

“O sonho está acabando”

De volta à estrada de terra que liga São Brás a Cavalinhos, muita coisa havia acontecido nesses mais de três anos que nos separavam daquela confusão inicial. A fazenda havia sido ocupada outras quatorze vezes; em uma delas, uma das casas mais próximas a Lagoa Comprida





Acima: Zé e a Ilha de São Borges, em período de seca; **abaixo e à esquerda:** Biel mostra uma das casas construídas na ilha; **abaixo à direita:** abrigo destinado a guardar colheita destruída pelo vento

fora incendiada pelos sem-terra; a Ilha de São Borges havia virado um ponto 'neutro' estratégico, uma vez que se descobriu que ela pertencia à União, por estar na divisa entre dois estados; as terras haviam sido divididas entre quatro descendentes do senhor Carvalho; o Incra inspecionou a fazenda em 2000, considerando-a improdutivo. Finalmente, em 14 de janeiro de 2003, poucos dias antes de nossa visita, o MST havia conseguido uma certidão judicial apontando não haver nenhuma escritura de terra em toda Alagoas registrada no nome de Antônio Carvalho Neto (também no começo do ano, o superintendente do Incra-AL pediu demissão do cargo, sendo substituído temporaria-

mente por José Monteiro, a quem entrevistamos - veja na página 74).

Essas podem parecer boas notícias de um modo geral, assim como nos pareceram quando chegávamos ao povoado. Porém, se existia um motivo principal para aquele mesmo Albino que começara a ligação entre o MST e os trabalhadores rurais da região haver marcado uma reunião geral para aquela tarde, era justamente porque as coisas não estavam boas em Cavalinhos. Não é difícil entender a razão. Pense o quanto duram as horas em que você fica sem fazer nada e imagine um período de indefinição semelhante prolongando-se por mais de três anos; adicione a isto conflitos e algumas ameaças de morte; por

último, leve em consideração que os trabalhadores sem-terra entram em contato com o movimento nacional através de um ou alguns representantes – e o que lhes havia rendido até agora acreditar nesses representantes, que vão e que voltam de reuniões sempre sem nada concreto? Para muitos, a impressão era a de que não lhes havia rendido nada. A idéia de existir um assentamento em Cavalinhos, com o passar dos anos, havia tomado a forma de um sonho, e, se Albino estava sendo esperado naquela tarde, era para saber quantos ainda eram capazes de continuar a sonhá-lo.

Enquanto o encontro, marcado para as 16h, não chegava, visitamos a Ilha de São Borges. Ali estão concentradas as plantações de subsistência de diversas famílias do povoado, cuja maior parte da população não possui renda fixa e vive da agropecuária: há pés de tomate, macaxeira, banana, coco, feijão, melancia, mamão, manga, tudo plantado em lotes divididos entre os integrantes do movimento – embora, por causa da seca, ainda presente, a visão fosse predominantemente marrom, de um tom terrroso.





Nessas páginas: trabalhadores rurais jogam cartas e mulher faz bordado para passar o tempo até a reunião marcada com o MST; homem tece rede para pescar no São Francisco e integrantes do movimento posam para fotografia, ao final da Assembléia



“O sentimento, o sonho, está acabando”, nos conta Zé (aquele mesmo da moto) quando chegamos ao acampamento, saindo da ilha. Há poucas barracas montadas na área; uma série de pessoas conversando sobre assuntos diversos; trabalhadores passando o tempo jogando cartas; crianças pegando mangas que caem dos vários pés que nos circundam. Em outras palavras: para qualquer viajante passageiro, esta é a visão do Paraíso, mas a cena toma outra forma para quem já está aqui há mais tempo. “Afim, são quatro anos de promessas e nada. Um trabalhador que não tem nem o primeiro grau completo ou trabalha da terra ou morre de fome”. Ele diz isso como alguém que conhece pessoas em várias capitais do país, poderia arranjar um emprego em uma delas; já teve vontade de abandonar tudo, mas também não deixou Cavalinhos. “São quatro anos de a gente ir a Maceió, participar de reuniões, chegar aqui e transmitir isso para o pessoal. E não acontecer nada.

Acaba que os trabalhadores passam a não acreditar mais nem na gente”.

No dia anterior, enquanto ainda estávamos em Arapiraca planejando a vinda a São Brás, passou a nova delegada pelo povoado, querendo pegar alguns nomes, pedindo o RG de quem estivesse por perto, porque ali as pessoas são conhecidas pelo apelido. Dizia que estes seriam os primeiros beneficiados quando saísse a desapropriação. Em uma entrevista, alguns dias antes, o Incra havia nos dito que lidava direto com o movimento (ver página 74). Os trabalhadores também desconfiaram: “Que terra tem a polícia para dar para a gente?”, nos disse um. Mas alguns deram os documentos. Este parece um exemplo simples, mas mostra como a nucleação, iniciada em 2002, não está funcionando muito bem – ‘nucleação’ é uma forma de organização interna do MST, por meio da criação de pequenos núcleos de representação nos acampamentos e assentamentos; as decisões do núcleo representam o conjunto.



A Assembléia

Quando Albino chega, traz o pessoal se reúne para ouvir as notícias. Sem contar as crianças, há cerca de 60 pessoas participando da Assembléia Geral. Elas representam parte das 83 famílias que restaram no acampamento, a grande maioria das quais nem dorme ali (o MST estima que possam ser assentadas entre 90 e 100 famílias nas terras do fazendeiro Carvalho).

Albino fala da chegada de Lula ao governo e de seu discurso de dar prioridade à reforma agrária, no III Fórum Social Mundial, que acontecia ao mesmo tempo que esta reunião, no Rio Grande do Sul. Diz que uma das reivindicações a entrar na pauta é a doação de R\$ 500 para cada família acampada e que é hora do movimento pressionar Lula, enfrentar a elite, porque os pecuaristas de Alagoas estão muito bem organizados, buscando

a criação de gado para substituir a ultrapassada cultura de fumo: "é agora ou nunca!". "Os trabalhadores de Cavalinhos vão ser assentados", diz Albino, "mas a condição é estar nucleado, organizado". Como sinal, aponta a cotação de Mário Agra, marido da senadora Heloísa Helena (PT-AL), para assumir a superintendência do Incra.

Enquanto isso não acontece, os acampados têm suas preocupações. É preciso armar, para a quarta-feira seguinte (dia 29 de janeiro), uma passeata rumo ao Fórum de São Brás para acompanhar a questão dos processos da terra do Sr. Carvalho. Naquele domingo, quando já teríamos ido embora, Cavalinhos (sutil diferença) iria se reunir de novo, por meio dos núcleos, para decidir, definitivamente, quem continuaria acampado e quem preferiria desistir.

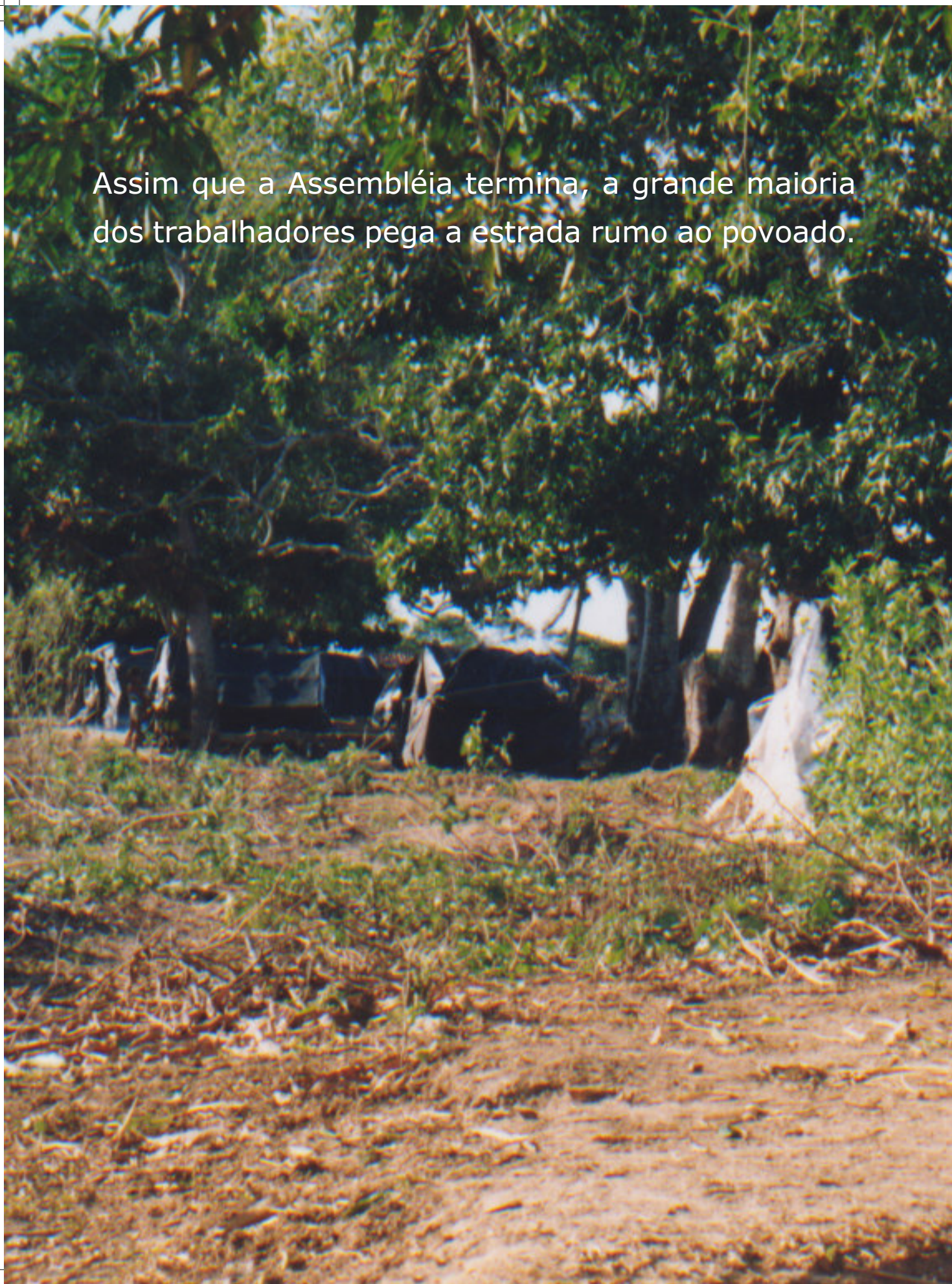


Cenas da assembléia em Cavalinhos:
grito dos trabalhadores, conversa entre
amigos e a bandeira do movimento





Assim que a Assembléia termina, a grande maioria dos trabalhadores pega a estrada rumo ao povoado.





A lona das barracas balançam com o vento, tomadas pelo silêncio.

Quando anoiteceu no assentamento Nova Esperança II, as únicas coisas que se enxergavam eram a luz pálida de lampião que vazava sutilmente pela janela de cada casa e o céu impressionante de tão estrelado...



Nova Esperança II

Assentamento a 2 km do Rio São Francisco não possui água encanada e está sem infra-estrutura desde sua criação, há três anos

A escuridão insinuada pela luz fraca das moradias e pelas estrelas passava um sentimento gostoso de tranquilidade, mas para os residentes daquelas agrovilas significava outra coisa: falta de energia elétrica, simplesmente. São, no total, 135 famílias distribuídas por três agrovilas, em terras muito próximas ao Rio São Francisco, no município de Olho d'Água do Casado (AL).

A infra-estrutura, desde a portaria que criou o assentamento - em 2000 -, foi executada por etapas e ainda não está concluída. Nova Esperança II já existe há 3 anos e até hoje não há luz elétrica, sistema de água encanada ou saneamento; foram construídas fossas nos fundos das casas, onde também o lixo é acumulado para depois ser queimado.

Bem no meio da rua de terra que divide as duas fileiras de casas, há postes de iluminação, mas ainda sem os fios elétricos (veja foto na página seguinte). Os assentados contaram que foi obra de um político de Olho d'Água atrás de votos para se reeleger. Apareceu no assentamento, prometeu luz elétrica, mandou erguer os postes e

depois do pleito nunca cumpriu sua promessa. Em algumas casas, a televisão na estante da sala mostrava a espera.

Apesar de todos os problemas, que também incluem falta de atendimento médico e de transporte, os agricultores concordam sobre um aspecto positivo: a educação de seus filhos. Em Nova Esperança II há duas escolas que atendem alunos da 1ª à 4ª série e



Topo da página: vista das duas primeiras agrovilas, das três que formam o assentamento Nova Esperança II; **acima:** entrada do assentamento



Apesar dos postes erguidos, não há luz elétrica nas agrovilas

aproximadamente 45 crianças estudam fora do assentamento. Para aqueles que não tiveram oportunidade de estudar, o acesso à educação promete uma vida melhor aos jovens da nova geração.

Perto do rio e sem água

Os postes de “enfeite” construídos em troca de votos chamam a atenção, mas sem dúvida o que mais causa espanto é o fato do assentamento estar a apenas 3 km do Rio São Francisco e não possuir água encanada nem sistemas simples de irrigação para a agricultura. A palma, espécie de cactácea comum no semi-árido, domina o cultivo, pois serve como alimento para as cabras que alguns têm no quintal de suas casas.

Apesar de não haver sistema de água encanada feito pelo governo, na época da nossa visita fazia seis meses que Iranildo Manuel Dantas da Silva, o “Nininho”, que é assentado e presidente de uma associação local ligada ao MST, havia puxado água da encanação de Delmiro Gouvêa, município vizinho a Olho d’Água do Casado. Fez tudo por conta própria; ele mesmo comprou os materiais da obra, os canos e fez o desvio. Embora tenha conseguido água para sua família, Nininho não restringe o consumo: fez uma torneira logo na entrada do assentamento que pode ser usada por quem quiser.

A situação é crítica: as 3 agrovilas – que têm 1,5 km de distância entre si, aproximadamente – utilizam a torneira de Nininho. Trazem barris e baldes, os enchem e os levam para suas casas. Os moradores das agrovilas 2 e 3, devido à distância, vão de carroça ou burrico; mesmo assim há aqueles que vão a pé, por falta de um “meio de transporte”. Algumas pessoas também se abastecem com água do São Francisco.

Nininho acredita que o rio poderia ser uma grande fonte de irrigação para a população rural, “mas não é explorado, a não ser para os grandes projetos de irrigação para exportação de Petrolina”, diz ele. Logo na entrada do assentamento, a alguns metros da primeira agrovila, há uma caixa d’água inacabada destinada a um projeto de irrigação que beneficiaria Olho d’Água e outros municípios próximos.

O cano de irrigação está projetado para puxar água do rio até a caixa d’água, que faria a redistribuição para outros municípios. Mas hoje em dia, esse encanamento chega apenas até metade do percurso previsto. Dois senadores de

Alagoas, Renan Calheiros e Teotônio Vilela, disseram pessoalmente em uma reunião que as obras no assentamento não andam porque a empresa contratada para construir o encanamento entrou em débito com o governo.

O trecho do rio que passa pelo assentamento fica entre as usinas hidrelétricas de Paulo Afonso e Xingó, tornando-se uma espécie de “lago artificial”, já que a vazão da água é controlada. Apenas uma espécie, o



Assentados pegam água na torneira instalada em frente à casa de Nininho; a água é puxada de encanação da estrada que fica a cerca de dois quilômetros dali

Tucunaré, sobreviveu na região, onde a pesca é proibida pelo Ibama. Por enquanto, a utilidade maior do rio é para as crianças, que freqüentemente vão nadar e brincar nas águas limpinhas entre os cânions.

Verbas do Incra e financiamentos bancários

O paradoxo de estar ao lado de um rio e não ter água encanada é uma característica específica de Nova esperança II, mas outros problemas de organização e liberação de crédito por parte do Incra fazem parte da rotina de um assentado qualquer, não só das 135 famílias que vivem ali.



Nesta página: a proximidade do rio não significa acesso à água - as agrovilas estão situadas entre o São Francisco (topo) e a caixa d'água, ainda em construção (fotos acima), uma distância de cerca de uma hora e meia de caminhada; **na página seguinte:** todo domingo, as crianças das agrovilas vão ao rio para nadar e brincar

De acordo com Nininho, em Alagoas, por exemplo, há somente dois técnicos para atender o estado inteiro e ajudar os agricultores com o planejamento de uso das terras. Muitas vezes, os terrenos destinados ao plantio acabam se tornando salinizados por utilização incorreta do solo, resultado da má orientação e da falta de assistência. Um médio ou grande proprietário tem recursos para pagar um técnico agrícola particular, mas normalmente um assentado não tem poder aquisitivo para isso.

Depois de assentado, o agricultor tem direito a uma verba do governo para iniciar a ocupação do terreno, ou seja, comprar a cerca, sementes, etc. Paralelamente, os trabalhadores podem negociar linhas de crédito a 1,5% de juros para realizar projetos. Porém, para conceder o financiamento, o Banco da Terra, programa de crédito do Governo Federal que financia a compra de imóveis rurais e a realização de obras de infra-estrutura básica, exige que alguns critérios sejam cumpridos: no caso de uma criação de ovelhas, deve-se providenciar um pasto, construir cisternas e cercar o território onde serão criadas. O problema é que as verbas iniciais do Incra são cedidas por etapas, com intervalos de até um ano e meio entre si. Dessa forma, fica difícil cumprir os pré-requisitos solicitados pelo banco já que não há capital de investimento para estas exigências iniciais.

Josival da Silva, assentado em Nova Esperança, é um exemplo desse círculo vicioso. Sem a liberação da verba do Incra, não possui dinheiro para investimentos imediatos e ao mesmo tempo não consegue empréstimos. Está inativo por ter sofrido um acidente e não possui recursos para produzir e ganhar sua sobrevivência. Afirma que, no momento, não tem nem um boi ou cabra e não consegue vender o produto de seu cultivo - a palma - pois o plantio é comum na região e não há comércio da planta. A agricultura de produtos como algodão, milho e feijão só é possível em época de chuvas e mesmo assim não é garantida. Como em



Nova Esperança II não há irrigação, não é possível plantar capim, um dos pré-requisitos para que se consiga um empréstimo para a criação de caprinos. Josival possui uma deficiência física na mão direita que o impede de manejar as coisas normalmente: em 1992, sofreu um acidente na fábrica de tijolos onde trabalhava. Inicialmente, o dono disse que ele só receberia o INSS e um seguro que tinha na época, mas depois de um processo na justiça, Josival passou a receber uma indenização mensal. Também já fez parte da direção do MST, mas precisou deixar a militância por problemas com o álcool.

Mobilização e engajamento

Apesar de Nova Esperança II ser um assentamento de pequeno a médio porte, a mobilização entre os moradores não é unificada. Há duas associações atuantes, sendo que uma delas é ligada ao MST e tem Nininho como presidente. Já

é a terceira vez consecutiva que ocupa o cargo e reconhece que a atividade "toma muito tempo". Sobre a outra associação, limita-se a comentar que "eles têm uma visão diferente, pois o Incra facilita para aqueles que se voltam contra o movimento [*referindo-se ao MST*]".

Nininho justifica sua vontade de deixar a organização de 96 membros que preside: "quero me doar mais a mim mesmo, me dedicar mais ao trabalho e ao plantio". Mas não é só isso: acredita que os assentados deveriam se juntar em diversos núcleos de 4 ou 5 famílias para discutir e reivindicar direitos sociais, ao invés de criarem associações. Esse tipo de organização é proposta pelo MST como uma maneira de descentralizar o movimento e incentivar a cultura política dos assentados, já que são obrigados a participar das discussões de seu núcleo – diferente do sistema onde há apenas um representante e um "cor-

po anônimo" de membros associados.

Com relação ao ativismo político, Nininho conta que, por ter participado de uma ação contra um membro do Incra na época em que estavam acampados, foi excluído temporariamente do processo de Reforma Agrária em Alagoas. Sua casa em Nova Esperança II foi construída mais tarde, só depois de conseguir um julgamento na justiça. Diz já ter recebido muitas ameaças de morte.

Esse "jeito" de resolver interesses conflitantes é freqüente na área rural do Nordeste. Na reportagem sobre Serra do Ramalho (página 26), precisamos manter o anonimato de nossas fontes por medo de represálias; já na sobre o acampamento de Cavalinhos, no município de São Brás (AL), também na beira do São Francisco, relatos confirmam a prática.

O Incra e a reforma agrária em Alagoas

José Monteiro, técnico responsável pelas áreas de assentamento na superintendência Regional do Incra em Alagoas, explica como funciona o processo de assentamento e fala da estratégia do governo anterior para brechar a atuação do movimento sem-terra.

Fulgêncio - Como é a relação de vocês com o MST de Alagoas?

José Monteiro - A relação nossa, pelo menos no que no nível técnico, é muito boa. Agora, é claro que tem as divergências de opinião: nos pareceres técnicos, nos processos; muitas vezes eles contestam, mas agente não pode fazer nada. É a justiça quem decide, não somos nós. Temos uma procuradoria aqui, a ela cabe processos desde a desapropriação, mas o que acontece? Você é dono de uma propriedade, eu faço uma vistoria no seu imóvel e deu improdutivo. Vou desapropriar, sai o decreto da desapropriação, mas é um direito seu contestar.

Fg - Qual o critério que determina um imóvel improdutivo?

JM - No imóvel improdutivo, o próprio nome já está dizendo, você vai encontrar paraticamente mato, não tem área de exploração nenhuma, não tem criação, não tem pasto nativo, não tem plantação.

Fg - Chico Graziano, agrônomo e deputado federal, foi presidente do Incra, falou que muitas terras que são consideradas improdutivas são nativas da Mata Atlântica. Isso ainda ocorre?

JM - A Mata Atlântica tem particularidades, são áreas de reserva. Nós temos áreas aqui que você chega lá e ela está ocupada por 70% de Mata Atlântica. Não é ideal para o Incra colocar 10 ou 15 agricultores ali, então não colocamos. Muitas vezes até o próprio parecer dos agrônomos é contra, às vezes mandamos para o Ibama, eles também são contra. É preferível que a área fique lá, parada. Porque se você vai lá e coloca 10 pessoas, 15, muitas vezes elas não tem um entendimento, educação, terminam danificando o espaço. Terminam cortando, desmatando e vai se perder o controle totalmente sobre isso aí, sobre o restinho de Mata Atlântica. Você tem como, dentro da própria mata, fazer uma exploração sustentável e ra-

cional, mas com o nível do nosso agricultor nordestino, não tem como. Mais de 80% deles são analfabetos, são raros os que sabem escrever o nome. Então, sempre que temos casos assim [*de trechos de Mata Atlântica em terra vistoriadas*], repassamos tudo para o Ibama. Na hora do parcelamento das terras, já retiramos essa mata, que para a gente é intocável.

Fg - Então vocês vão lá analisar se a terra é produtiva ou não. Normalmente ela é de algum proprietário, e aí quando ela é de Mata Atlântica, como vocês fazem?

JM - É aquilo que te falei: tivemos um caso desses que os sem-terra vieram aqui reivindicar vistorias de umas terras. Mas nessa vistoria, mais de metade da área, mais de 60%, era mata. Então não dá para a gente desapropriar, porque nós estamos pagando sobre a mata, que não será usada. É caro.

Fg - E os 40% dessas terras que não eram de Mata Atlântica foram destinadas à Reforma Agrária?

JM - Não. Simplesmente, nós achamos que era inviável fazer a desapropriação. Fica com o proprietário. Eles não desmatam, às vezes eles dão entrada no Ibama para preservação, eles têm algum documento que os amarra ao Ibama. Eles não podem fazer nada, nem para eles mesmos, são vigiados pelo Ibama. Essas áreas ninguém pode desmatar, nem o próprio proprietário. Então, para aproveitar 40% e assentar mínimas famílias ali, é inviável. Porque o custo é muito alto. Na hora de transferir a terra para o agricultor, eles vão pagar um preço muito alto pela terra. A gente paga a indenização ao proprietário pelos hectares, então a gente vai pagar a mata e ela não será utilizada.

Fg - Como é o processo de desapropriação?

JM - É oferecido o interesse social de assentar famílias que não têm terra, então, o movimento sem-terra hoje, denuncia: fazenda tal, fulano de tal não está



Gruta a poucos metros do assentamento Nova Esperança II, onde foram encontradas inscrições rupestres

explorando. Aí mandam para cá, dão entrada aqui no Incra, a gente providencia toda aquela burocracia de notificar o proprietário que vamos fazer vistorias na área dele. Aí mandamos dois agrônomos, um técnico agrícola e o topógrafo, que vai fazer todo o perímetro do imóvel para ver se bate com as informações dadas pelo proprietário. Fazemos levantamento em cartório sobre a propriedade, seu nome, registro, comércio de terras... ali tem toda a cadeia de comércio: para quem você vendeu, de quem você comprou, até chegar o proprietário atual. Tudo está lá escriturado. Aí os papéis dizem que o indivíduo tem 800 hectares. A gente então manda o topógrafo, ele faz a revista e vai dizer quanto a sua área tem. A gente vai pagar pela área medida, entendeu? Ele diz que tem 600 hectares *[o topógrafo]*, o Incra vai indenizar só por 600 hectares. Aqueles outros 200 que estão na escritura não existem, porque na realidade o que foi medido é o que vale.

Fg - E isso demora quanto tempo?

JM - Uns trinta dias, mais os trâmites, até chegar no processo de desapropriação, bota aí mais uns três meses até resolver.

Fg - E já foi registrado algum caso de corrupção entre a vistoria e fazendeiros?

JM - Não, não, não. Essa coisa de denúncia que os técnicos... é o seguinte: quando você vai tratar com o proprietário, você vai lá, notifica e pede para que ele indique uma pessoa para acompanhar nosso técnico dentro da área, que às vezes nosso técnico não conhece. Mas você tem o quê? Você tem um capataz que chama administrador, então como o fazendeiro às vezes não mora lá, não tem tempo, ele manda o administrador. O administrador vai correr com a gente toda a propriedade.

Fg - Existe algum caso de desapropriação de fazenda de cana?

JM - Agora não, porque a cana se valorizou bastante durante estes últimos dois anos, inclusive a cotação do açúcar é em dólar.

Fg - As terras do estado ocupadas por cana aumentaram?

JM - Sim. Hoje, Alagoas tem muitos fornecedores, além das usinas que possuem terras próprias. Já desapropriamos algumas, mas na época elas estavam falidas, porque o hectare de cana estava lá embaixo. Ninguém queria, houve um desinteresse dos proprietários, conseqüentemente houve abandono das terras. E quando abandonam estas áreas, lógico, a gente consegue desapropriar.

Fg - Qual a porcentagem de evasão dos assentamentos feitos pelo Incra em Alagoas?

JM - Tem muita venda de lote. Quer queira quer não, você vai na área e o cara já vendeu e já foi embora, passou para outro. Em dezembro *[de 2002]*, entre abandono de lote e venda calculamos mais ou menos 8% de evasão da população assentada.

Fg - E o que acontece quando o beneficiário abandona seu lote?

JM - Estamos tratando agora com dados do levantamento de 2002, todas as irregularidades no estado estão mapeadas. A partir daí, nós vamos identificar de quem é a irregularidade, ir lá e dizer: "você vendeu seu lote, tá aí, ó" *[faz gestos com papéis como se os mostrasse ao agricultor que vendeu o lote]*. Em cima disso a gente vai notificar quem estiver em lote irregular. Este lote pertence a João, chego lá e encontro Maria, então, houve a venda de lote. Nós vamos notificar a Maria que ela está irregular.

Fg - Mas e no caso de abandono do lote por falta de infra-estrutura no assentamento?

JM - Não acho que seja por causa da estrutura. Nossos assentamentos talvez não sejam 100%, mas você encontra assentamento nosso que seja quase 100%.

Fg - E se a pessoa abandona o lote, o que acontece exatamente, a terra volta para o Incra?

JM - Não. Se o cara foi embora e tem outra família ocupando, nós notificamos esta família que ela está irregular. Nesse caso, analisamos a situação: qual sua situação econômica? É uma família que não recebeu nada de recursos do Pronaf *[Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar]*? Para ela produzir, então, a gente vai dar uma verba inicial. Aí, se vê que a Reforma Agrária é tratada com seriedade, só que nós temos muitos agricultores que não tratam ela com seriedade. Geralmente, aquela seleção que deveríamos ter feito não é 100%.

Fg - E quais são as principais reclamações dos assentados?

JM - O maior problema é o seguinte: desvio de recursos. Então, eu desapropriei, fiz a lição de posse dessa área, assentei 20 famílias e fiz uma portaria criando o projeto. Imediatamente, cada família tem 400 reais para a alimentação. A gente desembolsa uma verba chamada "crédito instalação" para essa família: 400 reais para a alimentação e mil reais para fomento, que é a aquisição de cimento e equipamento. Anteriormente era no ato: o sujeito pegava o dinheiro, ia comprar sua enxada, sua foice, seu carro de mão, sua bota, a semente e fazer seu plantio. Mas o que o cara fazia com mil reais? Ia comprar uma cama, um rádio, um outro comparava bicicleta, colchão. O dinheiro não era para comprar cama. O crédito hoje é liberado coletivamente, a gente pega as famílias e fala: "procurem um supermercado".

A gente libera em duas vezes porque eu sei que é suficiente para pagar uma conta de supermercado para comprar comida. Quando terminar, eu libero a outra parte.

Fg - E de onde vem a verba para construção do assentamento e auxílio aos agricultores?

JM - Primeiro, o Incra trabalhava diretamente com essa verba: o dinheiro vinha, eu fazia empenho e a gente contratava a mão de obra deles mesmos, que construíam a casa, montavam mutirão, botavam os tijolos. Eles mesmos eram responsáveis pela construção da casa deles. Antes a gente atendia tudo, agora o Incra só atende com abastecimento de água, energia elétrica e estrada. O restante, a própria comunidade, até o Incra mesmo, vai buscar junto aos outros ministérios: se é saúde, Ministério da Saúde, se é educação, Ministério da Educação. Isso tudo é descentralizado do Incra; cada um tem sua responsabilidade de participação no processo de Reforma Agrária. Porque senão fica muito pesado para o Incra, que terminaria com um super-orçamento se construísse casa, creche. Então, vamos ter que buscar uma parceria, não é? Envolver o estado, o município, a união, através dos outros ministérios, que têm recursos. Então em cima disso aí a gente começa a montar a estrutura de um assentamento. Você pode chegar num assentamento que não tem nada disso *[saúde, educação, etc]*, mas por que? Por causa da demanda, o recurso pouco, a gente não está conseguindo. Estamos dando prioridade aos mais velhos. Vamos atendendo logo os assentamentos mais velhos até chegar nos mais novos. Temos convênios com o estado, com uma ong de Delmiro Gouvêa que trabalha com cisternas... estamos construindo 750 cisternas no estado de alagoas em quase 20 assentamentos, de preferência no sertão.

Fg - Qual parte do estado está ocupada com cana?

JM - A maior parte do estado está ocupada com cana. As áreas que a gente chama de "filé do estado" estão ocupadas. Já fizemos uma previsão, sabemos que futuramente nós não vamos ter área para desapropriar mais.

Fg - Quantas pessoas foram assentadas no ano passado?

JM - Quase 400 famílias.

Fg - E quantos inscritos tiveram?

JM - Nós temos cadastradas mais de 10 mil famílias em Alagoas. Só que nós só estamos atendendo uma pequena parcela desses inscritos, então temos que dar prioridade aos acampamentos que estão na beira das estradas. Isso porque nós temos acampamentos de 4 anos atrás, então, quando veio a lei dessa história de

correio *[refere-se ao cadastramento por correio como única forma de se inscrever no programa de Reforma Agrária do Governo Federal]*, o pessoal já estava acampado. Quem tinha invadido área passou a ter acampamento nas BRs. Então, nossa preferência hoje é esgotar os acampamentos.

Fg - Como é feita a seleção por correio, se não é possível diferenciar quem é acampado ou não?

JM - Não se faz uma seleção. Essa história de correio vem desde o início do ano passado. Isso foi uma jogada, uma estratégia para reverter o movimento sem-terra. O que eles estavam fazendo? Ocupando toda propriedade. Então, quando foi criada a lei de que propriedade invadida não se desapropria, os sem-terra foram acampar nas estradas.

Fg - As invasões em Alagoas diminuíram?

JM - As invasões diminuíram muito, quase acabaram. O que nós temos são acampamentos. Alagoas é o segundo em termos de acampamentos, que são vários. É uma briga dura, porque já tem até dissidente dentro do movimento, tem gente que já não aceita a maneira do movimento. Então já brigaram. Tinha um cara desses aqui agora mesmo.

Fg - O que ele diz do movimento? O que ele vem solicitar?

JM - O problema é que cada um quer colocar o seu. Cada um diz que é o mais antigo do acampamento e tal. Mas eu não conheço, não sei se o cara é antigo. Quem é que tem que indicar? Não são os representantes do movimento? Tem gente que morava na cidade, nunca acampou, nunca participou da luta. Então o Incra trata direto com o MST.

Fg - O MST protesta muito pelo fato de Alagoas ser tão ocupado com cana?

JM - Você sabe que o estado de alagoas é um estado eminentemente da monocultura, não é? Quase 60% é ocupado pela cana de açúcar. Isso tem fases. Depois do pró-álcool, com a queda da cana nós conseguimos vários imóveis, houve queda no preço da cana. Mas durante o pró-álcool, teve valorização e, claro, quando a cana valorizou, a tendência era aumentar a quantidade de hectares de cana no estado. Isso porque os fornecedores, os pequeno e médios produtores, voltam a existir. Hoje também, você tem o pequeno e médio produtor que fornece cana para as usinas. Apesar de todas elas também terem seu próprio plantio. Quando o pessoal sentiu que o valor da cana ia subir, até o valor da terra aqui subiu, hoje tem terra valendo mais de mil reais o hectare. Pode ver que é difícil aqui no estado de alagoas. Vamos correr atrás do quê? Da região do sertão? Você teria o quê? É uma região difícil, precisa de perfuração de poço etc.

Fg - O Incra realiza esse tipo de estrutura quando o assentamento é no sertão?

JM - Temos vários *[assentamentos com poços perfurados]*, inclusive com dessalinizador. Fizemos convênios. E hoje estamos trabalhando com as cisternas. Em cada casa tem uma cisterna de 6 mil litros, que enche com a chuva, o cara tem garantia durante o ano a água de beber, que é a maior dificuldade.

Fg - Qual é a verba destinada ao estado de Alagoas para a Reforma Agrária?

JM - A gente trabalha com uma programação que é pelo número de assentamentos. Contabilizamos estrada, abastecimento de água, energia. Hoje nós temos um parâmetro de dois mil reais por família. Os moradores do imóvel desapropriado são prioridade. Depois, os acampados que estão lá, na luta, e por último as pessoas inscritas na região. O que é difícil, porque já na vez dos acampados esgotam as vagas. Para assentar essas 10 mil famílias precisa ter uma negociação geral: movimento, governador, políticos, tentar ver também com os grandes proprietários. Até 30 mil hectares você consegue esgotar isso aí tudinho. Pelo menos os acampamentos. Trinta mil hectares não pesam muito para esses caras *[referindo-se aos fazendeiros]*. Já fizemos propostas, mas foram barradas, tem umas

arestas aí que são difíceis de serem quebradas.

Fg - Quantos hectares cada família recebe?

JM - Hoje a fração mínima de parcelamento é de 4 hectares por família. Tem áreas que temos 8 ou 9 hectares por família. O ideal é trabalhar com 10 ou 12 hectares, mas a demanda é muito grande.

Fg - O Incra tem projeto de capacitação de agricultor?

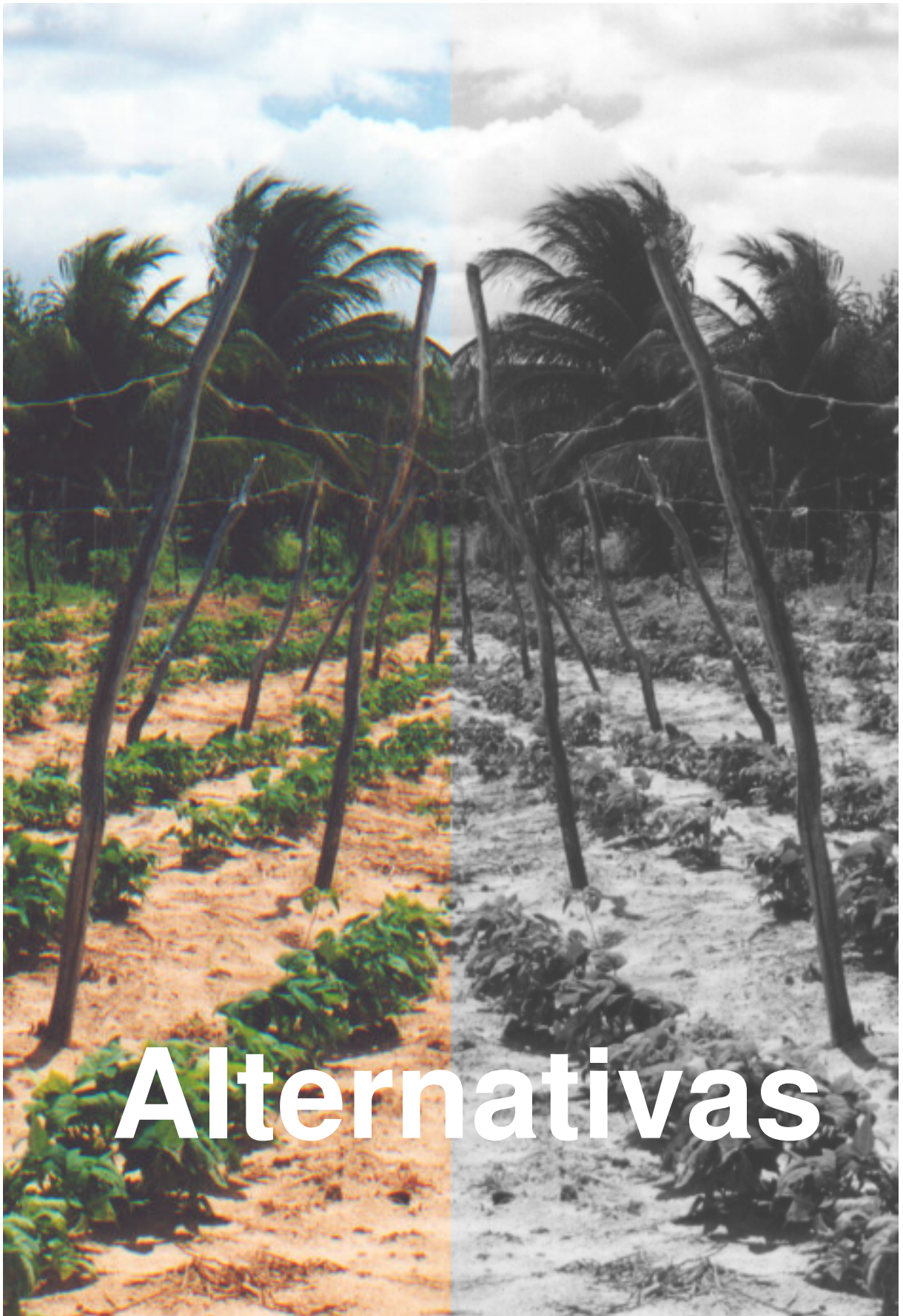
JM - Já tivemos o projeto Lumiar em 1999, onde você tinha, a cada 100 famílias, um grupo agregado de 2 agrônomos, um técnico agrícola e um assistente social que orientava os agricultores dos assentamentos.

Fg - Por que esse projeto, o Lumiar, foi extinto?

JM - É mais uma questão política, tudo é questão política. Era muito recurso para alimentar pelo país inteiro. São 29 superintendências trabalhando com o Lumiar, que tinha um custo muito alto para se sustentar. Era ideal que tivesse um projeto assim, logo que liberasse o recurso para o agricultor. Com 12 mil reais destinados a um projeto, você vai e elabora o projeto. Você libera, mas se não tem um acompanhamento, vai ter desvio. Falta capacitação do agricultor, envolvimento do município no processo.



Vista dos arredores do assentamento Nova Esperança II



Alternativas

A convivência com a seca é possível



Ong tem projetos de educação e orientação voltados ao pequeno agricultor do semi-árido

Parece difícil imaginar uma vida decente no sertão nordestino pelo costume de concebê-lo como uma parte do mapa do Brasil a ser abandonada ao invés de ocupada. Mas imagine uma criação de caprinos – cabras e bodes – que se alimenta de palma, cactácea facilmente encontrada na caatinga e bebe água em cisternas (reservatórios que captam água na época das chuvas). Ou então a produção de óleo de Umbuzeiro, árvore frutífera também

comum mesmo nas regiões mais quentes e secas.

São alternativas de desenvolvimento possíveis em áreas castigadas pelo sol e pela pouca quantidade de chuva, porém pouco difundidas entre os pequenos agricultores que vivem no Nordeste.

"É impossível combater a seca, mas é possível conviver com ela". Essa é a opinião de Cícero Félix dos Santos, um dos coordenadores do Instituto Regional da Pequena

Agropecuária Apropriada (IRPAA), organização não governamental que tem por objetivo educar e conscientizar a população sertaneja sobre a possibilidade de uma vida digna mesmo nas áreas mais secas. Sediada em Juazeiro da Bahia, não trabalha com pesquisa e sim com difusão de informação: produzem livros, cartilhas e manuais destinados a ajudar o pequeno agricultor a tirar proveito da caatinga – vegetação dominante no clima



Plantação de Palma, espécie de cactácea que pode servir de alimento para cabras criadas no semi-árido

semi-árido. Suas ações são diretas em alguns municípios, enquanto em outros realizam parcerias para incentivar a agricultura orgânica e familiar.

A primeira pergunta que vem à cabeça, então, é de onde surgem estas informações pouco divulgadas sobre o aproveitamento da Caatinga. A resposta está a alguns quilômetros de Juazeiro, na vizinha Petrolina (PE). O Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA), órgão ligado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), possui uma "base rural" onde são realizados experimentos que buscam soluções tecnológicas e sustentáveis para a melhorar a vida do sertanejo. São desde dicas de como usar o esterco de animais para fazer adubo e o que é melhor plantar em determinadas áreas, até alternativas de uso para a água salobra rejeitada pelos dessalinizadores instalados em poços perfurados.

Depois de saber da existência de um centro de pesquisa como este,

a segunda pergunta que vem à cabeça é por que essas informações não são tão conhecidas e trabalhadas no meio rural. Elder Rocha, da equipe de difusão técnica do CPATSA, fala sobre os problemas que o centro tem com relação à aplicação de suas descobertas e alternativas: "os estados sucatearam os serviços de extensão rural, pois eles nunca foram prioridade de governo. A difusão de pesquisas está sendo feita por ONGs, que acabaram substituindo os órgãos oficiais".

João Suassuna, pesquisador da



Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e especialista em recursos hídricos nordestinos, defende uma nova política de desenvolvimento do Nordeste na qual o espaço precisa ser repensado, assim como suas possibilidades de ocupação e produção. "A caatinga em si tem um potencial para um desenvolvimento enorme dessa região, mas o que está sendo feito hoje é uma destruição generalizada. Então, esse ponto aí eu colocaria como importante: o uso, que eu chamo de extrativismo. É o uso da caatinga para fins de desenvolvimento. Você pode extrair da caatinga fibras, ceras, óleos, frutas, forragem para os animais. Então, você tem que traçar uma política de preservação disso aí. Quando eu falo preservação, não é colocar uma redoma de vidro e dizer "não toque". É preservar usando. Se você tira uma planta para extrair o óleo, que tenha uma sementeira plantando mudas de reposição", diz Suassuna (veja a íntegra da entrevista na página 12).

Agricultura orgânica como alternativa

Em reassentamento da CHESF, agricultores já plantam sem agrotóxico e sem produtos químicos

Adriano da Silva Menezes, 25, explica que a barreira de vegetação que plantou em torno de sua roça impede a chegada de pragas e insetos vindos de terrenos vizinhos; foi uma das medidas que adotou para proteger sua plantação, inteiramente realizada sem agrotóxicos.

A família de Adriano foi reassentada em uma agrovila de Caraíbas, um dos projetos de irrigação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) destinados a abrigar a população atingida pela construção da barragem de Itaparica. Seus pais e mais seis irmãos possuem 3 ha de terra onde plantam banana, milho e, futuramente, mamão. "Agricultura orgânica é difícil", fala Adriano, referindo-se ao fato de que a colheita, embora possua valor agregado, é escoada por atravessadores devido à falta de mercado.

No entanto, ele e mais 20 famílias que praticam agricultura orgânica em outros reassentamentos da CHESF na região têm agora uma alternativa: a recém criada Coopervida. É através dela que os agricultores poderão escoar suas produções, inclusive com um selo de certificação.

Também sediada em Juazeiro, ganhou apoio e parceria do IRPAA, que cedeu uma parte de sua sede para a cooperativa. Fundada a partir de uma associação chamada "Companheiros e Companheiras da Terra" – que já discutia formas alternativas de agricultura –, a Coopervida também tem uma ong alemã como parceira, atuante no processo de difusão de informação: organiza palestras e seminários para mostrar os malefícios do agrotóxico, doenças que causam, custos para o solo, custo de produção e ainda levam

os agricultores para visitar plantações orgânicas.

Na visão da ong, o produtor orgânico tem a obrigação de fazer um bem ao meio ambiente e divulgar isso para seu vizinho.

Sobre a certificação dos produtos que serão vendidos pela Coopervida, Walmir de Oliveira, coordenador geral da iniciativa e também representante do MST da Bahia, fala das dificuldades de se conseguir um selo orgânico: "a diária do inspetor de certificadora custa mais ou menos R\$ 200 por dia, os agricultores não têm condição de pagar. Então, o processo será coletivo, feito pela Chão Vivo, uma certificadora sem fins lucrativos do Espírito Santo, que faz um trabalho diferente. O IBD [*selo orgânico de reconhecimento internacional, dado pelo Instituto de Biodinâmica*] é um certificado internacional muito caro, não dá".

A agricultura orgânica e o desenvolvimento sustentável

Para Walmir, o progresso e a tecnologia dos produtos químicos destinados a aumentar a produção não passam de ilusão porque não se vive em harmonia com a natureza. Vavá, como é chamado, acredita que a agricultura, do jeito que está, “está matando a vida”. “A cooperativa é uma forma de denunciar o que produtores e indústrias estão fazendo. Trabalho de conscientização deve ser feito, porque usamos de forma indevida os produtos químicos”, diz ele.

Na região de Juazeiro, já existe o

plantio orgânico em larga escala feito por grandes produtores. Mas na concepção do IRPAA e da Coopervida, “nem sempre o orgânico é ecológico”. Tanto Vavá como Cícero sustentam a visão de que ecologia e meio ambiente envolvem não só a natureza, mas também as relações de trabalho e a distribuição das riquezas geradas pelo uso da terra e seus recursos.

Para ilustrar o quanto essas relações muitas vezes não são levadas em conta, citam os projetos de irrigação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF). Localizados principalmente às margens do rio

São Francisco em Petrolina e Juazeiro, esses projetos foram dotados de tecnologia para irrigação e ganharam subsídios do governo para o desenvolvimento da região, mas as terras foram distribuídas principalmente para grandes empresários. Cícero conta que do total, 80% dos lotes são de grandes produtores e os outros 20% pertencem a pequenos empresários. Além disso, Cícero afirma que a CODEVASF tem defendido a idéia de que o pequeno agricultor não têm capacidade administrativa e que a saída é dar espaço a empresas. “Só que pequeno empresário não é sinônimo de agricultura familiar”, diz ele.

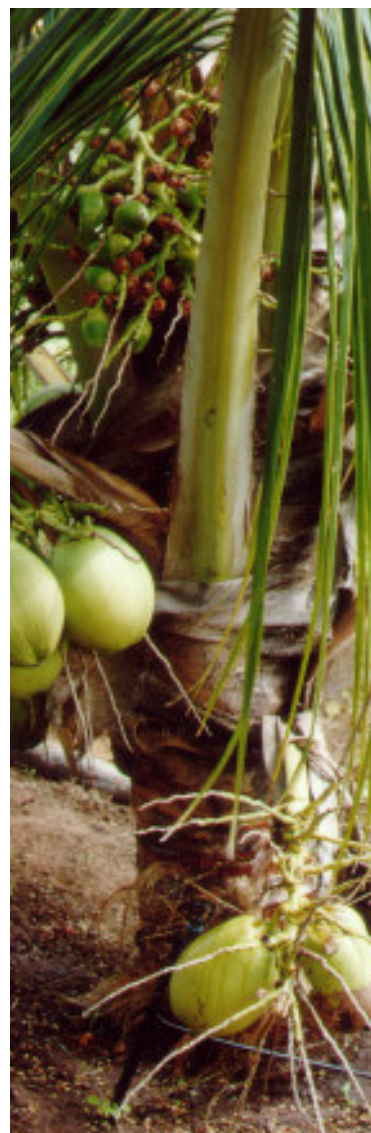
Irrigação no Vale do São Francisco

O Vale do São Francisco é hoje um dos maiores pólos exportadores de frutas do país. Manga, goiaba, maracujá, melancia, melão e uva estão entre os principais produtos cultivados nos projetos de irrigação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba, a CODEVASF. A empresa, ligada ao Ministério da Integração Nacional, tem por objetivo promover o desenvolvimento do Nordeste através da irrigação e da implantação de distritos agroindustriais e agropecuários.

As cidades de Petrolina e Juazeiro, localizadas na fronteira entre Bahia e Pernambuco, são exemplos de como a iniciativa atingiu áreas do semi-árido nordestino e proporcionou crescimento econômico e desenvolvimento das cidades próximas. A região desses dois municípios é considerada a “menina dos olhos” nordestina: ali estão localizados importantes projetos, como o Senador Nilo Coelho.

Ao todo, estima-se que no Vale do São Francisco 1,5 milhões de hectares são irrigáveis. Desses, a CODEVASF está autorizada a explorar 800 mil ha, pois deve levar em conta os múltiplos usos do rio. Finalmente, desses 800 mil ha que a empresa tem disponíveis, apenas 300 mil são utilizados atualmente.

A lei que regulamenta as atividades de irrigação no país (Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979) é bem clara logo no primeiro item do artigo primeiro, que fala sobre as condições básicas de funcionamento dos projetos de irrigação: “preeminência da função social e utilidade pública do uso da água e solos irrigáveis”. Sobre esta questão, Flávio José Gomes Cabral, engenheiro agrônomo e um dos coordenadores de divulgação, explica que 50% das terras trabalhadas pela CODEVASF são destinadas ao que chama de “parte social”, com lotes de 6 ha a 8 ha de terras irrigáveis. Os outros 50% são destinados a empresas, com lotes a partir de 15 ha.



Plantação de coco do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho



À esquerda: casa das máquinas que controlam a liberação de água para irrigação
À direita: canal principal que leva a água do São Francisco até a região (à 60 km do rio)



À esquerda: plantação recebe dose de agrotóxico
À direita: depósito para embalagens do produto
Abaixo: plantação de uva no Vale do São Francisco





Usina de Coruripe

Em meio ao mar de cana-de-açúcar, empresa alagoana faz um importante projeto de reflorestamento da Mata Atlântica nordestina

Chegue a Maceió pelo sul ou pelo norte e a visão que se terá da estrada, durante praticamente toda a viagem, será a mesma: até onde os olhos podem ver, dos dois lados, cana-de-açúcar. Embora a região Sudeste produza bem mais cana do que o Nordeste atualmente, é durante as duas horas de trajeto terrestre através da Zona da Mata que o sentimento histórico se torna mais presente, que os livros de colégio começam a fazer sentido sobre este ser um dos estados com a maior concentração de terra do país.

Enquanto a costa possui uma faixa de cultivo reservada aos coqueiros, pouco mais para o interior a ocupação fundiária se deu por fazendas que foram se instalando ao longo dos rios, desde os tempos da colonização. Passados os séculos, a cultura da cana se alastrou dos vales para cima, pegando as zonas de meias-encostas e tabuleiro, chegando a uma nova explosão

de crescimento com o Proálcool, nos anos 1980. Assim, quase sempre incentivadas pelo governo, as usinas açucareiras transformaram a Mata Atlântica nordestina em um quebra-cabeça de peças cada vez menores e mais distantes umas das outras; hoje, grande parte dos remanescentes do bioma está localizada em terras pertencentes ao setor usineiro.

Ironicamente, é neste contexto onde se encaixa um dos exemplos mais fortes de tentativa de desenvolvimento sustentável que teríamos a chance de observar: a S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool, situada ao sul do estado. Primeira empresa de Alagoas a receber o título de Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, da Unesco, e o selo de Empresa Amiga da Criança, da Abrinq, a usina ganhou, no ano passado, a categoria *Negócios em Conservação* do Prêmio Ford Motor Company de Conservação Ambiental, dado



Vista da plantação de cana da usina Coruripe

pela empresa automobilística e pela organização não-governamental Conservation International do Brasil. Em fevereiro de 2003, chegou a ser indicada para a certificação de gestão ambiental ISO 14.001, do Inmetro.

Estes são os resultados mais importantes de uma política de investimentos socioambientais que chegam a R\$ 4,3 milhões por ano na matriz e nas duas filiais (em Minas Gerais), além de convênios firmados com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (Ima), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e com o Instituto de Preservação da Mata Atlântica. Dos 36.000 hectares de área (1,29% do território do estado, ou seja, uma usina de grande

porte), 7.544 hectares – quase 21% – são reservas de Mata Atlântica que devem ser transformadas aos poucos em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). São essas as áreas que abrigam a maior concentração de Pau-Brasil nativa do país, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Nem sempre foi assim...

Seguindo o modelo de desenvolvimento do setor, a Usina Coruripe começou a crescer mesmo a partir de 1956, com o Brasil desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, quando a cana passou a ocupar também os tabuleiros. Entretanto, o diferencial da empresa é que ela planejou sua expansão, deixando maciços de florestas, como conta o gerente agrícola Cícero Augusto Bastos: "Quando a usina pensou em crescer, ela não cresceu desordenada, mas em cima de um projeto e obedecendo a um planejamento, respeitando o ambiente onde estava e deixando os corredores ecológicos, os mananciais, as reservas hídricas".

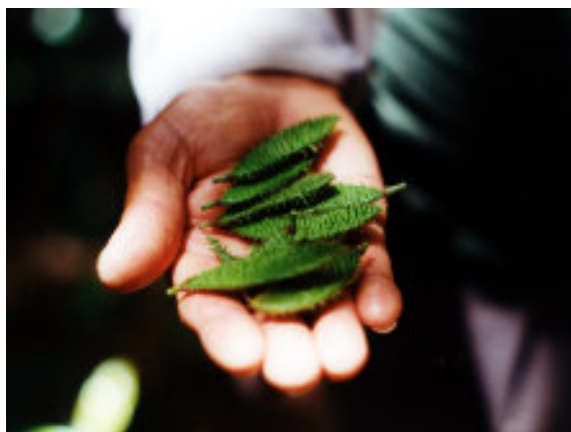
Mesmo durante a época do Proálcool, preservou-se uma boa porção de Mata Atlântica, porém, seria somente a partir dos anos 1990, com a queda nos investimentos e a intensificação da fiscalização, é que a mentalidade da usina mudaria e ela passaria a levantar a bandeira do reflorestamento.



E quem melhor para contar essa história do que o Seu Nilo? Pernambucano, Nilo mudou-se para Alagoas quando tinha dois anos e começou a trabalhar em usinas de açúcar quando tinha por volta dos 13, ocupando diversas funções com o passar do tempo. Por meio de seu avô, Nilo adquiriu o chamado 'conhecimento tradicional' sobre as espécies de árvores que povoam a área da usina, base de todo o projeto de reflorestamento que seria iniciado anos mais tarde:

"A usina começou a explorar mata, comprar terra, chegou aquele projeto do Proálcool e o álcool evoluiu muito... e a usina foi derrubando madeira e eu, desse serviço de mata, ia fazer uns 8 anos derrubando, cortando, destruindo. Eu trabalhava com outro moto-serra, cheguei a cuidar de 4 moto-serras na usina derrubando madeira. Naquela época não tinha aquela coisa 'não, não vai derrubar essa mata porque é proibido!' Ai chegou no limite, não dava para derrubar mais... Chegou um tempo, sim, nós fomos pegos! Não é? Nós fomos pegos, perdemos duas moto-serras, perdemos um bocado de ferramenta... Chegou aquele dia e disseram assim 'não, não é para derrubar mais. Tá preso, não vai derrubar.' E daí por diante, os donos também já não queriam derrubar. Então, chegou a uma conclusão de que parou de uma vez. Hoje nós estamos com 10 anos que nós não derrubamos mais nada. Só plantamos".

A apreensão do Ibama, à qual Nilo se refere, se



À esquerda: Nilo e Aliete em área da reserva de Mata Atlântica; **acima:** Nilo mostra sementes de Pau-Brasil e detalhe de área preservada em meio ao plantio de cana-de-açúcar



deu no começo dos anos 90 - embora os funcionários estivessem cortando duas mangueiras na ocasião, o incidente marcou o começo da nova fase, que começou com o plantio de eucaliptos, mas evoluiu para o repovoamento de espécies nativas, já depois de 2000. Outro fator que pesou na hora da decisão foi o baixo volume de chuvas no estado, condicionando o cultivo de qualquer cultura à irrigação e, portanto, aos rios. "A necessidade de preservar essa floresta existe porque diretamente associados a ela estão os recursos hídricos aqui dentro. De 90 para cá, com a crescente escassez de água no Nordeste, é cada vez mais freqüente o problema de seca e isso começou a despertar cada vez mais a necessidade de manutenção e preservação das matas por parte de todo corpo técnico. Nós fizemos um monitoramento de 97-98 e o rio [Coruripe] estava praticamente seco daqui a uns 40 quilômetros; toda a vazão que chegava aqui era originária das nascentes dentro da Mata Atlântica da Usina Coruripe", diz Cícero.

Reflorestamento

A bióloga Aliete entra sem cena em agosto de 2001, com um projeto de mestrado na Universidade Federal

de Alagoas acolhido pela Usina Coruripe. O plano: mapear os tipos de árvores de maior importância e com maior ocorrência na região para guiar um projeto de reflorestamento de espécies nativas. Logo no começo, ela se deparou com uma dificuldade: a falta de conhecimento produzido sobre o bioma.

"Existem poucas informações sobre a Mata Atlântica alagoana", revela. "Esse trabalho que eu estou fazendo é pioneiro; só foi feito um trabalho parecido por outra bióloga, lá em Satuba (AL). Teve um estudo de inventário florestal, mas está defasado, é de 1978, e a realidade na Mata Atlântica alagoana já mudou muito de lá para cá". Na falta de publicações acadêmicas, Aliete contou com o conhecimento de Seu Nilo para se embrenhar na mata, reconhecer e mapear 160 espécies por satélite (GPS). As amostras foram depois analisadas pelo IMA, para a confirmação do nome científico.

As descobertas sobre as espécies pioneiras, matrizes e período de germinação de sementes deram novo fôlego ao viveiro da usina, que passou a se basear nelas para a escolha das novas mudas a serem cultivadas. "Antes, ainda não tinha nada de reflorestamento nativo, nós tínhamos eucalipto, sabiá, nada a ver com a nossa região", conta-nos Luiz Carlos Ramos, do programa de reflorestamento. "Nós só plantávamos essas espécies porque precisávamos de lenha para o início de moagem, mas hoje já temos muito eucalipto. A Aliete, que está há quase dois anos com a gente, chegou com uma mentalidade nova: por que plantar essas espécies? Agora, nós vamos começar a interligar uma mata com a outra, fazer um corredor, e com espécie nativa".

Recentemente, a usina precisou construir uma barragem artificial para aumentar a disponibilidade hídrica de irrigação. Para isso, fez um acordo com o Ibama, pelo qual cedeu 689 hectares em áreas íngremes e encostas – onde o plantio é mais difícil porque não existem máquinas de preparo de solo adaptáveis – para o projeto de interligação entre os maciços. Todo esse terreno será replantado com as mudas do viveiro, que, só no ano passado, recebeu mais de R\$ 200 mil em investimentos; foram 76 mil mudas, das quais 55 mil chegaram a serem plantadas. Mas não sem dificuldades: "É difícil reflorestar, porque você refloresta normalmente numa área que está descampada, descoberta, onde a muda pequena vai receber uma grande radiação solar e ficar com déficit de água", avalia Aliete. "Essas espécies nativas da Mata Atlântica têm um crescimento muito lento e muitas delas morrem porque o sistema radicular não atinge logo o lençol freático, para que a planta possa sugar água do solo e se desenvolver". Para contornar o problema, Carlos começou a irrigar as mudas com um trator e um tanque, misturando à água um substrato de cana, rico em fósforo e nitrogênio.

Nas três fotos: a sementeira da Usina Coruripe, que produz mudas para serem plantadas nas áreas de reserva



Mão de obra sazonal

Embora o tipo de pensamento 'sustentável' que permeia a cabeça dos usineiros esteja claramente ligado à utilização dos recursos naturais como bens a serem explorados através de um produto que gere lucro, a cana - que pode ter um maior ou menor valor agregado de acordo com os investimentos socioambientais -, existe uma real preocupação com a situação futura da mão-de-obra sazonal.

Cícero reclama de uma lei aprovada recentemente, que proíbe a queima de 25% da lavoura a partir deste ano. A proibição será aplicada de forma progressiva a cada cinco anos, até que, em 2018, não será mais permitida a queimada de qualquer quantia de cana-de-açúcar para a colheita. Com isso, os cerca de 2.200 trabalhadores rurais contratados pela usina para fazer a queima e colheita entre setembro e março, analfabetos em sua grande maioria, estarão desempregados.

"Nós, um grupo de técnicos agrônomos, envolvidos nas usinas, Ministério Público, sindicatos de trabalhadores rurais, a federação de trabalhadores, estamos discutindo a problemática do que vai ser isso, para ver se a gente chega a um consenso sobre haver uma flexibilidade da aplicação da lei para que realmente se consiga empregar esse pessoal", explica o gerente agrícola Cícero Bastos. "Porque uma máquina manda 200, 400 homens embora, na hora.



E esse povo, vai para onde, fazer o quê? Aqui não tem outra cultura que se dê, não existem chuvas periódicas que possa dar outra cultura, como laranja lá no sul, como é o amendoim, como é o algodão. Você tem o período de chuva concentrado em três meses. Depois, não tem mais chuva. E essa gente vai produzir o quê? Não existe um programa, uma ação governamental que ocupe esse pessoal. Não existe. Então, é um problema sério. Tem que tentar resolver da melhor maneira possível, colocando esse pessoal, prolongando o período de aplicação da lei, ao invés de 2005, 2008, lá para 2020, sei lá, até que se vá criando alternativas em nível regional de ocupação dessa mão-de-obra".

É o que vem acontecendo, por exemplo, na capital pernambucana, como relata Cícero: "Como o parque açucareiro pernambucano está fechando - a gente vê que não dá para competir nem com o sul do estado de Alagoas nem com o Centro-Sul do país -, Recife tem hoje mais um problema social sério porque houve uma vazão total do campo para a cidade e não tem emprego para esse pessoal. Normalmente, são pessoas que não têm nenhum preparo, não vão ser absorvidas pelo mercado de trabalho, então, a gente vive lutando para que realmente não se parta de uma hora para outra para a mecanização porque esse pessoal vai para a periferia das cidades por não ter o que fazer".



Nas duas fotos acima: caminhões limpam os terrenos de cultivo. **Na página da esquerda:** torre para controle de queimadas

Um paralelo:

A Sementeira da Usina Hidrelétrica de Xingó

A Sementeira da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) surgiu em 1995, buscando remediar os danos socioambientais causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Xingó. Atualmente, trabalha com três linhas de ação: estudo da flora e fauna regionais, qualidade de água e o caso do camarão Pitu (ver mais sobre isso na entrevista da página 18) e minimizar as alterações provocadas no ambiente, que vão da mudança no ciclo de peixes e assoreamento por destruição de mata ciliar a cuidar dos danos sofridos pela população ribeirinha.

Mas o trabalho principal é mesmo o de reflorestamento das áreas apropriadas pela usina hidrelétrica. Para isso, conta com um convênio fixado desde 1998 com a Universidade Federal de Alagoas, que lhe permite fazer o levantamento de espécies pioneiras da região. Já existe uma lista completa das árvores-matrizes, que fornecem sementes de alta qualidade para o projeto e, com um sistema próprio de irrigação, a Sementeira consegue gerar mudas o ano inteiro. No ano de 2000, foram produzidas mais de 10 mil mudas; atualmente, são mais 200 mil - trata-se da maior sementeira nacional de espécies nativas da caatinga.

De acordo com o engenheiro agrônomo Cláudio José Monteiro Rego, apesar de estar na lei que órgãos governamentais devam recuperar as áreas atingidas por obras públicas, sendo que o Ibama tem o poder de fechar a empresa caso isso não aconteça, não há um prazo-limite para a conclusão dos trabalhos. Desde o começo de suas atividades, a Sementeira da CHESF conseguiu recuperar apenas cerca de 30% do total das áreas devastadas. Mas o engenheiro agrônomo é otimista quanto ao replantio: estima que, em cinco anos, 100% das áreas tenham sido recuperadas.

Atualmente, o órgão conta com cerca de 40 homens trabalhando, além de 50 adolescentes que fazem parte do projeto social Verde-Xingó, um projeto voltado para adolescentes de 13 a 15 anos, que ganham meio salário mínimo, assistências pedagógica e odontológica para produzirem verduras como forma de complementação alimentação em casa ou para serem vendidas na feira.

A Sementeira faz doações de sementes para quem quiser plantá-las: basta se cadastrar e pedir o número de sementes.

As artesãs de Coruripe

Quando o projeto de reflorestamento se tornou uma das prioridades da usina, há uns dois anos, viu-se a oportunidade de aproveitar o conhecimento dos artesãos e artesãs do Pontal de Coruripe baseado na palha do ouricuri para replantá-lo nas áreas de encosta. O ouricuri, desconhecido das publicações sobre biodiversidade, é uma palmeira de porte baixo que ocorre nas porções mais abertas das matas, da qual se extrai a palha para fazer o artesanato. O extrativismo predatório, aliado à forte expansão da cultura da cana, fez com que ele fosse extinto em Coruripe, tendo de ser trazido de outras regiões para o replantio. Atualmente, há 300 hectares de ouricuri replantados em conjunto com outras espécies; até o final de 2003, serão 500 hectares.

"Como existe a preocupação da empresa em reflorestar aquelas áreas mais íngremes, desmatadas desde a colonização do município de Coruripe, vamos colocar essas essências para manter a sustentabilidade dessas comunidades, que já trabalham o artesanato extrativista", diz Cícero. As palmeiras serão doadas à Associação das Artesãs de Coruripe. A usina também promove o repovoamento do canduí, uma espécie endêmica da região dos Peireiras, ao sul, a partir do qual a comunidade do município de Feliz Deserto faz sorvete.



Entrevista

Maria das Graças de Santana é uma das fundadoras da Associação das Artesãs de Coruripe.

Fulgêncio – Como funciona a associação? Todas as artesãs da cidade participam?

Maria das Graças – Todas não, tem 36 artesãs que participam da associação.

Fg – E por que existe essa associação?

MG – Ela começou por causa de uma encomenda de mil viseiras e só uma ou duas pessoas não conseguiriam fazer. Eu juntei um grupo de pessoas e daí começou a associação - aí, veio o interesse da Prefeitura, que deu ajuda, parceria do Sebrae com os cursos... Em 16 de dezembro [de 2002], a associação completou três anos.

Fg – Então foi uma iniciativa local?

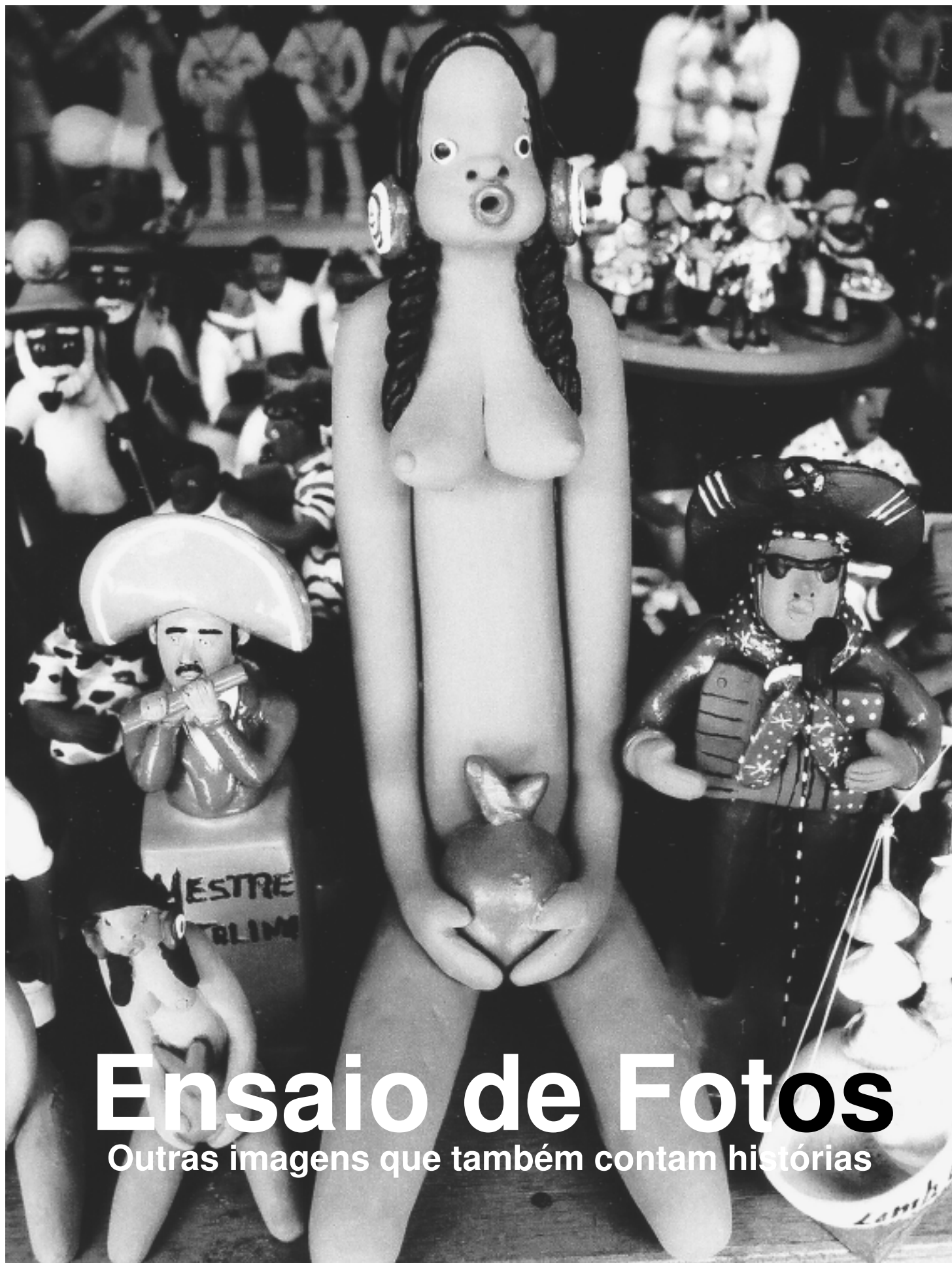
MG – Isso, só da gente mesmo.

Fg – E onde vocês vendem os artesanatos?

MG – A gente vende no Brasil inteiro. Estamos até exportando para os Estados Unidos, estamos agora com uma encomenda de três mil peças para os Estados Unidos, para entregar no dia 10 de fevereiro [de 2003].

Fg – O que você acha do replantio das palmeiras pela Usina?

MG – É muito importante, porque aqui na comunidade não tem mais a palha. O pessoal preferiu a cana ao ouricuri, aí, desmataram e plantaram cana e ela acabou.



Ensaio de Fotos

Outras imagens que também contam histórias

Ao lado: Manuel Santos, o “seu Biel”, mora com sua mulher, Dirce (**foto abaixo**), na beira do rio São Francisco, perto do acampamento de sem-terra de Cavalinhos, no município de São Brás (AL). **Foto menor:** O tanque no pequeno quintal puxa água do rio e também é utilizado para banho de canequinha, já que não há banheiro na casa.





Ao lado: mulher limpa as escamas de peixe recém pescado do São Francisco, no município de São Brás (AL). **Acima:** o casal Josefa de Oliveira e Antônio Carlos Gonzaga dos Santos, também de São Brás, aguarda um lote de terra na área ocupada pelo acampamento de Cavalinhos. Ele era pistoleiro de fazendeiros antes de se tornar pescador. São os pais da pequena Auxiliadora (foto ao lado do editorial, pg. 2) e seus dois irmãos, que aparecem nas próximas páginas.



Acima: senhora fabrica e vende bonecas de pano na tradicional feira de artesanato de Caruaru (PE). **Abaixo:** as três gerações de uma família baiana viajam num barco de Remanso para Xique-Xique, duas cidades ao norte da Bahia localizadas na beira do lago de Sobradinho.





A cidade de Barra, na beira do rio São Francisco, ao norte da Bahia, é um entreposto comercial para os barqueiros do rio. No grande mercado do centro da pequena cidade, vê-se barraquinhas com fumo de corda e objetos de palha (**ao lado**). **Acima:** As carnes penduradas fora de geladeiras são comuns no Nordeste, mesmo nas épocas de mais calor. **Abaixo:** caminhonete com frutas de cultura irrigada.





Acima: depósito de barracas usadas na tradicional feira de artesanato semanal de Caruaru (PE). **Lado esquerdo:** cercado pronto para ser ocupados por cabras, na roça de um agricultor do Projeto Barreiras (PE). **Abaixo:** meninas pegam umbu, fruta tradicional nordestina cuja árvore se chama Umbuzeiro e sobrevive mesmo nas regiões mais secas do semi-árido.

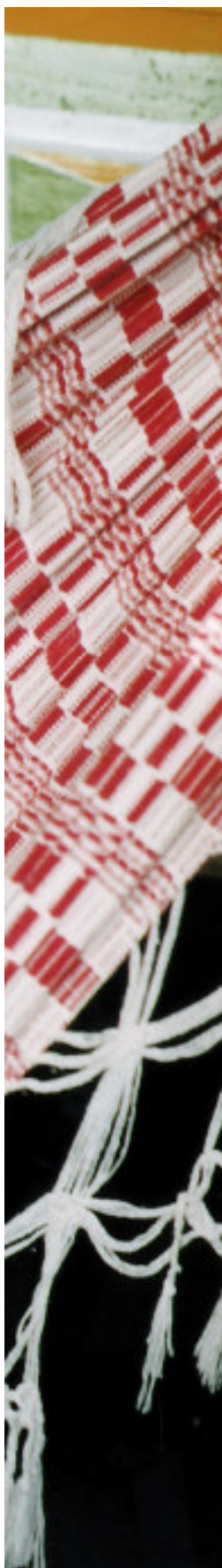




Acima: meninas brincam em gruta onde foram encontradas inscrições rupestres, a poucos metros do assentamento Nova Esperança II, em Olho d'Água do Casado (AL). **Abaixo:** menino observa o pôr-do-sol no Pontal da Barra, em Maceió (AL).







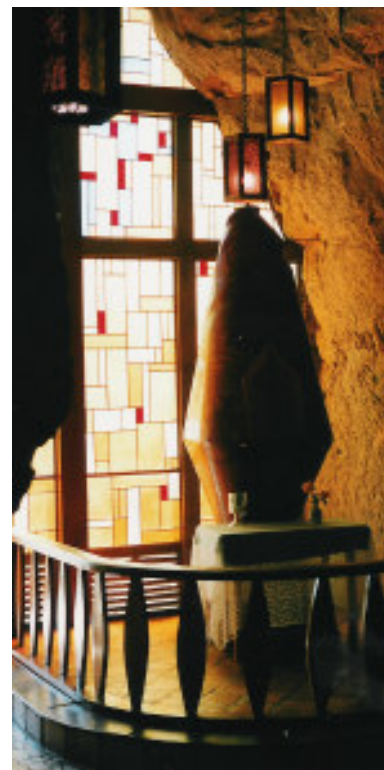
Na outra página: menina passeava com sua mãe, em Remanso (BA). O irmão mais novo de Auxiliadora (foto ao lado do editorial, pg.2) ensaia alguns passos. **Meio das páginas:** nos barcos que fazem viagens longas pelo rio São Francisco, as redes são utilizadas como camas. **Acima:** menino come bananas na plantação do "seu Biel" (foto pg. 92). **Ao lado:** Auxiliadora e seu irmão mais velho (ao fundo, o "mosquiteiro" serve de proteção contra insetos durante a noite).





Acima: igreja do Barreiras (PE), projeto de irrigação destinado à população atingida pela construção da barragem de Itaparica. **Abaixo:** altar da capelinha do santuário de Bom Jesus da Lapa (BA), um dos mais importantes centros de romaria do país.

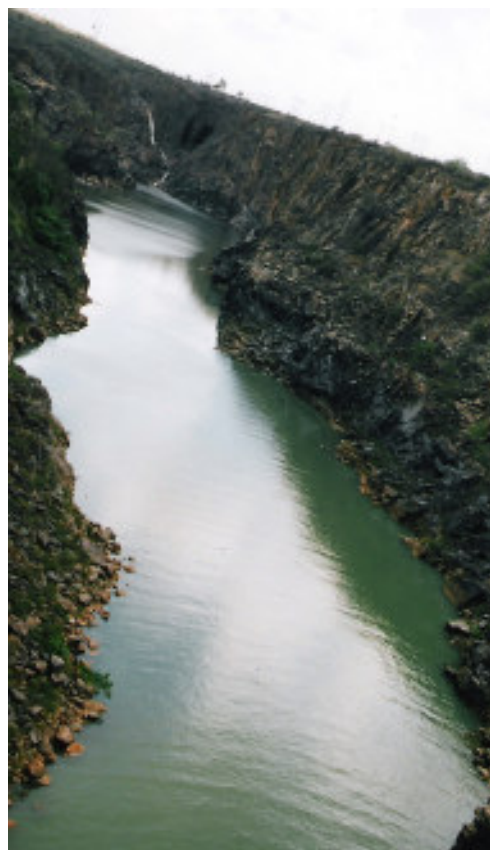
Nas duas fotos acima: igreja de Piranhas (AL), cidade vizinha a Xingó, onde há uma usina hidrelétrica (as cidades estão na beira do São Francisco, bem na divisa entre Alagoas e Sergipe). **Abaixo:** igreja do assentamento Nova Esperança II.





Acima: cidade de Piranhas (AL), invadida uma vez por Lampião e seu bando de cangaceiros. **À esquerda:** luar em Maceió (AL). **Abaixo:** Igreja do Carmo, importante monumento da histórica Olinda (PE).





Acima: beira da estrada no município de Casa Nova (BA). **Ao lado e abaixo:** trechos do rio São Francisco na região dos cânions, em Alagoas. **Na página ao lado:** Pontal do Coruripe, no município de mesmo nome (AL) localizado na costa do Atlântico.





Para saber mais:

Rio São Francisco

Página pessoal de João Suassuna com seus estudos sobre a transposição e recursos hídricos no Nordeste
<http://www.joaosuassuna.hpg.ig.com.br/>

Projeto Rota Brasil Oeste
<http://www.brasil Oeste.com.br/riosaofrancisco/>

Site do Ministério da Integração Nacional, responsável pelo projeto de transposição do rio São Francisco
<http://www.integracao.gov.br/>

Comitê da Bacia do Rio São Francisco
<http://www.cbhsaofrancisco.org.br/>

Agência Nacional de Águas (ANA)
<http://www.ana.gov.br>

Reassentamentos e irrigação no Vale do São Francisco

Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF)
<http://www.codevasf.gov.br/>

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)
<http://www.chesf.gov.br>

Legislação Federal
<https://legislacao.planalto.gov.br/legislacao/nsf>

Reforma Agrária

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<http://www.mst.org.br>

Justiça Global (direitos humanos e violência no campo)
<http://www.global.org.br>

Comissão Pastoral da Terra (CPT)
<http://www.cptnac.com.br>

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<http://www.incra.gov.br>

Alternativas sustentáveis

Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA)
<http://www.irpaa.org.br/>

Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA)
<http://www.cpatna.embrapa.br/>

Instituto Biodinâmico (IBD)
<http://www.ibd.com.br/>

Chão Vivo (certificadora orgânica)
<http://www.planetaorganico.com.br/chaovivo.htm>

Associação de Agricultura Orgânica (AAO)
<http://www.aao.org.br/index2.htm>

Usina Coruripe
<http://www.usinacoruripe.com.br>

Mapas

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
<http://www.ibge.gov.br>

